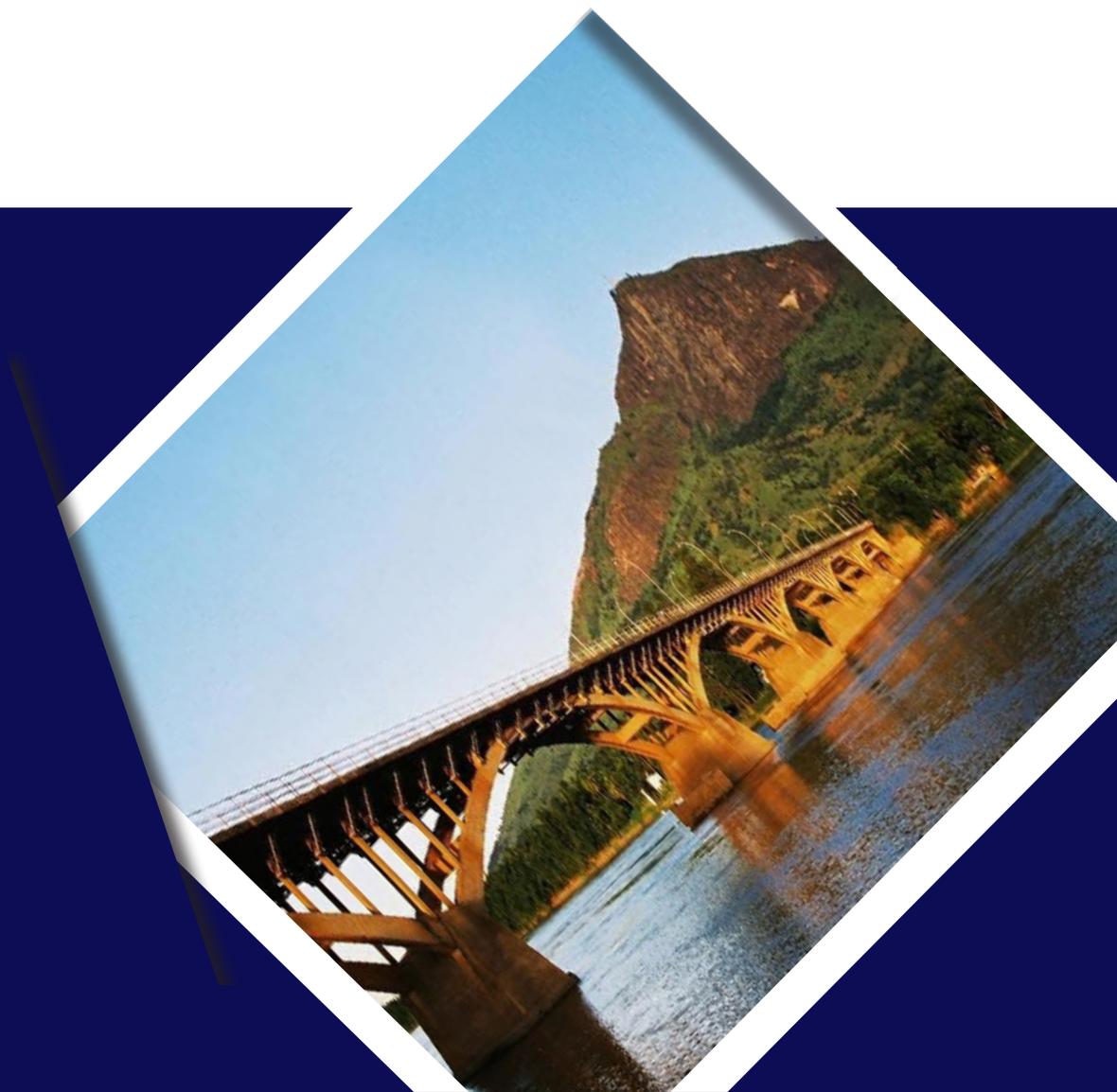


univale



PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES DO TERRITÓRIO

PROJETOS DE PESQUISA - 2020

ORGANIZADORES:

PATRÍCIA FALCO GENOVEZ - MICHELLE NUNES DE MORAIS - ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA

univale
editora



FUNDAÇÃO PERCIVAL FARQUHAR

Rômulo César Leite Coelho

REITORA

Lissandra Lopes Coelho Rocha

EDITORA UNIVALE

Franco Dani Araújo e Pinto

CONSELHO EDITORIAL

Cristiane Mendes Netto
Elaine Toledo Pitanga Fernandes Eunice
Sueli Nodari
Francisco Antônio Rodrigues Barbosa
Franco Dani Araújo e Pinto
Guilherme Dutra Marinho Cabral
Helenice Joviano Roque de Faria
Luiz Miguel Oosterbeek
Márcio Lopes Pimenta
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Maria Lucinda Cruz Dos Santos Fonseca
Ricardo Ojima
Ricardo Rozzi
Sueli Siqueira
Vitor Felipe Oliveira de Miranda

ORGANIZADORES:

PATRÍCIA FALCO GENOVEZ
MICHELLE NUNES DE MORAIS
ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES
DO TERRITÓRIO**

PROJETOS DE PESQUISA - 2020



GOVERNADOR VALADARES - MG/2021

Todos os direitos reservados. Copyright © 2021 da Editora Univale

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

Perspectivas interdisciplinares do território [livro eletrônico] : projetos de pesquisa 2020 / organizadores Patrícia Falco Genovez, Michelle Nunes de Moraes e Roberto Carlos de Oliveira. -- Governador Valadares, MG : Univale Editora, 2021.
232 p.; il., color.

ISBN 978-65-87227-13-9

1. Território. I. Genovez, Patrícia Falco.
II. Moraes, Michelle Nunes de. III. Oliveira, Roberto Carlos de. IV. Título.

PATRÍCIA FALCO GENOVEZ
MICHELLE NUNES MORAIS
ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA
(ORGANIZADORES)

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES DO TERRITÓRIO

PROJETOS DE PESQUISA - 2020

Capa e editoração eletrônica

Patrícia Falco Genovez

Revisão

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.

2021
EDITORA UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 - Universitário
CEP.: 35020-220 - Governador
Valadares-MG E-mail: editora@univale.br

 univale
editora

GOVERNADOR VALADARES/MG - 2021

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Este portfólio apresenta o esforço de pesquisa promovido na disciplina Seminário de Dissertação ofertada pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (PPGIT) da Univale, ministrada pelos professores Patrícia Falco Genovez e Roberto Carlos de Oliveira, com a colaboração da professora convidada Michelle Nunes de Moraes. Trata-se de uma disciplina obrigatória, com o compromisso de oferecer um espaço para o aperfeiçoamento do projeto de cada mestrando, antes da qualificação. Por isso, procura estabelecer um diálogo com os mestrandos no sentido de auxiliar no aprimoramento de todos os itens constantes do pré-projeto: título provisório, definição do tema, delimitação do tema, revisão bibliográfica, problema de pesquisa ou questão norteadora, hipótese(s), objetivo (geral e específico), metodologia, justificativa, relevância e vinculação com a área de concentração do programa, cronograma e referências bibliográficas.

Os procedimentos utilizados pelos professores responsáveis pela disciplina foram os seguintes: avaliação inicial do pré-projeto e reunião individual com cada orientador para estabelecimento dos pontos a serem trabalhados de forma mais consistente ao longo dos encontros semanais e das reuniões individuais com os mestrandos. Para o encerramento da disciplina da turma de 2020.2, em função do contexto de pandemia do Coronavírus propôs-se a gravação de vídeos com a apresentação dos projetos. Os vídeos foram integrados como I Colóquio de Projetos Interdisciplinares, disponibilizado na página da disciplina acessível pelo endereço eletrônico <https://seminariodissert.wixsite.com/my-site>. Além disso, foram elaborados resumos expandidos sobre cada pré-projeto.

A partir deste portfólio tornam-se públicos os pré-projetos de pesquisa do PPGIT e sua proposta interdisciplinar envolvendo pesquisadores de 19 subáreas de conhecimentos: história, direito, farmácia, arquitetura e urbanismo, ciência da computação, ciências biológicas, geografia, administração, jornalismo, serviço social, medicina, pedagogia, turismo, ciências sociais, demografia, odontologia, matemática, sistema de informação e fitotecnia. Tratam-se de abordagens que tangenciam questões atuais e problemas que se manifestam no cotidiano da população valadarense e de entorno, tais como: a mobilidade urbana, a docência no ambiente prisional, as políticas públicas na redução da violência juvenil, a opressão de adolescentes negras no ambiente escolar, a morbimortalidade materna entre as índias Maxakali, a percepção dos produtores culturais acerca da política pública cultural, o Estado e a prisão na sociedade do espetáculo, os impactos do Benefício de Prestação Continuada para o beneficiário, as implicações do direito ao esquecimento no território existencial, os indicadores de desempenho a partir da plataforma Nilo Peçanha aplicada ao IFMG, o uso irracional de medicamento em Itabirinha/MG, o dano moral individual relativo ao desastre minerário em Mariana, o empreendedorismo feminino, o imaginário territorial da Ilha dos Araújos (GV/MG), o papel dos cartórios na estruturação das relações de poder no Brasil, o discurso da Ciência Cidadã, o trabalho escravo nas lavouras de café de Minas Gerais, a Covid-19 e suas interfaces com o aprisionamento no Brasil, as questões simbólicas e identitárias do reassentamento no distrito de Bento Rodrigues, a relação dos jovens assentados do campo com o saber e seu território, a gestão da Unidade de Conservação do Parque Estadual do Rio Doce e a sustentabilidade, a divulgação científica no jornal Diário do Rio Doce, os impactos de camponeses e do agronegócio na cobertura vegetal de Tumiritinga/MG, a transição do ensino presencial ao ensino remoto no contexto da Covid-19, liberdade e censura no Twitter.

Os objetos de estudo apresentados inserem-se na área de concentração do PPGIT, articulando-se aos Estudos Territoriais a partir dos conceitos de território, territorialidade, multiterritorialidade e microterritorialidade em seus mais variados matizes.

À todos os envolvidos neste percurso, nosso agradecimento pelo comprometimento e participação nesta obra conjunta.

Patrícia Falco Genovez

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
A configuração dos múltiplos territórios da mobilidade urbana na cidade de Governador Valadares/MG.....	18
<i>Ilara Rebeca Duran de Melo Cristiana Maria de Oliveira Guimarães (orientadora)</i>	
A docência em território prisional: constituição de saberes e práticas pedagógicas na EJA.....	26
<i>Adeilson Jorge da Silva Eunice Maria Nazareth Nonato (orientadora)</i>	
A efetivação das políticas públicas na redução da violência juvenil.....	36
<i>Patrícia Dione Corrêa Siman Sueli Siqueira (orientadora) Eunice Maria Nazareth Nonato (coorientadora)</i>	
Adolescentes negras: vivências de opressões interseccionais no território escolar.....	46
<i>Erika Benigna Nascimento Fernanda Cristina de Paula (orientadora) Maria Celeste Reis Fernandes de Souza (coorientadora)</i>	
Do espaço vivido aos espaços de poder: a percepção dos artistas e produtores culturais sobre a política pública cultural de Governador Valadares.....	56
<i>Leticia Firmato Esteves Menta Cristiana Maria de Oliveira Guimarães (orientadora)</i>	
Impactos do Benefício de Prestação Continuada no território do beneficiário.....	66
<i>Karina Guimarães Cruz Silveira Patrícia Falco Genovez (orientadora) Pablo Martins Bernardi Coelho (coorientador)</i>	
Implicações do direito ao esquecimento no território existencial.....	76
<i>Vanessa Ferreira de Araújo Patrícia Falco Genovez (orientadora) Rosângelo Rodrigues de Miranda (coorientador)</i>	

Indicadores de desempenho na educação: A plataforma Nilo Peçanha aplicada ao Instituto Federal de Minas Gerais–IFMG 86	Sustentabilidade e território: oportunidades e desafios no processo de gestão da Unidade de conservação do Parque Estadual Rio Doce 170
<i>Yury Aranha de Oliveira</i> <i>Willerson Custódio da Silva (orientador)</i> <i>José Marcio Silva Barbosa (coorientador)</i>	<i>Francislene Michelle Dias</i> <i>Renata Bernardes Faria Campos (orientadora)</i>
Influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos no território de Itabirinha-MG 94	Territorialidades da Divulgação Científica: estudo de caso da pauta sobre Ciência e Tecnologia (C&T) no jornal Diário do Rio Doce 180
<i>Claudia Costa da Silva Paula</i> <i>Suely Maria Rodrigues (Orientadora)</i> <i>Pedro Henrique Ferreira Marcal (Coorientador)</i>	<i>Fernanda de Melo Felipe da Silva</i> <i>Maria Terezinha Bretas Vilarino (orientadora)</i>
O dano moral individual numa perspectiva territorial: estudo do desastre minerário em Mariana 102	Territorialidades camponesas e do agronegócio e seus impactos sobre a cobertura vegetal de Tumiritinga – MG 190
<i>Élita da Silva Souza</i> <i>Déborah Neide de Magalhães Praxedes (orientadora)</i>	<i>Wemerson dos Santos Ferreira</i> <i>Evandro Klen Panguetor (orientador)</i> <i>Maria Terezinha Bretas Vilarino (coorientadora)</i>
O empreendedorismo como uma tentativa na conciliação das multiterritorialidades femininas com o mundo do trabalho 112	Transições territoriais do ensino presencial ao ensino remoto em tempos de pandemia da Covid-19 198
<i>Angélica Antunes Tenório</i> <i>Mauro Augusto dos Santos (orientador)</i>	<i>Thales Leandro de Moura</i> <i>Maria Celeste Reis Fernandes de Souza (Orientadora)</i> <i>Cristiane Mendes Netto (Coorientadora)</i>
O imaginário territorial da Ilha dos Araújos: a formação histórica do território e a relação com a regularização fundiária 122	Twitter como uma rede-território e sua relação com a liberdade de expressão e censura 208
<i>Natália Lourdes dos Santos</i> <i>Patrícia Falco Genovez (orientadora)</i> <i>Cristiane Mendes Netto (coorientadora)</i>	<i>Marcos Vinicius de Mattos Emerick</i> <i>SUELI SIQUEIRA (ORIENTADORA)</i>
O papel dos cartórios na construção do território: a estruturação das relações de poder que territorializaram o Brasil 132	EVENTO: I COLÓQUIO DE PROJETOS INTERDISCIPLINARES 218
<i>Daniel de Araújo Ribeiro</i> <i>Mauro Augusto dos Santos (orientador)</i>	SOBRE OS AUTORES 220
O poder no discurso das pesquisas com ciência cidadã 142	
<i>Samuel Perpétuo Rodrigues</i> <i>Renata Bernardes Faria Campos (orientadora)</i>	
Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento do Distrito de Bento Rodrigues pertencente ao município de Mariana - MG 152	
<i>Fabio Tertio Gouveia Toretta</i> <i>Fernanda Cristina de Paula (orientadora)</i> <i>Patrícia Falco Genovez (coorientadora)</i>	
Relação com o saber e vínculos territoriais: um estudo com jovens assentados do campo, estudantes do ensino superior 162	
<i>Luiza Souza Freitas</i> <i>Maria Celeste Reis Fernandes de Souza (orientadora)</i>	

A CONFIGURAÇÃO DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES/MG



Foto: Site Updateordie

A configuração dos múltiplos territórios da mobilidade urbana na cidade de Governador Valadares/MG

Ilara Rebeca Duran de Melo

Cristiana Maria de Oliveira Guimarães

Resumo: A mobilidade urbana é um tema amplo, que vai além do debate sobre transporte urbano e abrange questões urbanas, como o uso e a ocupação do solo. A instalação do estacionamento rotativo (Zona Azul), como uma das metas de mobilidade urbana, desvelou conflitos onde foi instalado. Conflitos esses marcados pela disputa pelo uso desse espaço entre os diversos atores e usuários da cidade. A justificativa dessa pesquisa está presente, na necessidade de diagnosticar os pontos de conflitos gerados pela implantação do estacionamento rotativo na cidade de Governador Valadares e discutir como a mobilidade urbana é tratada na cidade, e se atende aos direitos do poder público e dos usuários.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana, Direito à Cidade; Estacionamento Rotativo; Multiterritorialidade.

Abstract: Urban mobility is a broad topic, which goes beyond the debate on urban transport and covers urban issues, such as land use and occupation. The installation of rotating parking (Zona Azul), as one of the goals of urban mobility, revealed conflicts where it was installed. These conflicts were marked by the dispute over the use of this space between the various actors and users of the city. The justification for this research is present, in the need to diagnose the points of conflict generated by the implantation of rotary parking in the city of Governador Valadares and to discuss how urban mobility is treated in the city, and the rights of public power and users are met.

Keywords: Urban Mobility, Right to the City; Short term parking; Multiterritoriality.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A mobilidade urbana e a premissa teórica do Direito democrático de acesso à cidade de Governador Valadares/MG, através da implementação do Estacionamento Rotativo. Os territórios da mobilidade urbana, como chamado aqui, expõem a disputa entre usuários, planejadores, prefeitura municipal, mediada pelo espaço produzido pela implantação do estacionamento rotativo em GV.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A instalação do estacionamento rotativo (Zona Azul), em Governador Valadares, como uma das metas de mobilidade urbana, desvelou conflitos nos locais em que foi instalado. Esses conflitos indicam a disputa entre as diferentes territorialidades, que por sua vez, mostram diversos modos de se apropriar das áreas públicas da cidade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os autores que busco trabalhar para embasar nossa pesquisa será Claude Raffestin, em Por uma Geografia do Poder (1993) e Henri Lefebvre, com Direito a cidade (2001) e A Revolução Urbana (1999) pois tratam da relação de poder no território e o direito de "poder" a todos. E Rogério Haesbaert (2016) com O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Para a Geografia Política só há política onde se pode exercer a ação dos homens que vivem em sociedade. Mas a ideia de poder só é explicitada para o Estado. Raffestin propõe uma recuperação da Geografia Política (Geografia do Estado) utilizando os seus códigos (símbolos) numa análise multidimensional do poder, para ele o poder se manifesta em todas as ações humanas. Em vista disso podemos considerar que todos os indivíduos exercem seu poder na cidade e modificam o espaço. Temos o Território como cena do poder e lugar de todas as relações. Para ele Territorialização é um conceito dinâmico, relacionado às formas de apropriação (do espaço, assim é preciso ter forças para se apropriar do espaço), delimitação (controle do acesso e das normas), percepção e apreensão do território. Território é uma definição do espaço. Ao estudar Lefebvre, busco trabalhar a questão do direito a cidade, buscando garantir que a percepção e a vivência do espaço são de vital importância na elaboração dos planos de mobilidade.



Foto: Media Lab - Estação

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A partir das territorializações estabelecidas, percebemos os conflitos. Através da existência deles pelo e no espaço, nos permitem dizer que são constituições de território, pois há disputa de poder em jogo. A partir disso levantamos como o problema de pesquisa:

Como se realiza a disputa pela construção de diferentes territórios, no espaço produzido (material e imaterial) pela implantação do estacionamento rotativo em GV? E entre os diferentes atores e usuários, quem consegue se impor na disputa pelo uso desse espaço?

HIPÓTESE(S)

A instalação do estacionamento rotativo (Zona Azul), como uma das metas de mobilidade urbana, desvelou conflitos onde foi instalado. Conflitos esses marcados pela disputa pelo uso desse espaço entre os diversos atores e usuários da cidade.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Geral: Mapear os conflitos existentes entre os diversos atores, a partir da análise das multiterritorialidades próprias ao processo de implantação do estacionamento rotativo, como resposta às exigências de Mobilidade Urbana, na área do hipercentro da cidade de Governador Valadares.

Específicos:

- Identificar o Direito à cidade estão inseridos no PNMU;
- Identificar, a partir da pesquisa documental, os conflitos na implementação do Estacionamento Rotativo na cidade de Governador Valadares/MG;
- Discutir as diferentes territorializações em torno do espaço Urbano, a partir da implementação do Estacionamento Rotativo na cidade de Governador Valadares/MG.

METODOLOGIA

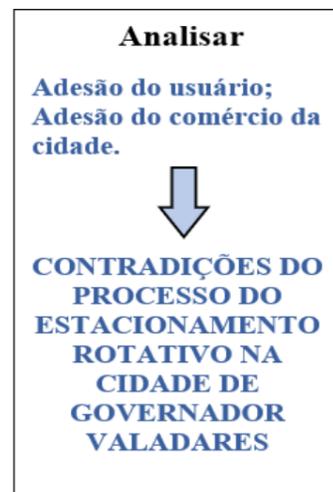
Sobre as questões teórico-metodológicas que envolvem o direito a cidade, projeta-se uma pesquisa bibliográfica documental com análises de conteúdo. A pesquisa bibliográfica e o critério de coleta de dados serão, análise de documentos, dados e leis pertinentes, estudos do aplicativo disponibilizado do estacionamento rotativo. A abordagem será qualitativa.

O levantamento bibliográfico tem intenção de dar subsídio teórico às análises pretendidas. Portanto, serão analisados materiais de diversas áreas do conhecimento, destacando a Geografia Humanista, a História e a Arquitetura e Urbanismo. A Geografia Cultural que será a base para a análise das multiterritorialidades encontradas na cidade.

Quadro 1- Linhas de Análise



Fonte: Elaborado pela autora



Os autores destacados e suas principais contribuições conceituais serão da corrente do pensamento crítico, como Henri Lefebvre (2010) e seu direito à cidade; Rogério Haesbaert (2005) Mito da desterritorialização, Claude Raffestin (1993) e suas concepções de território; Ermínia Maricato (2009) e Raquel Rolnik (2001) sobre políticas urbanas no discurso e na prática. Esses conceitos foram escolhidos para dar base a esse estudo em função de como perceber o espaço, o direito à cidade e mobilidade urbana e suas relações de poder.

JUSTIFICATIVA

A mobilidade urbana é um direito de todo cidadão, por tanto, a sua infraestrutura relacionada é também incluída nesse contexto. A justificativa dessa pesquisa está presente, na necessidade de diagnosticar os pontos de conflito gerados pela implantação do estacionamento rotativo na cidade de Governador Valadares, afim de estabelecer as territorialidades presentes em questão da mobilidade urbana na cidade. Busco trabalhar como a mobilidade urbana é tratada na cidade, e se atende aos direitos do poder público e dos usuários.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

Este estudo se mostra pertinente para o meio acadêmico principalmente ao propor elucidar a respeito da relação entre as multiterritorialidades, as delimitações de espaço e as relações de poder exercidas dentro da cidade. Socialmente o tema se justifica em função dos inúmeros problemas vivenciados por usuários que não conseguem interagir da maneira necessária dentro da sua cidade. Como se verifica na revisão bibliográfica elaborada nesta pesquisa, abordagens mais subjetivas têm sido pouco exploradas. Por isso a pertinência desta pesquisa ao tratar de um problema que emerge das dificuldades cotidianas de uma população. No meio acadêmico é cada vez mais interessante e complexo o envolvimento interdisciplinar.

Este estudo se vincula à linha de pesquisa: Território, migrações e cultura, desenvolvida no Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território (GIT) da Univale, se apoiando nas temáticas transversais da Formação Histórica do Território e da Cultura e Memória Social. Este estudo está profundamente associado aos Estudos Territoriais e à Gestão Integrada do Território. A temática está intimamente ligada a várias áreas do conhecimento, em especial a Arquitetura, Urbanismo e a Geografia Cultural e Política, mostrando sua aptidão à interdisciplinaridade e é uma proposta ousada de desenvolvimento de pesquisa propondo o entendimento das territorialidades formadas pela implantação do estacionamento rotativo quanto a mobilidade urbana na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. A revolução urbana. Tradução Sérgio Martins. 1.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999 [1999].
- MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. Veracidade, v. 8, 2009. P. 89-113.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- ROLNIK, Raquel. Estatuto da Cidade – instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. 06/08/2001.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

CONTATO

E-mail: ilara.melo@univale.br

**A DOCÊNCIA EM TERRITÓRIO PRISIONAL: CONSTITUIÇÃO DE SABERES
E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EJA**



A docência em território prisional: constituição de saberes e práticas pedagógicas na EJA

*Adeilson Jorge da Silva
Eunice Maria Nazarethe Nonato*

Resumo: O presente trabalho investigará como acontecem no interior de unidades prisionais os fenômenos educacionais e a realidade cotidiana docente. Busca como objetivo conhecer os novos saberes e práticas pedagógicas adquiridas pelo professor prisional e o modo como influenciam em sua atuação que, sendo assim, acabarão por também integrá-las à sua identidade e formação definitivamente.

Palavras-chave: Docência prisional. Educação prisional. EJA. Território prisional.

Abstract: The present work will investigate how educational phenomena and everyday teaching reality take place inside prison units. It seeks to learn about the new knowledge and practices acquired by prison teachers and the way in which all this is integrated in their performance that will eventually also integrate with their identity and training definitively.

Keywords: Prison teaching. Prison education. EJA. Prison territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A motivação para se lançar à pesquisa proposta iniciaram-se a partir da atuação do autor na docência prisional a cinco anos e, principalmente pelo grande interesse no assunto em questão. Autores como José e Torres (2019) abordam a luta e dificuldades impostas à profissão docente no âmbito da prisão afirmando que, muitas vezes, será a própria prisão a responsável por essa imposição e, ao mesmo tempo, abordam também questões relativas à importância do trabalho do profissional de EJA prisional. A autora Onofre (2012, p. 216) afirma "Pensar a educação na escola da prisão requer, por seu lado, tomar a perspectiva desse espaço, regido por normas e regras onde predomina a garantia da segurança, como definidor de práticas que ali podem acontecer". Entende-se que existe aproximação do tema aos estudos territoriais quando pensamos território e territorialidade a partir das questões pertinentes tratadas, como por exemplo a territorialização (docentes se inserindo no território prisional) como uma ação necessária neste contexto que estudaremos (CORRÊA 1998; SANTOS 2009; HAESBAERT 2011). Aborda-se também ações criadas (ou até mesmo modificadas) dentro do território que sempre são provenientes de necessidades (SANTOS 2006). A relação pelos atores dentro do território, a dinâmica dos espaços assim como o uso dos mesmos traduz-se como os elementos constitutivos de uma relação. Neste trabalho são citados diretamente o professor como ator principal, mas, indiretamente são citados também outros que se relacionam com o mesmo levando em

conta, além disso, a dinâmica dos espaços assim como seu uso pelos atores envolvidos (RAFFESTIN 1993). As ações criadas ou modificadas também se fazem presentes e são quase sempre provenientes de necessidades (SANTOS 2006).

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A temática pode ser abordada a partir de várias perspectivas, no entanto a proposta deste estudo é acrescentar contribuições à discussão acadêmica baseadas em reflexões advindas do campo da Educação. Esse estudo é voltado para a educação prisional por entender a amplitude de questões que podem ser ligadas à atividade docente existente neste ambiente. Espera-se suprir uma necessidade que se faz nítida, ou seja, o de entender os saberes e práticas pedagógicas existentes que são adquiridas ao longo do trabalho e convivência do profissional envolvido na formação escolar dos indivíduos privados de liberdade. Busca-se também a compreensão que essas ações provavelmente passam a compor sua identidade e formação influenciadas pela especificidade do território prisional onde a escola se encontra inserida. Segundo Cardoso e Onofre (2015, p. 207) “[...] o saber docente é aquele que se desenvolve no espaço do outro e para o outro. Dessa forma, o saber docente está ligado a uma racionalidade onde o sujeito deve saber fazer e saber justificar porque faz e como faz”. Esses autores também afirmam que o profissional produz um saber específico que, durante sua atividade é considerada o saber da experiência. O autor Bondía (2002, p. 21) é mais sucinto resumindo o entendimento da experiência quando afirma “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca [...]”. A experiência pode ser definida como momentos, acontecimentos que são incorporados a nosso capital ou bagagem cultural enquanto em vivência nos espaços. Este estudo aborda a docência exercida na EJA em espaço prisional como campo constituidor de saberes e práticas pedagógicas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As áreas do conhecimento constantes neste estudo prezam o debate e diálogo interdisciplinar sendo a educação e a filosofia aliadas à geografia e aos estudos territoriais. Encontram-se na área da educação questões e reflexões importantes aqui tomadas a partir das buscas e leituras na literatura existente como os próprios saberes e práticas pedagógicas do professorado prisional, este que, precisa se alinhar à própria prisão, que, quase sempre é povoado de incertezas. Outros pontos surgiram durante o caminhar da leitura como a identidade docente onde Cardoso e Onofre (2015, p. 210) afirmam ser “a relação entre vida e trabalho, parte do pressuposto que não é apenas uma parte da pessoa que se torna professor, mas sim a totalidade desta, com suas histórias de vida e os contextos sociais em que cresce, aprende e ensina” e, daí pode-se entender que a identidade profissional do professor prisional, além de outros pontos, vai sendo inserida também ao longo do seu percurso pela escola prisional. Woodward (2000, p. 13) afirma “A identidade é, na verdade, relacional e a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”. “A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais” (WOODWARD 2000, p.14), ou seja, as mudanças que surgem para o professor são como que impostas ao mesmo por necessidade de adequação aos outros atores e ao próprio ambiente. Os escritos dos autores Duarte e Sivieri-Pereira (2018) dão um direcionamento sobre como se encontra a formação destes docentes, assim como, das necessidades de se

ter certo “preparo” para as especificidades e o cotidiano tanto da escola quanto da unidade prisional. Nas reflexões de Corrêa (1998) e Haesbaert (2011) presencia-se a noção de território para assim entender como a docência prisional necessita se territorializar para além das dificuldades, tensões e organizações próprias das prisões. Os atores atuantes neste espaço, citando diretamente o professor como ator principal, relacionam-se direta e indiretamente com tantos outros enquanto exercem suas funções, o que Raffestin (1993) menciona como “os elementos constitutivos de uma relação” e são também pontos existentes neste trabalho. Torna-se possível a partir dos diálogos propostos também abordar através da perspectiva filosófica foucaultiana os ambientes da escola e prisão tomadas como instituições de sequestro onde, segundo o autor, agem como sendo disciplinares (FOUCAULT, 1987).

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Este estudo toma como sendo seu objeto de pesquisa e questão investigativa a seguinte indagação: Como os docentes que atuam em espaço destinado ao aprisionamento de homens em uma escola de Governador Valadares/MG constituem saberes e práticas pedagógicas próprias da docência na EJA? Para contextualizar o problema apresentado serão identificados quais são os limites e possibilidades da prática da docência em espaço de privação de liberdade.



Foto: Jorge Santos
Fonte: AgênciaAlagoas

Para isso torna-se necessário lembrar que, para analisar a prática pedagógica docente no cenário prisional também é crucial considerar a estrutura do sistema carcerário brasileiro, ou seja, onde esta acontece. Com este propósito objetiva-se conhecer os saberes e práticas pedagógicas adquiridas pelos professores prisionais atuantes neste contexto educacional e o modo como tudo isso poderá ou não vir a integrar/influenciar nestes refletindo em sua identidade e formação.

HIPÓTESE(S)

Podem vir a ser uma resposta ou solução básica, suposta e provisória ao problema de pesquisa em questão. As hipóteses encontradas no contexto foram formuladas de acordo com o que se está proposto neste trabalho:

- As práticas pedagógicas e saberes dos docentes prisionais são repassadas aos novos profissionais que chegam pelos que já se encontram na escola da unidade prisional;
- As práticas pedagógicas e saberes dos docentes prisionais são constituídos a partir do próprio espaço onde estão inseridos;
- As práticas pedagógicas e saberes dos docentes prisionais são alinhados e semelhantes às dos docentes das escolas regulares.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Geral: Compreender como os docentes que atuam em espaço destinado ao aprisionamento de homens em uma escola de Governador Valadares/MG constituem saberes e práticas pedagógicas próprias da docência na EJA.

Específicos:

- Caracterizar a escola e sua especificidade no que diz respeito a educação escolar nas prisões, projeto pedagógico, estrutura, logística de acesso, quadro docente e discente, gestão, colegiado etc.;
- Caracterizar o corpo docente em relação a formação, experiência, avaliação institucional;
- Descrever como se dá o trabalho docente no que diz respeito ao fazer pedagógico, ao planejamento, às condições de trabalho, resultados obtidos, dificuldades, facilidades, especificidades;
- Investigar como os docentes a partir da experiência em espaço prisional constroem saberes e práticas pedagógicas.

METODOLOGIA

Ao longo deste trabalho de pesquisa serão evidenciados importantes pontos de análise que dizem respeito à docência prisional tendo como principal foco e objetivo os saberes adquiridos e práticas pedagógicas exercidas nestes espaços de privação de liberdade trazendo consigo a necessidade de um adentramento investigativo direto. A pesquisa de campo será realizada na Escola Estadual São Judas Tadeu (EESJT) localizada no interior de uma unidade prisional, a Penitenciária Francisco Floriano de Paula (PFFP) na cidade de Governador Valadares, estado de Minas Gerais. Os participantes serão todos os professores da referida escola que aceitarem fazer parte da pesquisa como voluntários e, para isso, lerão, concordarão e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como sempre é recomendado em pesquisas desta natureza. Entende-se que o ambiente da escola prisional é fonte direta para a coleta de dados, interpretação de fenômenos além da atribuição de significados para o tipo de pesquisa a que se propõe. Quanto à abordagem este é um estudo de natureza qualitativa exploratório onde entende-se que dados qualitativos incluem detalhes e podem também proporcionar uma perspectiva mais humana aos resultados da pesquisa além de demandar técnicas padronizadas para a coleta de dados. Serão considerados além da busca na bibliografia os instrumentos de coleta de dados como o questionário e as entrevistas semi estruturadas. Os dados coletados poderão ser anotados em caderno de campo ou, se for o caso, também por meio de gravações que podem ser combinadas desde que seguidas de anotações fiéis do que for coletado proveniente destas gravações (LUDKE e ANDRÉ, 1986).



Site Governo do Estado do Mato Grosso do Sul - Sistema Penitenciário (Agepen)

JUSTIFICATIVA

Este trabalho é relevante por abordar e buscar o entendimento de questões voltadas à constituição de saberes e práticas pedagógicas docentes em espaço de privação de liberdade. O tema investigado – a docência em território prisional - será analisado tendo como referência a abordagem territorial quando se compreende que a prisão, sendo um território criado com o objetivo primeiro de manter o indivíduo recluso e disciplinado se contrapõe, em um primeiro momento, à escola que é outro território com seu objetivo maior e definido de educar, instruir e contribuir no processo ressocializador.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA:

A presente abordagem trará grande diferencial ao estudo, pois, tomará o investigado, o objeto do estudo que são os saberes constituídos e as práticas pedagógicas aliadas ao seu ator principal, neste caso o professor prisional, como parte de outro território, o prisional, tido à primeira vista como totalmente inverso ao da educação. O docente para atingir os objetivos necessita se territorializar e construir, por vezes, saberes próprio e práticas pedagógicas interligadas de acordo e em consonância ao modo como são organizadas as prisões. Santos (2006, p.53) diz “a ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade.” O homem como protagonista possui capacidade para criar ações que sejam necessárias ao espaço. Pensar a dinâmica dos lugares, atores e ações logo nos vem a ideia de relações que, por serem ou se tornarem complexas em determinado ambiente, surgem e assim dificultam essa mesma abordagem relacional (RAFFESTIN, 1993). Falando em interdisciplinaridade vale a pena ressaltar que os estudos territoriais se tornam ferramenta de análise crucial do diálogo entre as áreas na pesquisa realizada contribuindo diretamente com o entendimento da dimensão territorial vivida pelos professores que se encontram a exercer a docência em âmbito prisional. A presente pesquisa se insere na linha de pesquisa “território, migrações e cultura” e área temática “educação, cultura e identidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. Docência na prisão: relação professor-aluno e identidade docente. Educação, v. 41, n. 2, p. 300-312, 2018.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objeto, sistemas de ação. In: _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006. p. 38-56.

JOSÉ, Gesilane de Oliveira Maciel; DA SILVA TORRES, Eli Narciso. Docência no sistema penitenciário: o que as narrativas de professores revelam sobre a educação de adultos privados de liberdade. Reflexão e Ação, v. 27, n. 2, p. 56-76, 2019.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Desafio histórico na educação prisional brasileira: resignificando a formação de professores. Um quê de utopia? Revista HISTEDBR On-Line, v. 12, n. 47, p. 205-219, 2012.

RAFFESTIN, Claude. Elementos para uma problemática relacional. In: _____. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática, 1993, pp. 30-50.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

CONTATO

E-mail: adeilson.js@hotmail.com

**A EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA
JUVENIL**



Imagem do site Gazeta das Caldas

A efetivação das políticas públicas na redução da violência juvenil

*Patrícia Dione Corrêa Siman
Sueli Siqueira
Eunice Maria Nazareth Nonato*

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de reconhecer quais são os entraves para a plena efetivação da Política Pública para a redução da violência entre jovens em vulnerabilidade social no território do distrito de Perpetuo Socorro, município de Belo Oriente. As contribuições teóricas e metodológicas se encontram em Milton Santos, Haesbaet, Abramo, Dayrel e Spósito.

Palavras-chave: Juventude; Violência; Território.

Abstract: This work aims to recognize the obstacles to the full implementation of the Public Policy for reducing violence among socially vulnerable youth in the territory of the Perpetuo Socorro district, municipality of Belo Oriente. Theoretical and methodological contributions are found in Milton Santos, Haesbaet, Abramo, Dayrel and Spósito.

Keywords: Youth; Violence; Territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A temática “violência” tem ocupado um amplo espaço de discussão no cenário brasileiro, principalmente no que concerne a questões das juventudes e à implantação ou implementação de Políticas Públicas e os entraves para sua efetivação em territórios vulneráveis. O presente trabalho se coloca como uma possibilidade de ampliar os estudos relativos ao campo da sociologia da juventude, em uma perspectiva interdisciplinar com a literatura de Dayrel, 2003- 2016; Abramo, 1995- 1997, Spósito e Carrano, 2003. Ao considerarmos que o sujeito é influenciado e influenciador onde cria raízes, Santos (2010) apresenta que na área ciência política enfatizam a potencialidade da juventude em difundir normas, valores e comportamentos que sustentem a construção e solidificação da democracia e de suas instituições, em contraposição à insatisfação e desconfiança da maior parte dos cidadãos diante da política.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

O debate presente nos estudos focado na violência que permeia a juventude em situação de vulnerabilidade a ser desenvolvido no distrito de Perpétuo Socorro, pertencente ao município de Belo Oriente, estado de Minas Gerais, procuraremos destacar os entraves para a plena efetivação das políticas públicas para jovens em vulnerabilidade social e sua relação com as suas territorialidades construídas em meios de violência. Esta escolha advém da minha percepção enquanto profissional da que está inserida da gestão pública e ao mesmo tempo envolvida com os profissionais que atuam nos equipamentos de assistência social, onde tenho a oportunidade de vivenciar os dois extremos, a formulação e implantação de políticas públicas e a execução das mesmas. Percebo, assim, as deficiências na articulação de rede e atores, assim como o acompanhamento nos sistemas de ensino, o que fragiliza a efetivação dos direitos.

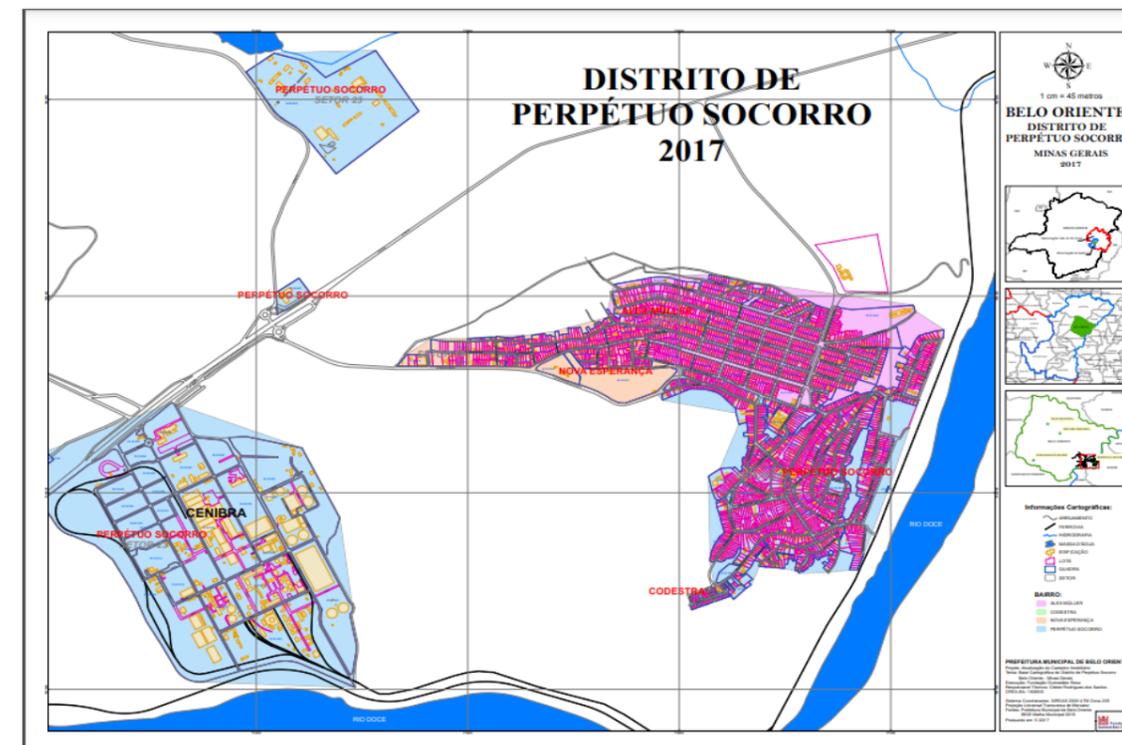
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O tema a ser pesquisado compreende várias áreas de conhecimento, sociologia, a educação e a geografia, onde segundo o Ministério de Desenvolvimento Social apresenta que a vulnerabilidade origina-se no processo de produção e reprodução das desigualdades, a assistência social deve compreender seu aspecto multidimensional, não se restringindo apenas às situações de pobreza ou relaciona-la à falta de renda. Outra temática que se destaca nos estudos sobre juventude é a violência, por isso, será tomada como categoria de análise, pois a ocorrência desse fenômeno social é preocupação presente nessa pesquisa. A abordagem sociológica desenvolvida por Pires (1999), Saquet, 2008, Dayrel, 2003- 2016, Abramo, 1995- 1997 colabora teoricamente para a caracterização da categoria juventude, ao considerar as condições sociais como elementares para construção desse ser histórico que não está sujeito à cronologia biológica. O campo conceitual sobre o território, aliado ao cenário interdisciplinar, os estudos territoriais se constituem um instrumento de análise imprescindível para esse trabalho, ao contribuir com o entendimento da dimensão territorial vivida pela juventude. A juventude "é uma categoria socialmente produzida (...) marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social" (DAYRELL, 2016, p. 26). Deste modo, os jovens constroem as suas identidades mediante suas relações. Os estudos territoriais se interessam pelas relações dos sujeitos, pela cultura e identidade construídas no espaço (Saquet, 2013). A contribuição para a garantia da proteção social e dos direitos sociais, a identificação das famílias vulneráveis e em situação de risco no território, é de extrema necessidade para a compreensão de que cada território deve estar articulado a outro a fim de alcançar o bem maior que é a oferta de políticas públicas eficientes e eficazes. Santos (2007) propõe o conceito de território relacionado à identidade, ao lugar e ao sentimento de pertencer, deixando clara a relação com o uso do território e que este só se torna conceito utilizável para análise social quando é considerado a partir do uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que o utilizam. Frente à conceituação, pensar política pública sob a ótica do território usado e oportuniza a formação de uma visão estratégica para a otimização dos esforços públicos. Para conceituar território deve ser levando em consideração a abordagem e significados a partir das complexidades das dinâmicas sociais e pluralidade de conceitos de território e territorialidade. Segundo Haesbaert (2007, p.37), dizem respeito à especialidade humana, têm tradição também em outra área, cada qual com o enfoque centrado em uma determi-

nada perspectiva. Para Souza (2005), é preciso libertar o território de uma visão centrada no Estado e no Estado-nação que gera, muitas vezes, uma fixação empobrecedora e que direta ou indiretamente, inclusive, legitima a figura do Estado. Para o autor, o território deve ser compreendido por e a partir das relações de poder, não é apenas o território que só pode ser concebido, concretamente, com a ajuda da ideia de poder, também o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território. Dessa forma, pode-se entender que O território é uma concepção materialista social, sem desconsiderar as relações sociedade-natureza, o que indica a necessidade de uma abordagem múltipla que reconheça e explique os processos econômicos, políticos, culturais (memória, imaginário, representações, identidades, símbolos) e naturais de sua formação (Saquet, 2008, p. 57). Reiterando a perspectiva de Souza (2005) que destaca que o território é ao mesmo tempo apropriação (numa perspectiva mais simbólica) e domínio (num aspecto mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente compartilhado, Haesbaert (2004) compreende que o território é revelador de parte ou de todas as dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e, até mesmo, ambientais de uma sociedade a partir de uma perspectiva integradora.

PROBLEMA DE PESQUISA

O distrito de Perpétuo Socorro é o local que mais concentra casos de violência registrado no município de Belo Oriente, a secretaria municipal de Assistência Social do município de Belo Oriente. Dos 23.397 habitantes residentes em Belo Oriente, segundo dados do Censo IBGE 2010, 1.141 encontra-se em situação de extrema pobreza, de acordo



Sexo	Faixa etária				Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	
Masculino	226	241	232	212	911
Feminino	246	237	274	238	995
Total	472	478	506	450	1906

Tabela 1- Elaboração própria- Sexo e faixa etária dos residentes em Perpétuo Socorro acompanhados pelo SUS

Fonte: e-SUS APS, ano de 2020.

Conforme verificado acima, no distrito é sediada uma empresa de celulose, o que já é um potencial para que as possíveis ações para mitigar os entraves levantados pelo presente estudo.

Diante da realidade local, torna-se extremamente urgente e complexa a adoção de perspectivas que definem as demandas juvenis não apenas no universo simbólico ou expressivo, uma vez que se reconheça sua fragilidade de ofertas de políticas públicas e este grupo, o qual é um universo significativo, conforme verificado na tabela 1.

HIPÓTESE(S)

Não foram definidas hipóteses para essa pesquisa.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Reconhecer quais são os entraves para a plena efetivação da Política Pública para a redução violência entre jovens em vulnerabilidade social no território do distrito de Perpétuo Socorro, município de Belo Oriente.

Para tanto se faz necessário o trabalho com específico em discutir violência e exclusão do jovem em vulnerabilidade social e suas consequências; descrever o histórico das políticas públicas para a juventude; destacar os entraves para a plena efetivação das políticas públicas para jovens em vulnerabilidade social; correlacionar as políticas públicas sociais e educacionais para efetivação das ações que combatem a vulnerabilidade de jovens em situação de risco.

METODOLOGIA

Para compor uma visão panorâmica da temática violência, juventude e políticas públicas publicada no Brasil, foi realizada revisão de literatura, que possibilitou identificar que a juventude é tema presente nas publicações brasileiras, porém é escassa a publicação que trata violência e políticas públicas. Foi realizada busca no portal da CAPES, a escolha delimitou em consistentes revisões já publicadas sobre juventudes, vulnerabilidades, políticas públicas e violências. Podendo com estes trabalhos dialogar, adotando padrões similares e/ou complementares para a definição da pesquisa científica. Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa em Perpétuo Socorro, os sujeitos da pesquisa são os jovens, moradores de regiões em vulnerabilidade, que frequenta os serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos ou os que são atendimentos em algum momento pelo Conselho Tutelar. Comporá a pesquisa além de a análise documental, a reunião de grupo focal. Ressalta-se que todo o material e os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para a finalidade prevista mediante o seu protocolo ético.à efetividade do acesso à justiça, interpretando o fenômeno e atribuindo significado. Na aplicação da pesquisa será elaborado um formulário para levantamento das informações referentes aos processos judiciais protocolizados e títulos apontados, com objetivo de tabelar, de um lado, dados da via judicial com o número de processos envolvendo recuperação de crédito protocolizados, sentenciados e baixados, e em quais prazos, e de outro lado, dados do cartório de protesto, o número de títulos e documentos de dívida apontados, liquidados, retirados, protestados e cancelados, e em quais prazos. Para análise dos dados, far-se-á uso dos métodos observacional, comparativo e estatístico para reforço das conclusões obtidas mediante os formulários preenchidos com os desempenhos das duas ferramentas. Após, os números apresentados serão traduzidos em estatísticas a fim de possibilitar a comparação do desempenho de cada instrumento.

JUSTIFICATIVA

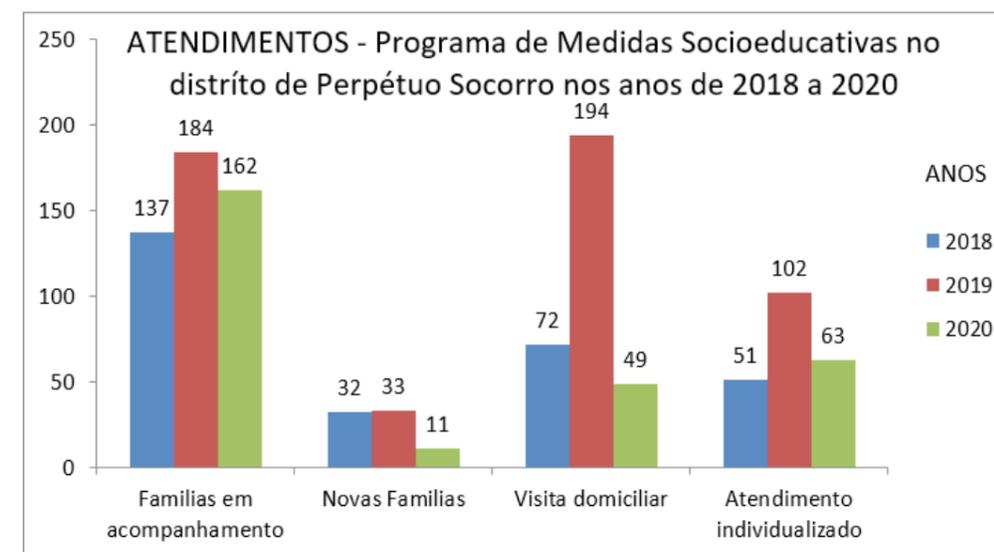


Gráfico 1 - Fonte: Registro mensal de atendimento – RMA. Anos de 2018 a 2020, com total de 76 novos casos.

A questão norteadora para a elaboração do projeto de pesquisa é buscar os entraves que impedem o alcance efetivo das políticas públicas para a redução da violência no ciclo de vida juvenil. O distrito de Perpétuo Socorro, localidade onde concentra a maior vulnerabilidade social e maiores índices de atos violentos do município de Belo Oriente, conforme verificamos no gráfico dos últimos três anos.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A discussão interdisciplinar cujo campo temático estruturante é Território da Violência e Vulnerabilidade, que dialogará questões que perpassam pela formulação, implantação e execução de políticas públicas que visem a redução de fatos violentos que envolvam a juventude residente de um território onde há concentração de vulnerabilidade social. A articulação de conceitos de mais variadas áreas de conhecimento, reverbera a ineficiência da execução da política pública quando se analisa a realidade na sociedade e busca soluções em base científica como a sociologia, educação, assistência social. Neste momento há a percepção de que a relação de poder que se estabelece dentro de um contexto social do território pode ser um dos entraves para a eficiência da política pública ofertada. A pesquisa será no território vulnerável, o qual será observado à luz das teorias do pertencimento e da integração social a fim de compreender a dinâmica vivenciada pela comunidade juvenil em território de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE, 2010.

PIRES, Rui Pena. Uma teoria dos processos de integração. Sociologia – Problemas e práticas, nº30, 1999, p. 9-54.

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. Consulta Prévia. Prefeitura, Belo Oriente, 2020.

SANTOS, Machado Amanda. Juventude e representação. As contribuições da teoria do reconhecimento na inclusão política juvenil. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, 2010. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: patricia.siman@univale.br

**ADOLESCENTES NEGRAS: VIVÊNCIAS DE OPRESSÕES
INTERSECCIONAIS NO TERRITÓRIO ESCOLAR**

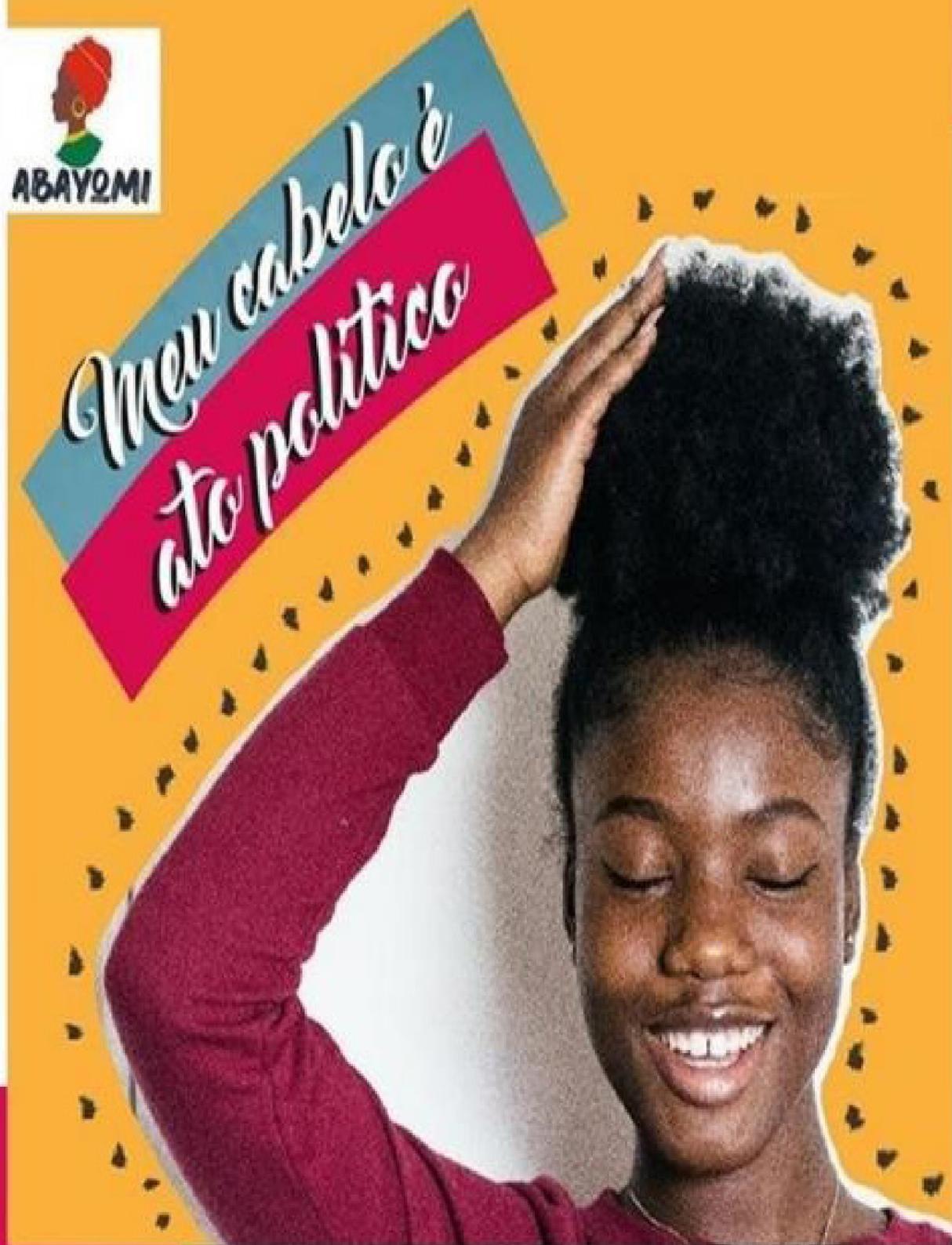


Imagem do Coletivo Abayomi/GV

Adolescentes negras: vivências de opressões interseccionais no território escolar

*Erika Benigna Nascimento
Fernanda Cristina de Paula
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza*

Resumo: O objetivo do estudo é compreender como as adolescentes negras vivenciam as formas de opressões interseccionais de raça e gênero no território escolar nos finais do ensino fundamental da educação básica da cidade de Governador Valadares/Minas Gerais.

Palavras-chave: Adolescentes negras, interseccionalidade, território escolar.

Abstract: The objective of the study is to understand how black adolescents experience the forms of intersectional oppression of race and gender in the school territory at the end of basic education in basic education in the city of Governador Valadares / Minas Gerais.

Keywords: Black adolescents, intersectionality, school territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A partir da minha experiência pessoal como mulher negra, experiência profissional como professora da educação básica e atuação em movimentos sociais que trata das demandas sobre relações étnico- raciais e gênero, pretendo investigar como são vivenciadas as opressões interseccionais de raça e gênero por adolescentes negras dentro do território escolar. A interseccionalidade é um conceito imprescindível para entendemos a inseparabilidade estrutural do racismo e patriarcado; o conceito é entendido como instrumento normativo para que as mulheres negras possam ser vistas e faladas a partir do seu próprio lugar de experiência pós-colonial (AKOTIRENE, 2018). Entendemos que a educação eminentemente cultural e que a relação ensino/aprendizagem se constrói no campo dos valores, das representações e de diferentes lógicas. Embora negros e brancos são iguais do ponto de vista genético ao longo da experiência histórica, social e cultural, a diferença entre ambos foi construída para classifica-los. Nesse contexto das relações de poder e dominação, essas diferenças foram transformadas em formas de hierarquizar indivíduos, grupos e povos. Importante identificar, debater e problematizar as desigualdades entre adolescentes negras e brancas dentro da escola como ambiente de reprodução do racismo e sexismo (GOMES,2005).

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Para Moreira (2020) “estereótipos racistas estão presentes nas mentes de praticamente todas as pessoas, sendo elemento central da história social e psíquica das nações ocidentais.” (MOREIRA, 2020 p.45). Kilomba (2020) afirma que “o impacto simultâneo da opressão “racial” e de gênero leva a formas de racismo únicas que constituem experiências de mulheres negras e outras mulheres racializadas.” (KILOMBA 2020 p.99) Pensando a adolescência como tempo de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive. (EISENSTEIN, 2005 p.6).

Nesse sentido, a vivência escolar, nesse período de transição entre a infância e a vida adulta, se torna um importante momento no processo de construção da identidade. A maneira como a sociedade enxerga essas adolescentes negras, classifica seu cabelo, seu corpo, sua estética; a construção da identidade é, então, permeada por estereótipos e representações negativas sobre o seu padrão estético e sobre seu papel social. A escola é um espaço sociocultural

onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, que fazem parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira se fazem presentes no cotidiano escolar. (GOMES, 1996, 2003). Nesse contexto, o tema a ser abordado nesse pré-projeto de pesquisa é como são vivenciadas as opressões interseccionais de raça e gênero por adolescentes negras no ensino fundamental, a partir da narrativa das próprias adolescentes e pensadas a partir do corpo teórico relacionado à literatura de interseccionalidade de raça e gênero no território escolar da cidade de Governador Valadares/ MG.



Imagem do Coletivo Abayomi/GV

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Examinaremos a escola como território para analisamos os dispositivos sociais que levam as adolescentes negras conhecerem os limites de seu território e se reconhecerem dentro dele. Pensamos o conceito de território escolar a partir da dimensão vivida para apreensão de dinâmicas socioespaciais compreendendo a constituições de territórios na perspectiva do vínculo afetivo ou simbólico, apropriação simbólica, subjetividade e identidade para a compreensão de grupos sociais a partir de sua relação com o espaço. (DE PAULA, 2011). Nossa proposta é “pensar novas epistemologias, discutir lugares sociais e romper com uma visão única indo atrás de formas de sociabilidade que não sejam pautadas pela opressão de um grupo sobre outro. Compreendemos raça e gênero de modo indissociável para ressignificar o conceito de humanidade, já que mulheres negras especificamente não são tratadas como humanas”. (RIBEIRO, 2018 p.27) Para Almeida, racismo “é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2020 p. 32). Nesse sentido o racismo é efetivado através da discriminação racial estruturada, estabelecendo um processo que particularidades de privilégios se difundem entre os grupos raciais e se manifestam nos espaços econômicos, políticos A filósofa Djamila Ribeiro, define racismo como um sistema de opressão que nega direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a esse grupo. Portanto, não ouvir o que as mulheres negras tem a dizer é reforçar com o lugar de subalternidade que o racismo e o machismo criaram para a mulher negra. (RIBEIRO, 2018 p.39) Dessa maneira, tomaremos a educação para pensar a escola enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, mas que se revela como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. Entendendo que a identidade negra em nossa sociedade se constrói estruturada no movimento de rejeição/aceitação do ser negro, é compreensível que os diferentes sentidos atribuídos pelo homem e pela mulher negra ao seu cabelo e ao seu corpo revelem uma maneira tensa e conflituosa de “lidar” com a corporeidade enquanto uma dimensão exterior e interior da negritude. (GOMES,2003). A interseccionalidade, diz respeito ao entrecruzamento de discriminações. Criado por Kimberle Crenshaw (1989), a noção de discriminação interseccional contribui para uma renovação na forma de abordar e discutir as problemáticas estruturais que constituem nossas sociedades. Essa renovação se opera na medida em que a interseccionalidade lança luz, especificamente, sobre a complexidade das discriminações e opressões que indivíduos sofrem ao acumularem mais de um marcador social a partir do qual sofrem preconceito e discriminação.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A marginalização da população negra faz parte de nossa estrutura social e constitui as relações sociais que estabelecemos, fruto de uma construção histórica que mantém negros e negras em posições de subalternidade. Entendendo que os territórios vividos são reflexos de processos estruturantes de nossa sociedade, abordaremos a escola como território vivido para pensamos na forma o racismo estrutural age nas relações interseccional de raça e gênero tecidas dentro do território escolar e as tensões se estabelecem nessas relações. A relação que estabelecemos com o ambiente escolar apresenta uma dimensão

marcante em nossas vidas. Entendemos que as demandas das escolas sobre discriminações racial e de gênero devem ser investigadas e enfrentadas com uma compreensão de seus fatores abrangentes. Como são vivenciadas pelas adolescentes negras, estudantes do ensino fundamental, as relações interseccionais de raça e gênero tecidas dentro do território escolar e que tensões se estabelecem nessas relações?

HIPÓTESE(S)

Decorrente do problema de pesquisa, uma hipótese norteará o desenvolvimento da investigação aqui proposta. A hipótese é de que a discriminação por raça e gênero que atinge as mulheres e negras é estrutural e se reproduz, também, no território escolar, oprimindo, no caso, adolescentes negras.

OBJETIVOS (geral e específicos)

GERAL: Compreender como são vivenciadas as opressões interseccionais de raça e gênero por adolescentes negras nos anos finais do ensino fundamental da educação básica na cidade de Governador Valadares – MG.

ESPECIFICO:

- Identificar quais as formas evidenciadas pelas adolescentes negras de discriminação interseccional de raça e gênero no território escolar.
- Detectar como as adolescentes negras lidam com as opressões sofridas.
- Identificar se emergem territorialidades no espaço escolar a partir da opressão interseccional de gênero e raça.

METODOLOGIA

Para identificar as formas de opressões interseccional de gênero e raça vivenciadas por adolescentes negras nos anos finais do ensino fundamental da educação básica, serão utilizados procedimentos metodológicos qualitativos. A pesquisa bibliográfica terá um caráter exploratório, roda de conversas com as estudantes negras e entrevistas semiestruturadas. Importante instrumento dentro das pesquisas exploratórias, faremos uma análise bibliográfica com base em material já elaborado sobre os conceitos de território, territorialidade e território escolar. Entre os aportes teóricos que irão ser trabalhados na análise bibliográfica, com os autores: Penha (2005), Haesbaert (2009), De Paula (2011), para a elaboração teórica e metodológica. Ainda dentro da análise bibliográfica; recorreremos a

Gonzalez (1998), Carneiro (2003), Crenshaw (2002), Akotirene (2018), Ribeiro (2018) e Kilomba (2020) para elucidar o conceito de interseccionalidade como mecanismo metodológico para reflexão a inseparabilidade estrutural do racismo e patriarcado, criando uma matriz interpretativa para a compreensão das informações coletadas pesquisa de campo (entrevistas semiestruturadas e roda de conversa) com essas adolescentes e as discriminações que elas vivenciam, incorporando as articulações decorrentes da sobreposição de raça e gênero.

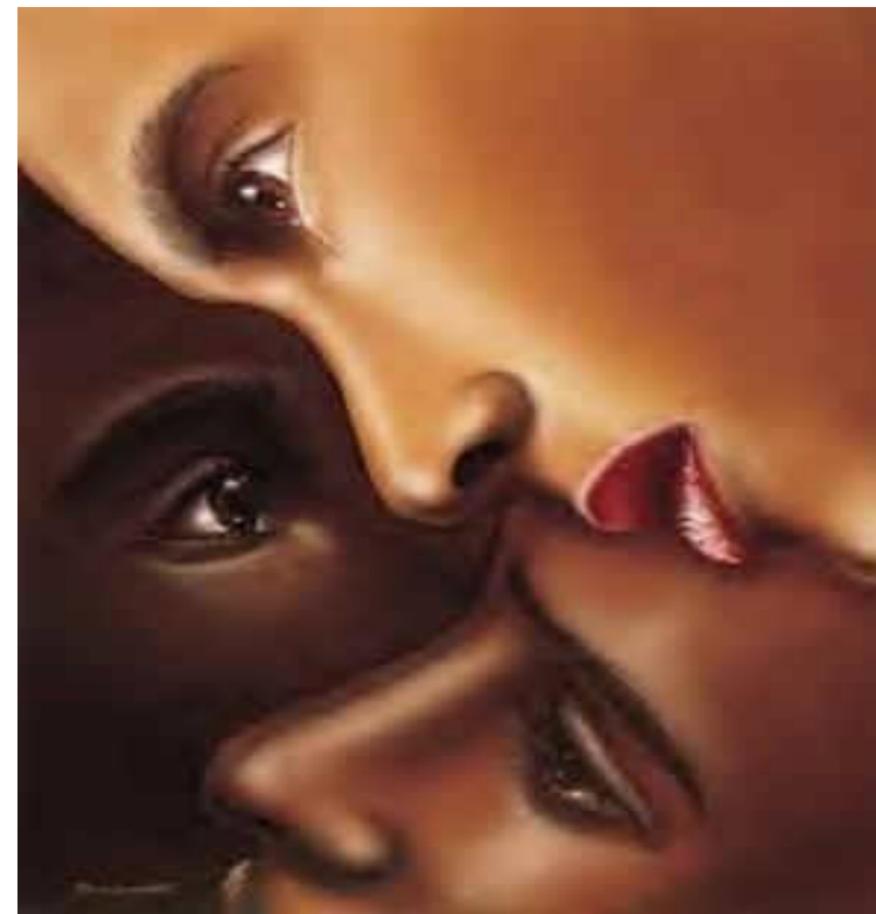


Imagem do Portal Geledés

JUSTIFICATIVA

Embora na história recente de nosso país, tivemos avanços significativos na ampliação da escolaridade da população negra; resultado de ações afirmativas que produziram melhoria nas condições de vida da população negra. Contudo, esses avanços são insuficientes para provocar uma expressiva redução das desigualdades raciais e de gênero, dada a persistência da estrutura do racismo e sexismo que delimitam visões estereotipadas de brancos e negros, de homens e mulheres, produzindo circunstância diferenciadas de acesso a direitos e oportunidades. (IPEA, 2013). A pedagoga Nilma Lino Gomes (1996) denuncia a existência de uma ideologia racial no cotidiano escolar, o que também é denunciado em documentos legais no campo da educação que visam o estabelecimento de relações igualitárias no tocante a raça a partir do gênero. A necessidade do estabelecimento dessas relações igualitárias está evidenciada na Constituição Brasileira e em legislações

educacionais que instituem a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, como forma de valorização cultural e identitária com o propósito de diminuir as formas de racismo (BRASIL, 1988, 1996, 2008).

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

Pensaremos território e territorialidades a partir do conceito de Haesbaert (1999, 2009) que considera o território em diferentes enfoques; no qual vamos destacar a dimensão cultural em que o território é visto como produto da apropriação e/ ou valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. As identidades territoriais são identidades sociais que possuem como um de seus elementos estruturantes o território. O autor afirma que elas têm um importante papel na dinâmica social visto que operacionalizam um poder simbólico: as pessoas pensam e agem em função dos territórios aos quais se sentem pertencentes. (HAESBAERT 1999, 2009; ENES; BICALHO 2014). Entendemos a escola como espaço apropriado de forma coletiva; abordaremos a escola como território vivido para pensarmos de que forma as relações interseccionais de raça e gênero são tecidas dentro desse território e as tensões que estabelecem a partir dessas relações, vivenciadas por adolescentes negras. Nesse sentido, esse pré-projeto de pesquisa se enquadra no programa na Linha de Pesquisa 01: Território, Migrações e Cultura pretendendo investigar manifestações sociais e as relações socioterritoriais e socioculturais, tendo como campo estruturante "território da violência e vulnerabilidades e direitos humanos", na medida em que foca em como a discriminação interseccional se realiza no território escolar. Compreender de forma interseccional as vivências das adolescentes negras destacando o mundo simbólico do território escolar a partir da territorialidade, podendo nos apontar caminhos efetivos para uma educação equânime, privilegiando a subjetividade e os mecanismos de reprodução do lugar, ampliando nosso olhar para uma educação como processo mais humanizado. (PENHA, 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade? São Paulo: Ed. Letramento, 2018.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., Território: Globalização e fragmentação. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, p. 16-39. Set /Out /Nov /Dez 2003.

Agradecimentos: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

CONTATO:

E-mail: erikabenigna@yahoo.com.br

**DO ESPAÇO VIVIDO AOS ESPAÇOS DE PODER: A PERCEPÇÃO DOS
ARTISTAS E PRODUTORES CULTURAIS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA
CULTURAL DE GOVERNADOR VALADARES**



Evento Cultural em GV
Fonte: Letícia F. E. Menta

Do espaço vivido aos espaços de poder: a percepção dos artistas e produtores culturais sobre a política pública cultural de Governador Valadares

*Letícia Firmato Esteves Menta
Cristiana Maria de Oliveira Guimarães*

Resumo: Esta pesquisa busca entender a percepção dos artistas e produtores culturais de Governador Valadares sobre a Política Pública Cultural do município, através de entrevistas em profundidade, trazendo uma análise de suas práticas socioespaciais.

Palavras-chave: Cultura, Espaço vivido, Territorialidade

Abstract: This research seeks to understand the perception of Governador Valadares artists and cultural producers about the Municipal Public Policy, through in-depth interviews, bringing an analysis of their socio-spatial practices.

Keywords: Culture, Lived space, Territoriality

DEFINIÇÃO DO TEMA

O presente estudo se faz interdisciplinar, partindo de conceitos da Geografia Cultural como espaço e território, também estudados pela Sociologia. A partir das contribuições de Lefebvre (2001) sobre o espaço vivido como resultado das práticas sociais do uso do espaço, permeados pela singularidade e subjetividade dos sujeitos, proposta pela Sociologia Fenomenológica de Schutz (1979), o estudo busca entender as relações de poder numa perspectiva integradora como proposta por Haesbaert (2010). Um diálogo entre a cultura e o território (transitando também pelo Direito e pela Filosofia) visto a partir das dinâmicas locais, analisando os processos de uso e apropriação dos espaços, traduzido pelas experiências vividas dos artistas e produtores culturais.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A pesquisa busca entender a percepção dos artistas e produtores culturais de Governador Valadares sobre a Política Pública Cultural do município, através de entrevistas em profundidade, trazendo uma análise das práticas socioespaciais, a relação entre suas práticas cotidianas, vividas nos espaços físicos e simbólicos, com a participação na

produção de cultura na cidade. Com aportes teóricos explicados a seguir, pretende-se também observar a relação do uso e apropriação, a significação (ou não) dos espaços, pelos artistas e produtores culturais da cidade, através de suas práticas e vivências (ou a falta destas).

O tema foi escolhido pela relevância do assunto para o desenvolvimento social e humano junto a urgência da pauta a nível municipal, já que o Conselho Municipal de Política Cultural, que é o instrumento legal de participação e parte da estrutura básica permanente do órgão responsável pela coordenação do Sistema Municipal de Cultura (Lei nº 6.269, artigo 38), não está em funcionamento. Este fato é relevante pois coloca em questionamento a efetividade da Política Municipal de Cultura. A intencionalidade da pesquisa vem da percepção da necessidade de ouvir os artistas e produtores culturais para uma política mais democrática e efetiva. O critério utilizado para delimitação do tema vai além da riqueza do processo de apropriação dos espaços físicos através das práticas sociais, mas também pela importância da participação e ocupação dos espaços de poder, entendendo a vivência como premissa democrática legítima.



Virada Cultural em GV
Fonte - Portal G1

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A cultura é um direito humano garantido por Lei, promulgado no artigo 27 da Declaração Internacional dos Direitos Humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948). Tendo em vista a alta velocidade das transformações que vivemos, aliada à enormes pressões sociais, Hall (1997) observa o campo da cultura como território de disputa identitária e

ideológica. O Estado, com apoio e cooperação internacional junto a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) é responsável pela efetivação dos direitos culturais. No artigo 215 da Constituição Federal Brasileira, promulgado em 5 de outubro de 1988, está expresso: "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais". As políticas públicas culturais do Brasil devem ser democráticas, contando com a participação comunitária em sua formulação e execução, conforme a Lei 12.343/10 da Constituição Federal Brasileira. Trataremos aqui o conceito de cultura como direito, concebido através de aspectos interdisciplinares para a construção das políticas públicas.

A Política Municipal de Cultura vigente, instituída pelo Sistema Municipal de Cultura (Lei nº 6.269), em artigo 38 cria o Conselho Municipal de Política Cultural com instrumento legal de participação e parte da estrutura básica permanente do órgão responsável pela coordenação da mesma. O fato do não funcionamento do conselho é relevante pois coloca em questionamento a efetividade da Política Municipal de Cultura, que neste trabalho é entendida como território em disputa. A percepção dos artistas e produtores culturais pode esclarecer lacunas sobre a Política Municipal de Cultura. A partir do relato de suas vivências socioespaciais, serão feitas análises buscando entender a relação de apropriação (ou não) dos espaços físicos, simbólicos e de tomada de decisão e as relações de poder que perpassam esse processo.

Para entender as interfaces desse processo, vamos primeiro conceituar espaço vivido, território, territorialidade e apropriação. Lefebvre entende o espaço vivido como o espaço da cotidianidade. Schmid (2012), em sua leitura da teoria de Lefebvre entende que o espaço vivido é espaço da arte, baseado na subjetividade da relação entre o sujeito e o mundo dele mesmo, estabelecendo uma relação com a fenomenologia de Merleau-Ponty. Segundo Haesbaert o território "pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural" (HAESBAERT, 2004, p. 79). A territorialidade é a relação que se cria com o espaço, mesmo que simbólica, sem depender necessariamente de um espaço físico. A apropriação é também forma de utilização do espaço, dando significado tanto quanto a territorialidade.

A partir da junção de todas estas ideias, este estudo pretende aprofundar nos conceitos apresentados visando aporte teórico para análise das percepções dos artistas e produtores culturais sobre a política municipal de cultura.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A pesquisa busca entender qual é a percepção dos atores culturais (artistas e produtores culturais) sobre a política municipal de cultura de Governador Valadares. A partir do relatos dos entrevistados, pretende-se observar também a relação dos artistas e produtores culturais com os espaços físicos, simbólicos e de construção da política municipal de cultura, por onde perpassam relações de poder. Esta pesquisa utilizará uma abordagem fenomenológica, e fará uma análise baseada nos conceitos dos estudos territoriais em confluência com a fenomenologia compreensiva de Schutz (1979) onde a realidade é compreendida com base na ação e na subjetividade do ator social.

HIPÓTESE

Uma das hipóteses é de que os artistas e produtores têm a percepção negativa sobre a política cultural municipal, tanto que a ignoram e não querem/se interessam em fazer parte, lutar por ela. Esta possível situação também pode ser resultado de tentativas frustradas em participar da política municipal de cultura não conseguindo efetividade.

OBJETIVOS (geral e específicos)

O objetivo geral da pesquisa é compreender a percepção dos artistas e produtores culturais de Governador Valadares sobre a política municipal de cultura e a relação de apropriação (ou não) entre as experiências vividas por estes atores e os espaços físicos, simbólicos e de participação na gestão municipal da cultura através de entrevistas em profundidade. Buscando também entender as relações de poder expressas neste processo.

Objetivos específicos:

- entender as relações sócio espaciais que estruturam a cena cultural da cidade;
- analisar as atividades culturais relatadas pelos artistas (e produtores culturais) e suas relações com os espaços;
- mapear os espaços vividos pelos atores; observar o engajamento e participação democrática na gestão municipal da cultura.

METODOLOGIA

A proposta da pesquisa é de natureza qualitativa, aplicada e descritiva (PRODANOV; DE FREITAS, 2013). Pretende-se analisar um fenômeno socialmente pertinente sob a luz da abordagem fenomenológica de Schutz (1979), a percepção dos artistas e produtores culturais sobre a política municipal de cultura através de entrevistas em profundidade.

A sociologia fenomenológica de Schutz (1979) é uma ferramenta metodológica para a compreensão da ação social, baseada na ação e na subjetividade do ator social. Seu trabalho tem como base a Fenomenologia de Husserl e a sociologia compreensiva de Weber (OLIVEIRA, 2018). Essa confluência entre experiência e ação, está em diálogo com as práticas socioespaciais e a proposta de Lefebvre em seu conceito de espaço vivido, o que motivou a escolha desta metodologia.

Será utilizado como instrumento de análise a Hermenêutica Fenomenológica. Este instrumental também foi escolhido por dialogar com a proposta da pesquisa e ajudar na compreensão e tradução do fenômeno numa linguagem significativa sistematizada com rigor científico (DITTRICH; LEOPARDI, 2015).

JUSTIFICATIVA

A proposta de estudar a percepção dos artistas e produtores culturais de Governador Valadares sobre a política municipal de cultura se faz relevante não apenas pela importância da cultura no desenvolvimento humano e territorial, mas pela falta de estudos que tratem deste assunto no município. A proposta desta pesquisa busca demonstrar a importância da participação popular na produção da cultura, e que também deveria acontecer nos processos de tomada de decisões para uma política mais efetiva.



Festival da Diversidade em GV
Fonte: Leticia F. E. Menta

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A pesquisa proposta foi pensada e construída através de conceitos e referências dos estudos territoriais propostos pelo programa. Segue a linha de pesquisa "Território, Migrações e Cultura", dentro da temática "Direito, Território e Regulação" que envolve

cultura, território, identidade, práticas simbólicas e representação do poder. Serão abordados os conceitos de território, territorialidade, apropriação e espaço vivido como bases para o desenvolvimento da análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

DITTRICH, Maria Glória; LEOPARDI, Maria Tereza. Hermenêutica fenomenológica: um método de compreensão das vivências com pessoas. *Discursos Fotográficos*, v. 11, n. 18, p. 97-117, 2015.

GOVERNADOR VALADARES, (2011), Lei Ordinaria 6.269, Minas Gerais, 2011.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 169-190, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, 2010.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. TupyKurumin, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & realidade*, v. 22, n. 2, 1997.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Carlos. Uso de álcool e problemas relacionados no povo indígena Maxakali/MG: a visão de mundo maxakali, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP Espaço e Tempo* (Online

Agradecimentos:

À CAPES, obrigada por acreditar e apoiar cada pesquisador em seus projetos.

CONTATO

E-mail: leticiafirmato@gmail.com

**IMPACTOS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NO TERRITÓ-
RIO DO BENEFICÁRIO**



Impactos do Benefício de Prestação Continuada no território do beneficiário

*Karina Guimarães Cruz Silveira
Patrícia Falco Genovez
Pablo Martins Bernardi Coelho*

Resumo: O presente trabalho busca entender como a concessão de um benefício assistencial pago no valor correspondente a um salário mínimo mensal, modifica, transforma e impacta a vida do cidadão que o recebe, como também seu território.

Palavras-chave: Benefício Prestação Continuada; Território; Vale do Aço.

Abstract: The presente work seeks to understand how the granting of na assistance benefit paid in the amount corresponding to a Monthly minimum wage, modifies, transforms and impacts the life of the citizen who receives it, as well as its territory.

Keywords: Continuous Installment Benefit; Territory; Vale do Aço.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A presente pesquisa tem por objetivo compreender como o benefício de prestação continuada (BPC) impacta jurídica e socioeconomicamente a vida do beneficiário e seu território. O Benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso maior de 65 anos ou à pessoa com deficiência com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, e que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem a ter provida pela família (BRASIL, 1993). Em que pese a questão nascer do debate jurídico, especialmente no Direito Constitucional e Previdenciário, o tema envolve outras áreas de conhecimento ao tratar de vulnerabilidade social, estratégias intersectoriais para a promoção do bem estar e desenvolvimento social; nos remetendo a áreas de conhecimento diretamente envolvidas no resultado útil da pesquisa, especialmente a Ciência Política com o estudo dos processos políticos, das organizações e dos processos que tentem assegurar os direitos aos cidadãos; a Sociologia, na compreensão do desenvolvimento histórico-social da assistência social até alcançar o status de política pública e a Geografia Humana, considerando-se o espaço e os atores envolvidos, sobretudo no espaço-poder, bem como no poder de afetarmos e sermos afetados pelo ambiente que criamos ou pelo território que construímos – território como construção social, histórica e que se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade e espaço geográfico (Haesbaert, 2020), num estudo interdisciplinar.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A proposta de pesquisa é compreender quais impactos a concessão do BPC impõe ao território do beneficiado, o que será feito a partir de um recorte na estrutura do sistema da Seguridade social, com embasamento não somente no Direito Previdenciário, como também no Direito Constitucional, além de áreas como, Economia, Sociologia, Política e Assistência Social. O recorte mencionado diz respeito à utilização do BPC, como objeto de estudo e de pretensa confirmação da eficácia desse sistema. Busca-se avaliar a importância e contribuição da Seguridade Social na promoção da inclusão social, do bem-estar, da justiça social e os impactos no território do beneficiário a partir da concessão do BPC. Serão abordados os processos de territorialização e desterritorialização promovidos pelo Sistema de Seguridade Social, ou seja, seu poder de reestruturação da vida. Será analisado também as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos que atendam aos requisitos legais, para, de fato, obterem a implementação do BPC, analisando-se a constante necessidade de judicialização para a concessão do respectivo benefício.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Constituição de 1988 adotou a expressão Seguridade social para criar um sistema de proteção capaz de atender às necessidades dos cidadãos na área social (BRASIL, 1988). Um dos tripés da Seguridade, é a Assistência social que está regulamentada pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – Lei 8.742/93), conceitua em seu artigo 1º, a Assistência social como “Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais” sendo, portanto, um direito do cidadão e um dever do Estado (BRASIL, 1993). O benefício de prestação continuada - BPC, que é uma espécie de benefício da Assistência social instituído pela Loas, independe de contribuição do necessitado, sendo o único benefício garantidor de renda previsto na Constituição Federal (art. 203) designado ao idoso acima de 65 anos e pessoas com deficiência, impossibilitados de prover sua manutenção, e que comprovem sua condição de carência ou miserabilidade (BRASIL, 1993). Teoricamente, a concessão do BPC deveria se dar de forma simples, sem impasses e burocracias, tendo em vista se tratar de parcela da população que é considerada excluída e que, na prática, já enfrenta graves percalços em seu cotidiano para superar suas vulnerabilidades, e mesmo para sobreviver. Entretanto, o que se verifica, desde o advento de sua criação, é a crescente necessidade de judicialização de demandas com fim exclusivo de concessão do BPC ao cidadão de direito. Inúmeros embates judiciais são travados diariamente ante as interpretações dadas pelo poder público à lei, consubstanciada em decisões administrativas do INSS (órgão operacional do BPC) que negam o benefício, mesmo comprovados os requisitos legais para sua concessão. Refletir sobre as diferentes experiências vivenciadas pelas pessoas afetadas diretamente e indiretamente com o desastre ambiental provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, nos leva a indagar sobre os sentimentos desses sujeitos com relação a possibilidade do uso do tijolo solo cimento com rejeitos da mineração na construção de moradias, que podem ser, tanto afetivos, no sentido topofílico proposto por Tuan (2012), quanto topofóbicos, provocados pela insegurança frente à qualidade do tijolo ou pelas memórias do desastre que esse tijolo pode proporcionar.

PROBLEMA DE PESQUISA

Estudaremos o BPC, como política de combate a pobreza e proteção social, que garanta o mínimo existencial à pessoa idosa acima de 65 anos e à pessoa com deficiência que comprove não possuir condições de se manter ou de ser mantido por sua família. O problema de pesquisa é identificar “o que muda” na vida do idoso e da pessoa com deficiência, a partir do momento em que consegue, seja pelas vias administrativas ou judiciais, a implementação do benefício de prestação continuada. Quais desdobramentos em seu cotidiano, quais transformações e impactos um benefício que busca garantir o “mínimo existencial” promove na vida do beneficiário e em seu território?



Imagem do site Deficientes Indignados

HIPÓTESE(S)

Temos como hipótese central que a concessão de um benefício assistencial de um salário mínimo modifica, transforma e impacta a vida do cidadão que o recebe, como também o seu espaço, a sua família, a sua comunidade. Há um reflexo direto sob a territorialidade e, por conseguinte, sob o território vivido do beneficiário.

OBJETIVOS

Compreender como a concessão do benefício de prestação continuada impacta o território do beneficiário, considerando as implicações jurídicas e socioeconômicas do benefício.

- Compreender as dinâmicas para concessão do benefício de prestação continuada e as relações sociais empreendidas pelo beneficiário.

- Identificar as principais dificuldades para que o sujeito de direito consiga, perante os órgãos governamentais, a concessão do benefício a que faz jus ante ao atendimento dos requisitos legais para sua concessão, e a crescente necessidade de judicialização para concessão do benefício.

- Analisar as implicações sociais, econômicas e jurídicas da concessão do benefício de prestação continuada ao sujeito de direito e seu território.

METODOLOGIA

O presente trabalho invoca o modelo de estudo ancorado na investigação qualitativa com a realização de coleta de dados para reduzi-los em textos, mediante técnicas de indução e dedução (do texto à teoria e da teoria ao texto), e do envolvimento do próprio pesquisador como elemento ativo, chegando-se à compreensão ou a novas perspectivas sobre a realidade estudada. Realizar-se-á a pesquisa bibliográfica-documental, utilizando-se o método dedutivo, utilizando-se referências bibliográficas, uma vez que se analisarão obras de pesquisadores que se dedicaram a estudar detalhadamente a proposta do tema em questão, qual seja, benefício de prestação continuada. Os procedimentos de coleta de dados serão realizados por meio de entrevistas semiestruturadas com 06 (seis) beneficiários do BPC e suas respectivas famílias, que residam no município de Coronel Fabriciano, sendo 03(três) idosos e 03(três) pessoas com deficiência, com intuito de se entender as dificuldades enfrentadas para a concessão do benefício, bem como, o que mudou na vida, no cotidiano, em seus territórios, após a concessão do BPC. Depois da análise dos dados por meio da codificação e da redação dos memorandos, prossegue-se com a redação dos relatos de pesquisa.



Imagem do Portal Contábeis

JUSTIFICATIVA

O interesse no tema abordado surgiu da percepção da existência de certa contradição entre o que estabelece o ordenamento jurídico e o que acontece no espaço vivido e nas relações sociais referente à concessão do BPC. Num tema orientado a partir de imperativos legais, a concessão do BPC envolve outros aspectos e interpretações, especialmente no que diz respeito à observância ao princípio da dignidade humana, traduzindo-se em fenômeno complexo que ultrapassa o conhecimento jurídico, se apropriando de conhecimentos afetos a outros ramos do saber, num estudo interdisciplinar e transdisciplinar. A abordagem interdisciplinar se faz necessária ante a constatação de um processo social que implica conceituações e explicações disseminados em vários ramos de conhecimento, ou seja, se sustenta pelo diálogo entre diferentes ramos do saber, aproveitando-se das especificidades de cada disciplina, para se interpretar e resolver questões decorrentes da concretude das vivências relacionais no cotidiano.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

O programa do Mestrado em Gestão Integrada do Território traz em suas linhas de pesquisas o tema e os problemas de pesquisa aqui propostos, sobretudo na Linha de Pesquisa que possui o território, sociedade e bem estar pontos centrais e, conseqüentemente suas áreas temáticas subdivididas no campo do direito como direitos fundamentais, direitos humanos, efetividade do direito e território. No mesmo sentido e tão relevante é investigar as implicações sociais, econômicas e jurídicas decorrentes da concessão ou não de um benefício criado com intuito de minimizar vulnerabilidades, promover o combate à pobreza e garantido o "mínimo existencial" a parcela da população, sob a ótica, inclusive, da disputa por espaço-poder dentro do território normado entre os atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm >. Acesso em: 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. Portaria Conjunta n. 3, de 21 de Setembro de 2018. Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41971503/do1-2018-09-24-portaria-conjunta-n-3-de-21-de-setembro-de-2018-41971236#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20regras%20e%20procedimentos,Continuada%20da%20Assist%C3%Aancia%20Social%20 >

-%20BPC.&text=1%C2%BA%20Dispor%20sobre%20as%20regras,Benef%C3%A-
Dcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20-%20BPC>. Acesso em:
20 de set. 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: o "fim dos territórios" à multiterrito-
rialidade. 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

AGRADECIMENTOS: À CAPES pelo incentivo á pesquisa.

CONTATO

E-mail: Karinaguimaraescruz@hotmail.com

**IMPLICAÇÕES DO DIREITO AO ESQUECIMENTO NO TERRITÓRIO
EXISTENCIAL**



Imagem do site Direito Diário

Implicações do direito ao esquecimento no território existencial

*Vanessa Ferreira de Araújo
Patrícia Falco Genovez
Rosângelo Rodrigues de Miranda*

Resumo: O presente trabalho consiste em mostrar de forma clara e objetiva como o Direito ao Esquecimento pode vir a ser uma ferramenta de reterritorialização dentro de uma dinâmica extremamente desterritorializante trazida pelo Ciberespaço. A relevância do tema se dá na medida em que o excesso de informatização e tratamento de dados têm sido causadoras de mazelas para o indivíduo que deseja privacidade.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento, território existencial, ciberespaço.

Abstract: The present work consists in showing in a clear and objective way how the Right to Oblivion can become a reterritorialization tool within an extremely deterritorializing dynamic brought about by Cyberspace. The relevance of the theme is given to the extent that the excess of computerization and data processing have been causing harm to the individual who desires privacy.

Keywords: Right to be forgotten, existential territory, cyberspace

DEFINIÇÃO DO TEMA

Nos últimos anos a forma das pessoas se relacionarem modificou-se muito a partir do advento da Internet. Tido como “território virtual” esse espaço formado por uma Rede Mundial de Computadores, dá-se a ele o nome de Ciberespaço. Desta forma, investiga-se minuciosamente quais os mecanismos técnicos e suas delimitações, regulamentos e políticas. Nesse contexto, estuda-se as condições de tempo e espaço vividos pelos usuários que percorrem esse tipo de território e tudo aquilo que pode implicar o Direito ao Esquecimento — também como pauta de pesquisa e investigação — no Território Existencial. Portanto, busca-se responder essa questão através de um trabalho bibliográfico e as relações de existência de um indivíduo juntamente com uma democracia de acesso virtual.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Levando-se em consideração o Direito ao Esquecimento ter sido pauta de agendas políticas e judiciárias no Brasil, tem-se duas circunstâncias em seu prisma: a partir do poder público e outra de âmbito jornalístico. Faz-se então uma busca acerca dessas duas visões e um estudo do tema a partir de uma abordagem territorial, analisando assim o assunto muito além de uma concepção demasiado simplista dos termos “memória” e “esquecimento”, dando espaço e lugar a discussões das implicações desse direito no campo do Território Existencial e a possibilidade de reconhecimento desse agente ao seu Universo Referencial.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A ideia do Direito ao Esquecimento não é propriamente nova, remontando ao ano de 1969 (BARRETO 2019), através de um dos primeiros registros jurídicos acerca do tema, o caso Lebach, julgado pelo Tribunal Constitucional Alemão (MENDES 1997). Contudo, em princípio se faz essencial o estudo das origens legais e normativas do direito ao esquecimento, pois fora a partir dessa orientação que o tema ganhou força e se desenvolveu no país, dando origem a diversos questionamentos acadêmicos transversais. Visando elencar diferentes teorias e pontos de vista, será utilizada como ponto de partida a ata da audiência pública realizada em 2017 pelo Supremo Tribunal Federal (BRASIL 2017), pois trata-se de documento transdisciplinar da maior importância, extrapolando os limites meramente jurisdicionais da questão. No que concerne as relações jurídicas ligadas à tecnologia, Doneda (2006) adverte que a tentativa de padronização dos casos concretos pelo direito pode proporcionar um risco a segurança jurídica individual. Em contrapartida Chehab (2015), possui uma visão mais abrangente e focada na subjetividade do instituto, determinando que é característica inerente aos direitos de personalidade a escolha do indivíduo em não partilhar dados pretéritos. Na mesma linha, a obra de Deleuze e Guattari (1995), de acordo com o conceito de tetravalência do agenciamento, poderá elucidar certas questões concernentes a formação de personalidade individual, dentro de um processo coletivo e político e através dos binômios conteúdo/expressão e territorialidade/desterritorialização.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Como se configura a dinâmica des-re-territorializante no que diz respeito às constantes trazidas pelo Ciberespaço? O apagamento de rastros, por meio do Direito ao Esquecimento, é suficiente para trazer o sujeito de volta ao seu Universo de Referência? Quais são as implicações do Direito ao Esquecimento na Internet considerando julgados dos Tribunais no Brasil em Segunda Instância?

HIPÓTESE(S)

Para responder à questão de pesquisa proposta, são consideradas as seguintes hipóteses:

1ª) O apagamento de rastros no Ciberespaço (em sua totalidade como redes sociais, sites, blogs e outros meios) por meio do exercício do Direito ao Esquecimento é capaz de modificar o ser em seu Território Existencial.

2ª) O Direito ao Esquecimento pode implicar em sufocamento da permanência da lembrança coletiva acerca de determinado fato.



Imagem do site Claudio Tognoli -
Jornalismo e Informação

OBJETIVO (Geral e Específico)

Como objetivo geral, busca-se refletir sobre as implicações do Direito ao Esquecimento na internet em relação ao Território Existencial. Existem também os objetivos específicos como:

- Análise das relações de Memória e Espaço no Ciberespaço.
- Compreender as implicações da ferramenta do Direito ao Esquecimento no Território Existencial e na internet.

- Discutir elementos teóricos a partir de exemplos concretos que foram deferidos ou indeferidos pelos tribunais de segunda instância no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa será qualitativa, com viés jurídico-compreensivo e buscará as lacunas no desenvolvimento jurisprudencial da controvérsia sobre o direito ao esquecimento, a partir da análise relacional dos julgamentos de casos paradigmáticos, com o embasamento teórico das obras supracitadas.



Imagem do site JusBrasil

Tais narrativas serão resgatadas de Processos Judiciais Eletrônicos que tiveram decisões em segunda instância. E a ferramenta utilizada para identificá-las, será o site "JusBrasil" - <https://www.jusbrasil.com.br/>, que consegue trazer à tona jurisprudências dos tribunais de todo o país, possibilitando que tal busca seja especificada por recorte temporal e tema. A pesquisa nesse caso, será com as palavras-chave "direito ao esquecimento" dentro do período 2018 a 2020. Os sujeitos da pesquisa são pessoas que não se identificam com o espaço-tempo existente no Ciberespaço. A ideia é colocar a fala ou a narrativa em um cenário capaz de remeter a lugares, pessoas e tempos variados.

Busca-se por meio disto, capacitar as áreas de pesquisa desenvolvidas através do ciberespaço em sua totalidade, uma vez que é difícil concentrar esforços em uma determinada área, dada a amplitude de seu território.

JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento desta pesquisa contribuirá sobremaneira para dar visibilidade ao tema, proporcionar novas contribuições acadêmicas sobre a problemática e ao mesmo tempo lançar sobre esses indivíduos que desejam ser esquecidas pela internet sobre determinado fato, olhares que as considerem sujeitos de direitos, detentores de humanidade e merecedoras de privacidade. Assim, tem-se que neste contexto o estudo das possíveis des-re-territorialidades do sujeito que pleiteia o direito de ser esquecido consistirá em um elemento de real singularidade.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A pesquisa possui vinculação com a Área de Concentração: Estudos Territoriais, na Linha de Pesquisa: Território, Sociedade e Saúde. Na perspectiva dos estudos territoriais, esta pesquisa vincula-se à temática da "Tecnologias, Inovação e Território" e "Direito, Pluralismo Jurídico e Interlegalidade" pois visa, por meio da investigação das dinâmicas que conformam o território, a fornecer uma análise que contribua para a ampliação do debate acerca das maneiras pelas quais as pessoas que querem ser esquecidas pela internet se relacionam com o território existencial em que se encontram, abrangendo questões como sociedade da informação, privacidade, informatização, entre outros.

A abordagem territorial permite um estudo singular do objeto, a partir da análise do processo de re-territorialização dos indivíduos que buscam a tutela do direito ao esquecimento, em suas relações produzidas pelas dinâmicas do Ciberespaço. Pelo viés do território é possível analisar a tetravalência de carbono trazida por Guatarri e seus desdobramentos: os agenciamentos que lhe atravessam por meio do signo, a desterritorialização do indivíduo ao se deparar com signos que lhe desprendem do seu Universo de Referência, além das implicações do Direito ao Esquecimento no Território Existencial.

Assim, tem-se que qualquer um desses fenômenos decorridos no território interfere na constituição da pessoa que deseja não ser lembrada por determinado fato dentro do Ciberespaço, que procura o Direito ao Esquecimento como uma possível ferramenta de resistência aos rastros de viés desterritorializante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, F. A. M. STF abraça a ciência? Análise da Audiência Pública sobre Direito ao Esquecimento na esfera civil, a partir do método Grounded Theory. 2018. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/329424400_STF_abraca_a_ciencia_analise_da_Audiencia_Publica_sobre_'Direito_ao_Esquecimento_na_esfera_civil'_a_partir_do_metodo_Grounded_Theory

CHEHAB, Gustavo Carvalho. O direito ao esquecimento na sociedade da informação. CLÈVE, Clèmerson Merlin. Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 563-596, 2015.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia; tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão – São Paulo, Editora 34, 1995, v.2

DONEDA, Danilo. A proteção dos dados pessoais como direito fundamental no direito brasileiro. Revista Latinoamericana de Protección de Datos Personales, 2012. Disponível em researchgate.net/publication/277241112_A_protecao_dos_dados_pessoais_como_um_direito_fundamental

MENDES, Gilmar Ferreira. Colisão de direitos individuais: anotações a propósito da obra de Edilson Pereira de Farias. In: Revista dos Tribunais Online. vol. 18, 1997

gradecimentos: Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo incentivo no mestrado.

CONTATO:

E-mail: vfa19190@gmail.com

**INDICADORES DE DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO: A PLATAFORMA
NILO PEÇANHA APLICADA AO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS
GERAIS - IFMG**



Indicadores de desempenho na educação: A plataforma Nilo Peçanha aplicada ao Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG

*Yury Aranha de Oliveira
Willerson Custódio da Silva
José Márcio Silva Barbosa*

Resumo: A escola é local de produção de conhecimento, desenvolvimento humano e convívio social. Constitui-se num espaço vivido pelos diferentes atores que o integram: alunos, docentes, funcionários, família e sociedade. Contudo, é também espaço normado, lugar de exercício de poder, território sobre o qual o Estado utiliza a estatística como ciência essencial para demonstrar seu comando ao produzir métricas e indicadores para medir, monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas. Diante deste território complexo, múltiplo e diverso, o presente estudo tem como objetivo analisar a aplicação dos indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) no contexto da territorialização.

Palavras-chave: Território escolar. Indicadores de desempenho. Gestão educacional.

Abstract: The school is a place for the production of knowledge, human development and social interaction. It constitutes a space experienced by the different actors that comprise it: students, teachers, employees, family and society. However, it is also a normalized space, a place for exercising power, a territory over which the State uses statistics as an essential science to demonstrate its command by producing metrics and indicators to measure, monitor and evaluate the activities carried out. Given this complex, multiple and diverse territory, this study aims to analyze the application of the Nilo Peçanha Platform (PNP) indicators at the Federal Institute of Minas Gerais (IFMG) in the context of territorialization.

Keywords: School territory. Performance indicators. Educational management.

DEFINIÇÃO DO TEMA

O tema desta pesquisa é: Os indicadores de desempenho utilizados na mensuração, monitoramento e avaliação do IFMG.

DELIMITAÇÃO DO TEMA:

Essa pesquisa propõe-se a estudar especificamente a aplicação dos indicadores da PNP no IFMG tendo como base os resultados e o banco de dados de 2019. Dentre os indi-

cadadores do banco de dados, serão estudados o que apontam características socioeconômicas dos alunos e os que medem o desempenho e a eficiência da instituição relacionados a critérios educacionais: evasão, retenção, conclusão e eficiência acadêmica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A escola é território complexo, múltiplo e diverso. A problemática relacional neste espaço envolve atores com finalidades, intencionalidades e estratégias diferentes. Entre esses atores, está o Estado. O poder político do Estado constitui-se, segundo Raffestin (1993), pelo poder de controle deste sobre o território e a população. Para a efetivação e demonstração do seu poder, o Estado utiliza-se de instrumentos e ferramentas, entre eles a estatística. Com o uso da estatística, o Estado, coleta e organiza dados para monitorar, medir e avaliar suas atividades. Bassi e Simoneto (2017) apontam que indicadores são parâmetros para a tomada de decisão e que cumprem um papel de publicizar as ações à sociedade.



Imagem do site do IFMG (Ribeirão das Neves)

A aplicação dos indicadores deve considerar aspectos próprios e particulares do seu espaço de aplicação. Em território escolar são utilizados, segundo Souza (2010), com três finalidades: diagnosticar pontos sensíveis, como inclusão e repetência, serem base para comparação em aspectos como a utilização de recursos e a gestão educacional e principalmente são instrumentos para tomada de decisão, planejamento e formulação de metas. Sguissardi (2015) aponta que a condição socioeconômica do discente impacta fortemente em indicadores de acesso e permanência e que a desigualdade social ocasiona várias dificuldades aos discentes em manter-se nos estudos e de responder às expectativas acadêmicas.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Sendo os indicadores tão importantes para monitoramento e avaliação da gestão dos institutos federais, tem-se como problema de pesquisa: No tocante as preocupações mais estritamente educacionais, os indicadores de desempenho apresentados pela PNP podem ser explicados a partir da condição socioeconômica dos alunos?

HIPÓTESE(S)

- Os indicadores da PNP não consideram as especificidades de cada campi/território do IFMG.
- Os campi do IFMG têm realidades diversas e complexas de difícil aplicação em indicadores comuns

OBJETIVOS (Geral e Específico)

Objetivo Geral

Investigar se os indicadores de desempenho apresentados pela PNP podem ser explicados a partir da condição socioeconômica dos alunos do IFMG.

Objetivos Específicos

- Reconhecer as características e especificidades dos campi do IFMG.
- Identificar por meio dos indicadores de desempenho: a evasão, a retenção, a conclusão e a eficiência acadêmica dos campi do IFMG.
- Apontar potencialidades, impactos e êxitos no uso de indicadores para a melhoria de processos escolares e implementação de políticas públicas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será um estudo de caso: a aplicação de indicadores de desempenho no território escolar do IFMG. O procedimento metodológico adotado será quantitativo. Será utilizado o banco de dados da PNP ano 2019. Por meio do Coeficiente de Correlação de Person será investigado se os indicadores de desempenho apresentados pela PNP podem ser explicados a partir da condição socioeconômica dos alunos. Para subsidiar a análise e interpretação dos dados, será realizada uma pesquisa bibliográfica considerando o tema e os campos do conhecimento envolvidos.

JUSTIFICATIVA

A proposta dessa pesquisa é fruto de inquietação ao longo da vivência profissional no IFMG onde atuo como técnico administrativo em educação. Ao trabalhar diretamente com o processo de coleta e levantamento de dados exigidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), comecei a questionar e refletir se

os indicadores adotados pelo órgão são adequados e se levam em consideração as especificidades do IFMG no que diz respeito aos critérios educacionais. O estudo sobre o território escolar é importante para dar respostas às relações produzidas entre eles e o programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território atende às expectativas do pesquisador para o desenvolvimento do estudo com o intuito de contribuir com respostas ao problema em questão.



Painel da Plataforma Nilo Peçanha
Fonte: Site da PDP

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A presente pesquisa será desenvolvida na linha Território e Sociedade do Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território tendo como campos transversais: Estado, Território e Regulação, Políticas Públicas e Educação.

O território escolar é vasto, diverso e plural. Ao estabelecer indicadores para monitorar e avaliar a instituição, o Estado exerce seu poder sobre o território, utilizando a estatística como ciência a seu favor. Neste contexto, a pesquisa é necessária e relevante para compreender a complexidade multiterritorial do IFMG e analisar se os indicadores aplicados à instituição são adequados e cumprem seu fim ou se tratam-se de mera expressão do poder estatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSI, E.R.; SIMONETTO, E. O. Concepção de um modelo de indicadores de gestão de pessoas: o caso dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. *Práticas de Administração Pública*, v. 1, n. 2, p. 109-127, 2017.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

PNP. Plataforma Nilo Peçanha 2020. Portal PNP, 2020. Disponível em: <http://plataformani-lopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em 04 de agosto de 2020.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SGUISSARDI, V. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. *Educação & Sociedade*, v. 36, n. 133, p. 867-889, 2015.

SOUZA, A. M. A Relevância dos Indicadores Educacionais para a Educação Básica: informações e decisões. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 2, n.5, p. 153-179, mai/ago. 2010.

Agradecimentos: à CAPES

CONTATO

E-mail: yuryaranha@yahoo.com.br

**INFLUÊNCIA DAS TERRITORIALIDADES NO USO IRRACIONAL DE
MEDICAMENTOS NO TERRITÓRIO DE ITABIRINHA-MG**



Imagem do Canal News 3

Influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos no território de Itabirinha-MG

*Claudia Costa da Silva Paula
Pedro Henrique Ferreira Marçal
Suely Maria Rodrigues*

Resumo: O uso irracional de medicamentos representa uma preocupação, visto que vem aumentando no Brasil e no mundo. A OMS (Organização Mundial da Saúde) estima que a maior parte dos medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada, e a maioria dos pacientes fazem uso do mesmo de forma incorreta. Como objetivo suscita analisar a influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos de indivíduos residentes no município de Itabirinha - MG.

Palavras-chave: Uso irracional, medicamentos, territorialidades.

Abstract: The irrational use of medicines is a concern, as it has been increasing in Brazil and worldwide. The WHO (World Health Organization) estimates that most drugs are prescribed, dispensed or sold inappropriately, and most patients use it incorrectly. Its objective is to analyze the influence of territorialities on the irrational use of medicines by individuals residing in the municipality of Itabirinha - MG.

Keywords: Irrational use, medication, territoriality.

DEFINIÇÃO DO TEMA

No desenvolvimento do projeto de pesquisa "Territorialidades e o Uso Irracional de Medicamentos" no mestrado em gestão integrada do território da Universidade Vale do Rio Doce- UNIVALE, busca identificar a influência das territorialidades na escolha de medicamentos na perspectiva do usuário. No entanto, desconhece ou desconsidera que esse comportamento pode ser considerado um problema de saúde. Visa abordar o território vivido considerando a dimensão simbólica em relação ao medicamento.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Dentro da perspectiva geográfica cultural, o tema de pesquisa busca um diálogo interdisciplinar entre os campos da saúde, psicologia, sociologia e o conceito de território, visando entender a perspectiva do usuário em relação ao uso de medicamentos e como as territorialidades influenciam na utilização desses medicamentos.

O território que se pretende estudar é o vivido, partindo da dimensão simbólica do território relacionado a percepção do usuário quanto ao uso do medicamento. Assim será selecionado uma amostra da população da cidade de Itabirinha Minas Gerais, que consomem medicamentos de forma irracional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O uso irracional de medicamentos é configurado quando o paciente se automedica de acordo com indicação de pessoas não capacitadas, ou somente confiando em si mesmo em busca de aliviar seus sintomas, sem a orientação do farmacêutico, correndo o risco de sofrer reações adversas e interações medicamentosas, intoxicações e agravamento do quadro clínico (FERNANDES et al., 2015). De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2008), o uso irracional de medicamentos envolve várias condutas que incluem: a utilização simultânea de muitos medicamentos sem critérios técnicos, o uso inapropriado de classes farmacológicas e prescrições médicas inadequadas.

Pode-se considerar que o uso irracional de medicamentos envolvem diversos fatores, que vai desde ordem cultural, social e governamental, pois é necessário implantação de medidas que visem a conscientização da população quanto aos malefícios proporcionados por essa prática. O uso irracional de medicamento traz consequências das mais variadas ordens, quer seja ao usuário diretamente ou ao orçamento dos serviços públicos de saúde (MONTEIRO, 2012; ROCHA, 2014).

O uso irracional de medicamentos é um assunto complexo e necessita ser estudado, partindo da perspectiva, do envolvimento de diversos contextos, e assim buscar analisar as territorialidades desenvolvidas em relação ao uso propriamente dito do medicamento, o que poderá ajudar a entender como esse processo se forma dentro do território.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

O uso irracional de medicamentos é um problema que está cada vez mais evidente e consideravelmente disseminada em meio a sociedade, é um problema que gera impacto relevante para a sistema de saúde e para a população como um todo (FERREIRA, et al.,2018). Assim percebe-se a necessidades de estudos que tenham como base a considerar a perspectiva do usuário quanto ao medicamento, e como essas territorialidades são desenvolvida em cada território, como esses medicamentos foram tão incorporados e tornaram um símbolo de saúde que o seu consumo tornou-se irracional e agora um problema de saúde. Observando a emergência dos problemas causados frente ao uso irracional de medicamentos, o presente estudo propõe a seguinte pergunta: Como as territorialidades desenvolvidas em relação aos medicamentos influenciam o uso irracional de medicamentos dentro do território?

HIPÓTESE (S)

Prescrições inadequados e prescrições de múltiplos medicamentos. Além da não sistematização do oferecimento adequado de serviços farmacêuticos, quanto a orientação. Fatores esses que aliados a facilidade do acesso aos medicamentos e as propagandas, podem conduzir ao uso irracional de medicamentos.



Imagem do site do Jornal Montes Claros

OBJETIVOS (Geral e específico)

Geral: Analisar a influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos de indivíduos residentes no território de Itabirinha/Minas Gerais.

Específicos:

- Caracterizar a população estudada em relação a dados sócio demográficos e de saúde;
- Conhecer a percepção do uso do medicamento na população estudada;
- Identificar as causas e consequências relacionadas ao uso irracional desses medicamentos

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, descritivo, utilizando-se grupo focal. Para realização desse estudo será utilizada uma abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa contempla a análise do comportamento humano dentro do ponto de vista do sujeito, além de conhecer o fenômeno, avaliando suas causas e consequências para o meio social, é um processo a ser construído. O estudo será desenvolvido no município de Itabirinha,

localizado no interior do estado de Minas Gerais, Região Sudeste do país, inserido na mesorregião do Vale do Rio Doce e microrregião de Mantena. A amostra será composta por 12 indivíduos da faixa etária entre 40 a 60 anos de idade, de ambos os sexos, fisicamente independentes, residentes no município de Itabirinha Minas Gerais. Serão excluídos indivíduos sem condições de responder as questões inseridas na entrevista, bem como aqueles que se recusarem a participar. Será realizada a seleção de amostra intencional. Para realização deste estudo serão respeitadas as normas éticas estabelecidas pela Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – Ciências Humanas e Sociais. Esta pesquisa será submetida à Plataforma Brasil, e somente será iniciada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas, conduzidas com base num roteiro semiestruturado. Essas entrevistas terão como assunto principal as experiências vivenciadas do indivíduo com o medicamento. A técnica de entrevista atende principalmente a finalidades exploratórias, sendo utilizada para o detalhamento de questões e formulações mais precisas dos conceitos relacionados (MINAYO, 2007). A apuração dos dados será realizada segundo a técnica da "Análise de Conteúdo" (BARDIN, 2011).



Imagem do site Punto Família

JUSTIFICATIVA

O uso irracional de medicamentos torna-se cada vez mais crescente, contribuindo para a resistência microbiana, reações adversas, intoxicações e até mesmo a morte. Observa-se, portanto, que esse problema pode gerar impacto tanto para o indivíduo, como para o Sistema de Saúde e a sociedade. Nessa perspectiva de conhecer o território e a influência das territorialidades no uso de medicamentos pode-se desenvolver estratégias realmente eficientes para amenizar os danos causados pelo mesmo.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A presente pesquisa tem como objeto o estudo: as territorialidades vivenciadas diariamente influenciam o uso irracional de medicamentos em um determinado território? Esse tema exige uma abordagem interdisciplinar, entre os campos da saúde, psicologia, sociologia e o da geografia, para compreensão dos fatores envolvidos a esse tema amplo e complexo relacionado ao uso irracional de medicamentos. Existem lacunas na literatura

quando trata-se do uso de medicamentos na perspectiva do usuário. As configurações territoriais no âmbito imaterial, demonstrando a abordagem simbólica e cultural é um suporte para entender essa questão levantada, sobre o medicamento, território e a sociedade dentro do seu cotidiano. Esse tema está vinculado aos estudos territoriais, pela linha de pesquisa: Território, Sociedade e Saúde, nas áreas temáticas da saúde coletiva, ciências farmacêuticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

FERNANDES, W.S., CEMBRANELLI, J.C. Automedicação e o uso irracional de medicamentos: o papel do profissional farmacêutico no combate a essas práticas. Rev. Univap. SP. 2015. <http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap>.

FERREIRA, R. L.; TERRA JÚNIOR, A. T. Estudos sobre a automedicação, o uso irracional de medicamentos e o papel do farmacêutico na sua prevenção: Imagem: Vida e Saúde. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, [S. l.], v. 9, n. edesp, p. 570-576, 2018. DOI: 10.31072/rcf.v9iedesp.617. Disponível em: <http://www.faema.edu.br/revistas/index.php/Revista-FAEMA/article/view/rcf.v9iedesp.617>. Acesso em 09 Ag. 2020.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTEIRO, B. P. Consumo excessivo de medicamentos, um problema de saúde pública. Ret-sus, 2012. Disponível em: <http://www.retsus.epsjv.fiocruz.br/upload/55/Retsus_55_EmRede02.pdf>. Acesso em 04 Ag. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Selection and rational use of medicines. 2008. Disponível em: <http://www.who.int/medicines/areas/rational_use/en/index.html>. Acesso em: 07 jan. 2021.

ROCHA, A.L.R. Uso Racional de Medicamentos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/11634/1/25.pdf>

Agradecimentos: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

CONTATO

Email: claudiapaula863@gmail.com

**O DANO MORAL INDIVIDUAL NUMA PERSPECTIVA TERRITORIAL: ESTUDO
DO DESASTRE MINERÁRIO EM MARIANA**



Imagem do site Agência Brasil

O dano moral individual numa perspectiva territorial: estudo do desastre minerário em Mariana

Élita da Silva Souza
Déborah Neide de Magalhães Praxedes

Resumo: O presente trabalho investigará o território imaterial no desastre minerário na cidade de Mariana dentro da concepção deleuze-guatariana, numa perspectiva de verificar se existe a possibilidade de reparabilidade do dano moral dentro deste recorte territorial.

Palavras-chave: conflito socioambientais; Desastre da Samarco; Gestão integrada do território; dano moral.

Abstract: The present research will investigate the immaterial territory in the mining disaster in the city of Mariana according to the Deleuze-Guatemalan conception, in a perspective of verifying if there is reparability of the moral damage within this territorial area.

Keywords: Socio-environmental conflict; Samarco disaster; Integrated territory management; moral damage.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Os conflitos socioambientais são diretamente proporcionais à exploração do capital, especificamente no campo minerária verifica-se que em 05 de novembro de 2015 o desastre ocorrido na cidade de Mariana no Estado de Minas Gerais, devido ao rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco, ocasionou mortes e deslocamento de toda uma população que vivia naquele espaço geográfico envolto de um patrimônio material e imaterial que foi atingido. A literatura especializada no assunto indica que o território em áreas mineradas são permeados de conflitos de interesses marcados pelos impactos da mineração, seja na preservação ambiental, pela ameaça à história cultural e à vida cotidiana das comunidades. Com base numa concepção deleuze-guatariana será investigados este território (i)material e se existe reparabilidade do que ocorreu na vida desta população, considerando ainda a legislação vigente no país e o que esta nos apresenta sobre a questão do dano moral individual. Os estudos de Deleuze e Guatarri sobre agenciamento, micropolítica nos ajudará compreender toda a dinâmica do território imaterial, considerando ainda o que os mesmos discorrem sobre os fluxos descodificados.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho considera de modo particular o que ocorreu com a população de Bento Rodrigues, Distrito da cidade de Mariana, no tocante à reparabilidade do dano moral individual ocasionado pela ruptura da barragem de Fundão. É nesse sentido que buscaremos através da concepção deleuze-guatariana entender se é possível de fato esta reparabilidade dos danos (i)material ocasionados.



Localização do distrito de Bento Rodrigues - MG
Fonte: O Globo

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As relações de poder permeiam por todos os lados o território, Deleuze Guattari (2012a) em sua obra Mil platôs, no volume terceiro, tem uma visão própria sobre os centros de poder, apresentando a teoria dos fluxos sobre o Estado, pensado como agenciamento de sobrecodificação que organiza um fluxo descoficado do sistema capitalista. Ao analisar a literatura de referidos autores, verifica-se que a reparabilidade do dano moral no contexto social em que se encontram os atingidos está diretamente relacionado estes fluxos e sua sobrecodificação, o domínio dos fluxos para manter e organizar os centros de poder. Deleuze e Guattari (2012b) afirmam, no volume quatro da obra Mil Platôs, afirma que o direito não é capaz de controlar o Estado, uma vez que lhe é interior e representa uma forma específica de violência; O problema político é recolocado a partir da distinção entre dois grandes tipos de agenciamentos: a máquina de guerra e o aparelho de Estado, assim, a análise de suas transformações e de suas relações configuram novas direções

para a compreensão da sociedade e para o que ocorreu com a questão da reparabilidade do dano moral em Mariana. Dentro do estudo proposto encontramos em DELEUZE e GUATARRI um vasto material para compreender a dinâmica do território, dentro do que propõe: agenciamento, micropolítica. A formulação deleuze-guattariana de Estado está sempre atenta às formas

de como o sujeito foi sendo construído socialmente, assim como revela as possibilidades inseridas na ideia de micropolítica. Ao analisar o conceito de micropolítica para o uso das políticas públicas no país, Ferreira Neto (2015, p.404) esclarece que o argumento dos autores é de que a micropolítica é processo, e assim o que se defende é o processo, a fuga, o devir. Entretanto, macropolítica e micropolítica são articuladas, entrelaçam-se seja por meio dos movimentos de massas e na formulação de proposta de lei, seja na sua regulamentação na forma de lei.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A abordagem de aspectos jurídicos espaciais, a aplicação de conceitos da geografia humanística e da filosofia são as bases teóricas para a formulação da seguinte questão central que norteará a pesquisa: é possível a reparação do território (i)material de Mariana? Esta questão norteadora será investigada dentro da teoria do agenciamento, micropolítica e análise dos fluxos descodificados numa concepção Deleuze-guatariana.

HIPÓTESE(S)

Situações em que vivenciaram a população de Mariana com a queda da barragem são fatores que elevam o estresse ao máximo, para minimizar tais impactos as indenizações se tornaram uma forma de recodificar os fluxos considerando a concepção deleuze-guatariana, partindo desta hipótese que se irá verificar a plausibilidade da reparabilidade considerando o afloramento de territorialidades singulares.

OBJETIVOS (geral e específicos)

A presente proposta tem como objetivo principal verificar se existe de fato possibilidade ou não de reparação através do dano moral individual às pessoas atingidas no desastre de Mariana. Para investigar a questão e o objeto de estudo propostos foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a abrangência da aplicação da lei por dano moral e sua aplicação no direito da pessoa.

- Entender através da concepção deleuze-guatariana o território (i)material atingido no desastre de Mariana verificando a possibilidade ou não de uma efetiva reparação dentro do estudo da micropolítica e agenciamento proposto pelos autores.

METODOLOGIA

Para a revisão de literatura foi realizada pesquisa avançada em bases dados nacionais, sendo utilizados os seguintes filtros: texto completo, assunto principal "dano moral individual", "mineração" e "mineradoras", com delimitação do período de 2010- 2020. Como resultado da aplicação dos termos acima mencionados, foram localizados

11 artigos, dos quais cinco (5) discorrem sobre dano coletivo ambiental e suas reparações, um (1) sobre crime ambiental relacionado com a responsabilidade dos gestores da empresa, um (1) sobre responsabilidade civil por dano ambiental pelo rompimento de barragem, os outros quatro (4) discorrem sobre meio ambiente e os impactos da mineração. Dentre os artigos recuperados na busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior- CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), 46% indicam o assunto "dano moral coletivo ambiental". O resultado da revisão não indicou artigos sobre o tema dano individual relacionado com o termo "mineradoras". A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e de delineamento bibliográfico e tem como base a teoria filosófica desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari.



Foto: Mídia Ninja

JUSTIFICATIVA

A questão do dano moral é subjetiva e alberga fatores imateriais os quais precisam ser analisados, entender como funcionam as indenizações dentro da subjetividade do indivíduo pela visão de Deleuze-guatariana, talvez seja uma forma de mudar a visão do aplicador da lei na dosagem do arbitramento dos danos morais. O estudo se justifica pelo princípio da dignidade da pessoa ser estruturante da ordem constitucional. Ou seja, os direitos de personalidade com ênfase à dignidade humana estão garantidos na Constituição Brasileira. O que representa uma mudança paradigmática do direito civil no que diz respeito ao ordenamento jurídico da pessoa humana.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A concepção de que o uso interdisciplinar das categorias de análise geográfica, inseridas no conceito central de território, amplia as possibilidades de abordagens voltadas para as questões objetivas e subjetivas do território material e imaterial. Por outro lado, as disciplinas destinadas às garantias legais dos cidadãos, imprimiram em seus códigos o caráter econômico nas ciências jurídicas moderna. De tal forma que, à organização econômica do sistema de trabalho, da vida social, política e cultural perpassa a instância jurídica. Quando aplicado ao campo jurídico, à representatividade

do território imaterial é acrescida os direitos, os deveres e as obrigações legais relativas às relações estabelecidas pelo uso, pela ocupação do território material. O que diferencia são os modos de utilização da terra e a forma como o Estado lida com as questões e o impacto na realidade existente, assim Gestão Integrada do Território busca uma visão integradora das vertentes sociais, jurídicas e econômicas para a compreensão do tema proposta.



Foto: Yuri Barichivich/Greenpeace

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAYRELL, Juarez. O aluno do ensino médio: o jovem desconhecido. In: Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio**. Ano XIX boletim 18 - Novembro/2009, p.16-23.

CHARLOT, Bernard. Fundamentos e usos do conceito de relação com o saber. In: DIEB, M. (Org.). **Relações e saberes na escola: os sentidos do aprender e do ensinar**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Leitura, Escrita e Oralidade, p. 173-181.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, p. 19-45, jul 2007.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e redes de sociabilidade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2 ed, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2 ed, vol. 4. São Paulo: Editora 34, 2012b.

FERREIRA NETO, J. L. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. *Psicologia USP*, v.26, n.3, 397-406, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140009>

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicosp/article/view/109972> Acesso em: 23 de out. 2020.

Agradecimentos: A minha esposa pelo companheirismo incondicional e a professora Patrícia Falco Genovez da Universidade Vale do Rio Doce, que norteou minha pesquisa, direcionando todo trabalho; à CAPES.

CONTATO

E-mail: souzacostadvocacia2@gmail.com

**O EMPREENDEDORISMO COMO UMA TENTATIVA NA CONCILIAÇÃO
DAS MULTITERRITORIALIDADES FEMININAS COM O MUNDO DO
TRABALHO**



Empreendedorismo Feminino



O empreendedorismo como uma tentativa na conciliação das multiterritorialidades femininas com o mundo do trabalho

Angélica Antunes Tenório
Mauro Augusto dos Santos
Sueli Siqueira

Resumo: As mulheres procuram várias maneiras para vivenciar de forma mais harmônica os seus múltiplos papéis desempenhados diariamente. Com maior escolarização, direito a tomadas de decisões, principalmente no que diz respeito à maternidade, e com incessantes lutas através dos movimentos sociais, as mulheres conquistaram novos espaços na sociedade, mas isso gerou uma sobrecarga de trabalho. Nessa perspectiva, muitas buscam no empreendedorismo uma forma de conciliar o trabalho formal com seus diversos territórios. O objetivo desta pesquisa é analisar e compreender como as mulheres empreendedoras de Ipatinga vivenciam suas multiterritorialidades.

Palavras-chave: Multiterritorialidades. Mulheres. Empreendedorismo

Abstract: Women look for different ways to more harmoniously experience their multiple roles played daily. With greater education, right to decision-making, especially with regard to motherhood, and with incessant struggles through social movements, women conquered new spaces in society, but this generated an overload of work. In this perspective, many seek in entrepreneurship a way to reconcile formal work with their different territories. The purpose of this research is to analyze and understand how women entrepreneurs in Ipatinga experience their multiterritoriality.

Keywords: Multiterritorialities. Women. Entrepreneurship

DEFINIÇÃO DO TEMA

O tema delimitado da pesquisa é a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Destaca-se que às mulheres têm conseguido avançar em espaços públicos antes ocupados somente pelos homens, mas observa-se que as desigualdades de gênero foram superadas a princípio em algumas áreas, em específico a educacional. No entanto, o sexo feminino ainda não conseguiu transpor alguns estigmas e estereótipos cristalizados na sociedade, a prática se torna visível no mercado de trabalho. Sendo elas mais qualificadas precisam afirmar com atitudes que são tão competentes como o sexo masculino, de acordo com Alves e Cavenaghi (2018) às mulheres passam por um processo de empoderamento que possibilita a reconfiguração do gênero. Percebe-se que mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas contribuem para a evolução de um novo olhar que a sociedade incide sobre as mulheres.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

O tema está delimitado no estudo do empreendedorismo feminino em Ipatinga. A cidade está situada na região do Vale do Aço, que se desenvolveu com a instalação da siderúrgica Usiminas, pode-se afirmar que a empresa é responsável pelo desenvolvimento econômico, social e cultural do município e seu entorno. Evidencia-se que a cidade vive a divisão sexual do trabalho e a segregação dos ditos guetos femininos, o que reverbera as relações de poder perpassadas no território. O fato de possuir uma empresa que exerce grande influência tanto no aspecto simbólico como no material leva a necessidade de se refletir e analisar em quais territórios de atuação no mundo do trabalho as mulheres ipatinguenses estão inseridas, além de se buscar transitar nos diversos territórios que requer flexibilidade e conciliação de horários de trabalho. A possibilidade de experimentar as dinâmicas das territorialidades de uma mulher é desafiador, é preciso se reinventar constantemente para sobreviver às demandas que lhes são atribuídas, além disso, necessita vencer os preconceitos cristalizados. Hirata (2007) ressalta, que a flexibilidade é sexuada e aumenta a desigualdade de gênero.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O empreendedorismo é essencial para desenvolvimento da economia no país por gerar emprego e renda. Com as mudanças rápidas e constantes de um mundo globalizado as tomadas de decisões precisam ser assertivas e ágeis, constantemente as mulheres se deparam com situações que necessitam utilizar suas habilidade e criatividade. Sobrecarregadas em meio as suas multiterritorialidades elas formulam estratégias para conciliação do território da casa com o território do trabalho e nesse contexto, procuram através do empreendedorismo feminino uma solução para a conciliação de suas múltiplas funções. Muitos são os motivos para investirem no empreendedorismo, que pode ser o desejo pela auto realização, insatisfação no trabalho, demissão do trabalho anterior e flexibilidade (Baggio; Baggio, 2014). Com várias demandas experimentadas diariamente, Haesbaert entende que as multiterritorialidades são os diversos territórios vivenciados simultaneamente, sendo essa, uma característica marcante da sociedade contemporânea. No caso específico que são as mulheres, é importante analisar e compreender as relações de poder que perpassam no território, e de que forma elas se apropriam e dominam esse espaço. Hirata ressalta que apesar das transformações no cenário internacional e nacional, a segregação sexual do trabalho são persistentes. No empreendedorismo essa prática não se torna diferente, a atuação feminina no mundo dos negócios se restringe em áreas consideradas femininas, aqui destaca-se a desigualdade do gênero que Hirata denuncia, e afirma que essa postura fortalece a divisão sexual do trabalho. Autores como Cavenaghi e Alves destacam que às mulheres romperam com algumas normas criadas e padronizadas pela sociedade, e sua atuação se torna perceptível na área educacional. Com acesso à educação elas se tornaram mais qualificadas que os homens e muitas passaram a assumir o papel de chefia nas famílias, no entanto, essa transposição na distribuição de tarefas domésticas, cuidados com os filhos e com terceiros não se deu de forma igualitária entre os sexos. Dessa forma, os autores ressaltam para que haja igualdade de trabalho formal para homens e mulheres é preciso rever as políticas públicas, para que elas tenham mais tempo disponíveis para investirem na carreira profissional, pois, a mulher tem seu tempo reduzido o que dificulta essa ascensão.



Foto: Correio Braziliense

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Dados da literatura apontam que às mulheres buscam empreender por vários motivos, dentre alguns, podemos destacar a dificuldade de ascensão a cargos superiores nas empresas, insatisfação no emprego, dificuldade em conciliar a família e principalmente filhos pequenos com o trabalho. Sendo assim, elas procuram no empreendedorismo a satisfação pessoal, independência financeira e flexibilidade no horário de trabalho para poder acompanhar melhor a rotina diária de sua família. Evidencia-se que às mulheres possuem uma sobrecarga de trabalhos domésticos e cuidados com terceiros maior em relação aos homens, dessa forma, ao observar os vários territórios experimentados cotidianamente pelas mulheres, o projeto pretende responder a seguinte pergunta: Como as mulheres casadas que são empreendedoras na cidade de Ipatinga vivenciam suas multiterritorialidades?

HIPÓTESE(S)

Principal: Empreender para as mulheres é uma solução encontrada para conciliação de suas multiterritorialidades com o território do trabalho. Hipóteses secundárias,

o empreendedorismo possibilitou para as mulheres uma qualidade de vida melhor, com ascensão social e financeira. O empreendedorismo possibilitou empoderamento da mulher no território do trabalho e dentro da sua família.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Analisar e compreender como as mulheres casadas que são empreendedoras na cidade de Ipatinga vivenciam suas multiterritorialidades.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever os papéis sociais atribuídos a cada gênero e a evolução desses no decorrer da história, com recorte específico da década de 1950 aos dias atuais;
- Descrever o histórico do empreendedorismo feminino no Brasil;
- Caracterizar as mulheres empreendedoras de Ipatinga e os tipos de negócios nos quais estão inseridas;
- Analisar as dificuldades encontradas pelas mulheres empreendedoras de Ipatinga em relação à gestão de suas empresas;
- Verificar se a autonomia econômica da mulher empreendedora a empoderou no âmbito doméstico.

METODOLOGIA

Como metodologia, será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental. Como fontes bibliográficas serão utilizados trabalhos vinculados às temáticas da desigualdade de gênero com especial interesse pela repercussão dessa desigualdade no mundo do trabalho, empreendedorismo e território. Serão utilizados, como fontes secundárias, os dados de pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Global Entrepreneurship Monitor (GEM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Por fim, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres empreendedoras que residam no município de Ipatinga. As entrevistas serão gravadas com autorização prévia do entrevistado e, em seguida, serão transcritas, sendo então analisado o conteúdo dessas. As informações presentes nas entrevistas serão agrupadas em categorias temáticas e as falas analisadas dentro de cada tema.

JUSTIFICATIVA

O trabalho proposto tem como justificativa o diálogo entre as várias áreas do conhecimento científico por ser um assunto persistente em nosso meio, a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, sendo de interesse nacional, regional e internacional. Através das intensas lutas que foram colocadas em pautas com as políticas públicas e movimentos sociais às mulheres passaram a assumir de forma gradativa e tímida cargos de lideranças no território do trabalho e tem fomentado a diminuição das assimetrias de gênero, embora, a equidade seja um longo caminho a ser percorrido. Dessa forma, as pesquisas se tornam essenciais para denunciar essa desigualdade.



Foto: Pexels

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A relevância da pesquisa está na proposta de investigação de um tema controverso e de interesse individual e coletivo não apenas regional, mas até mesmo de mundial. Destaca-se a importância deste trabalho, diante da necessidade de contribuir na elaboração de estudos que possam elucidar questões e apontar caminhos para a diminuição da desigualdade de gênero que ainda persistem no Brasil. O trabalho aqui proposto integra com total coerência, a linha de pesquisa Território, Migrações e Cultura, do programa de mestrado em Gestão Integrada do Território- UNIVALE, e espera-se que venha contribuir para o fortalecimento da mesma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGGIO,A.F.; BAGGIO,D,K. Empreendedorismo: Conceitos e Definições.

Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia.v.1, n.1, p.25-38, 2014. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>. Acesso: 10 set.2020

ALVES; J. E. D; CAVENAGHI.S.M. Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Permanências. 32.ed. Rio de Janeiro: Estudos Sobre Seguros, 2018. 120 p. Disponível em:https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-e-dicao-32_1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020

Haesbaert, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HIRATA, H.; MARUANI,M. As Novas Fronteiras das Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo: Senac, 2003. 365 p.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que propicia a existência desse mestrado.

CONTATO

E-mail: angelica-antunes@hotmail.com

**O IMAGINÁRIO TERRITORIAL DA ILHA DOS ARAÚJOS: A FORMAÇÃO
HISTÓRICA DO TERRITÓRIO E A RELAÇÃO COM A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIO**



O imaginário territorial da Ilha dos Araújos: a formação histórica do território e a relação com a regularização fundiária

Natália de Lourdes dos Santos
Patrícia Falco Genovez
Cristiane Mendes Netto

Resumo: Nossa pesquisa tem como ponto de partida o território numa dimensão imaterial, ou seja, subjetiva, cultural e simbólica, e, para tanto, recorreremos ao estudo da antropologia do território. Conhecer a identidade territorial, através da análise da memória e do imaginário territorial, pode trazer reflexões que contribuam para o desenvolvimento local. Nesse sentido, pretendemos tentar compreender o imaginário territorial que circunda estudo a Ilha dos Araújos, que abriga um bairro da cidade de Governador Valadares, a partir da investigação da formação histórica do seu processo de urbanização em articulação com os reflexos do âmbito jurídico nesse processo, especificamente, a regularização fundiária.

Palavras-chave: Ilha fluvial; imaginário territorial; antropologia do território; regularização fundiária

Abstract: Our research has as its starting point the territory in an immaterial dimension, that is, subjective, cultural and symbolic, and, for that, we resort to the study of the anthropology of the territory. Knowing territorial identity, through the analysis of memory and territorial imagery, can bring reflections that contribute to local development. In this sense, we intend to try to understand the territorial imaginary that surrounds the study of Ilha dos Araújos, which houses a neighborhood in the city of Governador Valadares, based on the investigation of the historical formation of its urbanization process in conjunction with the reflections of the legal scope in this process, specifically, land tenure regularization.

Keywords: River island.; territorial imaginary; anthropology of the territory; land regularization

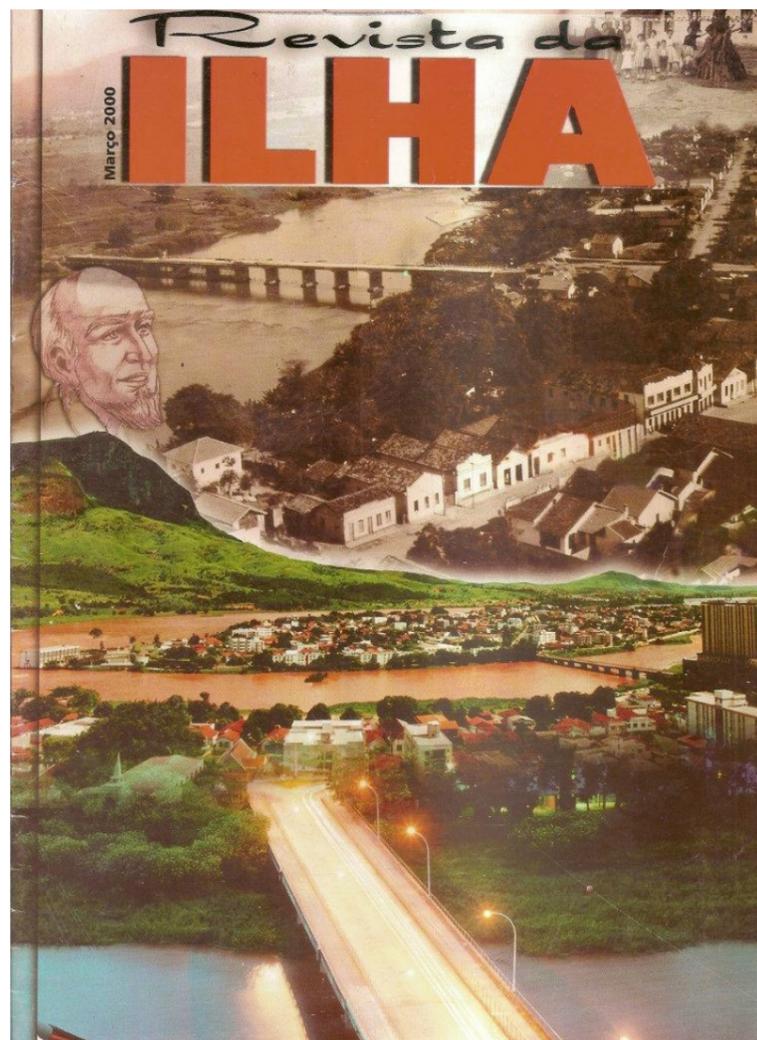
DEFINIÇÃO DO TEMA

As ilhas em geral, de uma certa maneira, sempre mexeram com o imaginário do homem, e podem ser consideradas a partir dos mais diversos âmbitos. A título de exemplo podemos citar o clássico romance de Daniel Defoe que imortalizou as aventuras de Robson Crusoe, que tem por palco principal uma ilha, na qual a personagem reflete sobre o sentido da vida (DEFOE, 2018).

Obviamente não será possível acessar todas as dimensões que o estudo de uma ilha evoca. Por isso, a temática dessa pesquisa enfocará uma ilha fluvial localizada em perímetro urbano, para tentar compreender o imaginário territorial que a circunda, a partir da investigação da formação histórica do seu processo de urbanização em articulação com os reflexos do âmbito jurídico nesse processo

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Ao promovermos o recorte espacial do nosso objeto de estudo, elegemos a Ilha dos Araújo, localizada na cidade de Governador Valadares. O "Complexo da Ilha dos Araújo" foi inventariado pela Prefeitura Municipal de Governador Valadares, em 2018, na categoria "Conjunto Paisagístico" (Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 2020), o que demonstra a sua relevância cultural para a cidade, e reforça, a princípio, a necessidade de evocar uma reflexão em torno de um território cultural e simbólico, num movimento contínuo entre as dimensões da memória coletiva, do imaginário e da realidade.



Capa da Revista da Ilha
Fonte: Facebook Fotos Antigas e Atuais de Governador Valadares

O recorte espacial aqui proposto também levou em consideração o fato da Ilha dos Araújo constituir um bairro. O bairro, caracterizado enquanto uma comunidade local, "tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial" (POLICCE, 2010, p. 13). Sendo assim, encontramos um "laboratório" ideal: uma "ilha bairro"! Uma ilha que fala, pois encontra-se repleta de símbolos e mensagens (RÍOS, 2012), e nos convida a mergulhar nessa aventura de conhecer e desvendar o seu passado para compreender o quanto a sua memória está tatuada na alma da cidade, dos sujeitos que ali vivem e transitam, produzindo um imaginário territorial que transcende ao imaterial.

Quanto ao recorte temporal, iremos investigar a formação histórica do território, a partir do ano de 1950, quando teve início a sua urbanização. Com o fim de analisar os vários momentos de redimensionamento do imaginário territorial, nossa pesquisa abordará três recortes temporais específicos: 1) a passagem que torna a ilha em uma fazenda, 2) quando a fazenda se torna um loteamento, e 3) quando o loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado. Esses redimensionamentos serão acessados a partir de fotografias, disponibilizadas por moradores da cidade, numa comunidade de Facebook de acesso público, conforme detalharemos no item metodologia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O recorte espacial aqui proposto também levou em consideração o fato da Ilha dos Araújo constituir um bairro. O bairro, caracterizado enquanto uma comunidade local, "tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial" (POLICCE, 2010, p. 13). Sendo assim, encontramos um "laboratório" ideal: uma "ilha bairro"! Uma ilha que fala, pois encontra-se repleta de símbolos e mensagens (RÍOS, 2012), e nos convida a mergulhar nessa aventura de conhecer e desvendar o seu passado para compreender o quanto a sua memória está tatuada na alma da cidade, dos sujeitos que ali vivem e transitam, produzindo um imaginário territorial que transcende ao imaterial.

Quanto ao recorte temporal, iremos investigar a formação histórica do território, a partir do ano de 1950, quando teve início a sua urbanização. Com o fim de analisar os vários momentos de redimensionamento do imaginário territorial, nossa pesquisa abordará três recortes temporais específicos: 1) a passagem que torna a ilha em uma fazenda, 2) quando a fazenda se torna um loteamento, e 3) quando o loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado. Esses redimensionamentos serão acessados a partir de fotografias, disponibilizadas por moradores da cidade, numa comunidade de Facebook de acesso público, conforme detalharemos no item metodologia.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A partir do resultado da pesquisa documental levantada até o momento, especificamente dos registros do Cartório de Registro de Imóveis de Governador Valadares (GOVERNADOR VALADARES (MINAS GERAIS) 2020), nos chama a atenção o fato de que, simultaneamente ao loteamento da Ilha dos Araújo enquanto espaço urbano, e antes mesmo do início da construção da ponte, ligando ao centro da cidade, em abril de 1954

(GENOVEZ, 2020), ocorreu a sua regularização fundiária. Sendo assim, a situação de precariedade da posse das terras da Ilha se reverteu em titulação da propriedade privada, antes que aquela viesse a se firmar na condição de bairro integrante da cidade de Governador Valadares, o que também indica a importância que os idealizadores do loteamento estariam dando ao empreendimento.

Feita tal contextualização, esclarecemos, portanto, que o presente estudo, norteado por uma perspectiva antropológica do território (RÍOS, 2012), entrelaçando tempo e espaço, traz como questão norteadora: como se configura o imaginário territorial da Ilha dos Araújos no processo de formação histórica do território urbano, em articulação com a regularização fundiária?

HIPÓTESE(S)

Apresentamos duas hipóteses. A primeira delas no sentido de que essa paisagem natural, enquanto ilha, criou um imaginário territorial que foi apropriado pela comunidade local, orientando a formação do território urbano da Ilha dos Araújos e da própria identidade territorial, que permanece latente até os dias atuais, principalmente por conta da memória coletiva.

A segunda hipótese, gira em torno do âmbito jurídico. O fato da regularização fundiária da Ilha dos Araújos ter ocorrido concomitantemente com o início do seu processo de urbanização, e pela forma como esse instituto jurídico foi conduzido, contribuiu para reforçar e enraizar o imaginário territorial.

OBJETIVOS (geral e específicos)

O presente estudo tem por objetivo geral compreender como se configurou o imaginário territorial da Ilha dos Araújos, a partir da investigação do processo de formação histórica do território urbano, em articulação com o âmbito jurídico nesse processo, especificamente a regularização fundiária.

Como objetivos específicos, pretendemos:

a) promover uma abordagem conceitual envolvendo o território, a paisagem e o imaginário territorial, numa articulação entre a antropologia e a geografia.

b) conhecer a formação histórica do processo de urbanização da Ilha dos Araújos, com base em três recortes temporais: 1) a passagem que torna a ilha em uma fazenda, 2) quando a fazenda se torna um loteamento, e 3) quando o loteamento efetivamente se torna um bairro urbanizado.

c) investigar, no âmbito jurídico, como ocorreu a regularização fundiária da Ilha dos Araújos e sua articulação a uma dada configuração do imaginário territorial.

d) promover a análise de fotografias digitais para compreender como se configura o imaginário territorial da Ilha dos Araújos.

METODOLOGIA

Para a investigação da formação histórica do processo de urbanização da Ilha dos Araújos adotaremos o método científico narrativo. No que diz respeito à abordagem, esta será qualitativa, na medida em que, ao investigarmos o imaginário territorial que emerge do processo de formação da urbanização da Ilha dos Araújos, uma abordagem meramente quantitativa se revelaria "frágil na apreensão de detalhes e singularidade" (FRAGOSO, RECUERO, & AMARAL, 2011, p. 67).

Serão realizadas pesquisas bibliográfica e documental. A primeira delas, será procedida mediante a busca em portais de pesquisa, como, por exemplo, o Portal de Periódico Capes, entre outros portais de relevância acadêmica, além da pesquisa envolvendo os referenciais teóricos já mencionados no item anterior do presente projeto.

A pesquisa documental, por sua vez, será realizada através dos registros envolvendo a Ilha dos Araújos no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Governador Valadares, na Prefeitura Municipal de Governador Valadares acerca do respectivo processo de loteamento, na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no Fórum da Comarca de Governador Valadares, bem como através da análise da legislação correlata, em vigor à época da regularização fundiária, do relato dos memorialistas, e por meio de documentos fotográficos digitais.

No que diz respeito à coleta documental fotográfica, utilizaremos o método digital, mediante a utilização dos documentos publicados na comunidade virtual do "Facebook", denominada "Fotos antigas e atuais de Governador Valadares" (Fotos antigas e atuais de Governador Valadares MG, 2013) que se encontram em domínio público. Tais fotografias virtuais serão analisadas através da semiótica social, pelo fato delas poderem ser entendidas como instrumentos utilizados com finalidade comunicativa (LEEUEWEN, 2005), e indicarem um potencial de construir significados, inclusive, significados que, eventualmente, representem um imaginário territorial.



Fotos antigas e atuais de Governador Valadares MG

Comunidade

Enviar mensagem

Comunidade Fotos antigas e atuais de Governador Valadares MG

JUSTIFICATIVA

A identidade territorial possui diversas funções, entre elas a denominada “função orientada”, segundo a qual a identidade produz sentido e guia o sistema territorial no processo evolutivo, promovendo o “desenvolvimento endógeno”, que ocorre em escala local (POLICCE, 2010). Nessa medida, investigar o processo de formação histórica do território urbano da Ilha dos Araújos, bairro da cidade de Governador Valadares, numa interlocução entre a antropologia do território e o âmbito jurídico, nos permite conhecer a sua identidade territorial, através da análise da memória e do imaginário territorial, além de trazer reflexões que contribuam para o desenvolvimento local.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

O objeto de pesquisa ora proposto encontra-se diretamente vinculado à linha de pesquisa “Território, Migrações e Cultura”, contida no programa de Mestrado Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território, especificamente no campo estruturante transversal e temáticos “Formação histórica do território”.

A relevância do objeto de pesquisa emerge justamente do fato de que, a partir do estudo da formação histórica do território, incluindo o âmbito antropológico e jurídico nesse processo, é possível investigar como o imaginário territorial pode, eventualmente, assumir um papel importante na construção, preservação ou transformação de determinado território, e, até mesmo, orientar de forma mais eficiente as ações ligadas à Gestão Integrada do Território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(2020). Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Valadares: <https://www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/relacao-de-bens-inventariados-de-governador-valadares/74362>

Fotos antigas e atuais de Governador Valadares MG. (2013). Fonte: Facebook: https://www.facebook.com/Fotos-antigas-e-atuais-de-Governador-Valadares-MG-324319641034891/photos/?tab=album&ref=page_internal

FRAGOSO, S., RECUERO, R., & AMARAL, A. (2011). Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina.

GENOVEZ, P. F. (2020). “Quando o rio Doce abraça a Ilha”: a formação histórica e territorial do bairro Ilha dos Araújos (GV/MG) e a ocorrência das enchentes.

Gerais), G. V. (24 de Agosto de 2020). 1º Ofício do Registro de Imóveis de Governador Valadares. Certidão.

KÜMPEL, V. F., & FERRARI, C. M. (2020). Tratado Notarial e Registral. São Paulo: YK Editora.

LEEUWEN, T. v. (2005). Introducing Social Semiotics. Londres: Routledge.

POLICCE, F. (JAN/JUN de 2010). O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Espaço e cultura, 27, 7-23. (A. G. Oliveira, & R. C. Oliveira, Trads.) Rio de Janeiro: UERJ.

RÍOS, F. T. (Agosto de 2012). Antropologia del territorio. Revista de la Universidad Bolivariana, 11, 493-510.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: natalia.santos@univale.br

**O PAPEL DOS CARTÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO: A
ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER QUE
TERRITORIALIZARAM O BRASIL**

MPC

MARKETING PARA CARTÓRIOS



CARTÓRIOS DO
FUTURO

Provimento 100/20 - CNJ

Fonte: Marketing para Cartórios

O papel dos cartórios na construção do território: a estruturação das relações de poder que territorializaram o Brasil

Daniel de Araújo Ribeiro
Mauro Augusto dos Santos

Resumo: Neste trabalho apresenta-se como tema a ser estudado: o papel dos serviços de registro e notas no estabelecimento das relações de poder entre a população e o Estado brasileiro no território nacional. A pretensão é que essa ideia geral possa ser confirmada como uma espécie de fórmula passível de ser verificada em variadas delimitações. Tanto em abordagens subjetivas do território quanto em abordagens materiais como, por exemplo, em relação ao papel desses serviços na definição dos limites territoriais dos entes municipais que hoje compõem a República Federativa do Brasil.

Palavras-chave: População. Cartório. Território. Estado.

Abstract: In this work, the theme to be studied is presented: the role of registration and notes services in the establishment of power relations between the population and the Brazilian State in the national territory. The intention is that this general idea can be confirmed as a kind of formula that can be verified in various delimitations. Both in subjective approaches to the territory and in material approaches, for example, in relation to the role of these services in defining the territorial limits of the municipal entities that make up the Federative Republic of Brazil today.

Keywords: Population. Registry. Territory. State.

DEFINIÇÃO DO TEMA

O tema da presente pesquisa é o papel dos cartórios na estruturação das relações de poder no Brasil. Partindo do pressuposto teórico de que território é um espaço sobre o qual um determinado agente exerce o controle, pretendemos compreender como os serviços notariais e de registro contribuíram para o estabelecimento das relações que fizeram desse espaço um território brasileiro.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Com o intuito de viabilizar a presente pesquisa, delimitaremos o estudo da relação proposta ao Brasil institucional, desde o período colonial até a atualidade, através de uma

abordagem histórica, geográfica, jurídica e sociológica, sem descuidar, no entanto, de alguma análise comparativa quando se fizer necessária à compreensão pretendida. Bem como, sem deixar de considerar a possibilidade de ajustes ao longo da pesquisa, caso seja identificada a necessidade de ampliação do tema ou uma complexidade incompatível com o cronograma de atividades ora proposto para execução do trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nos estudos preliminares que inspiraram o presente pré-projeto, Geografia, História e Direito surgiram como as principais matrizes epistemológicas que serviriam de base ao presente trabalho.

Claude Raffestin (1993), a princípio a base geográfica deste estudo, ensina-nos um conceito de território que atende à abordagem aqui proposta, na medida em que, segundo o autor, o estabelecimento da relação de poder no espaço constitui o território. E, ainda, o autor trata a representação da população como o primeiro domínio do poder. Portanto, controlar a população, seus atos, fatos e movimentos, é essencial para o exercício de poder sobre o espaço que a contém, e conseqüentemente, para a constituição desse espaço em um território.

Identificamos o serviço de registro e notas, a que chamamos cartório, como um subsistema interdependente (SANTOS, 2017, p. 275) destinado a controlar a população, seus bens, direitos, deveres e movimentos. Sendo a população o primeiro trunfo de poder, segundo Raffestin (1993), seria o serviço registral o mais eficiente instrumento coercitivo de vinculação jurídica das pessoas ao território, e conseqüentemente ao Estado.

Na seara histórica, Darcy Ribeiro (2015) e Jorge Caldeira (2017) foram essenciais para a compreensão preliminar de como a estrutura administrativa institucional do estado brasileiro formou-se a partir da continuidade das estruturas herdadas de Portugal e seguiu sua história fortemente inspirada nas mesmas bases teóricas, epistemológicas e de legitimação.

A Santa Sé, “como centro de legitimação e de sacralização de qualquer empreendimento mundial e centro da fé regida em seu nome por um vasto clero assentado em inumeráveis igrejas e conventos” (RIBEIRO, 2015, p. 31) foi, por muito tempo, a principal estrutura administrativa de muitos estados incipientes, dentre eles Portugal e suas respectivas colônias, fornecendo mão-de-obra disciplinada, hierarquizada e qualificada para os serviços burocráticos, como os de notas e os de registros de pessoas e bens. Revelou-nos, ainda, CALDEIRA (2017), a ideia de que a laicidade republicana se deu, talvez, mais por pragmatismo do que por princípio.

Fixando-se a atenção ao serviço de notas e registro, a partir destas referências apenas (que posteriormente se confirmam com o estudo das legislações), pode-se considerar que a história dos cartórios no Brasil divide-se em dois grandes períodos: o primeiro, da chegada dos portugueses até a Proclamação da República; e o segundo, da extinção do padroado até a atualidade. O que distinguiria basicamente os dois períodos seriam: a origem da legitimação das normas que regiam os serviços e a vinculação institucional dos responsáveis pelos serviços. No primeiro período, a que chamaremos eclesiástico, as normas que regiam os serviços emanavam, em sua maioria, da igreja e os responsáveis eram, predominantemente, mas não exclusivamente, representantes do clero. No segundo

período, a que chamaremos laico, as normas originam-se do estado republicano, cuja legitimidade emana do povo, e os responsáveis não são mais pertencentes necessariamente à estrutura hierárquica da igreja.



Cabeçalho de uma Certidão de Registro Civil emitida em 1936 no Cartório do então Distrito Lajão, atual Município de Conselheiro Pena/MG.
Fonte: Acervo do autor.

Assim, entre os dois períodos diferenciam-se a gestão e a legitimação, mas não o conteúdo dos serviços. A encampação dos serviços da Igreja pelo Estado Republicano mudou os funcionários, mas as pessoas e seus bens continuariam sendo registrados e seus direitos conferidos a partir dos registros.

Realizou-se, então, um levantamento de artigos científicos com o intuito de visualizar parte do que se tem produzido academicamente sobre o tema. Para isso, como parâmetros de busca, escolhemos relacionar o termo cartório com duas elementares constitutivas de um Estado soberano: território e população.

O motivo pelo qual se optou pela palavra cartório é que a presente pesquisa se propõe interdisciplinar e entre os universos semânticos das disciplinas envolvidas esse termo mostra-se mais comum. De outra forma, a pesquisa poderia limitar-se a resultados de cunho jurídico.

O termo população foi escolhido porque entendemos que é sobre esse elemento constitutivo do Estado que se assentam os demais. Não há território sem população que o usufrua e defenda. Não há soberania que se exerça sobre ninguém.

Seja nos textos históricos e jurídicos inicialmente apresentados ou nos artigos científicos analisados, os estudos preliminares demonstram indícios de que a presença dos cartórios no cotidiano da população em suas relações com o estado e o território nacional parece incontestável, remonta a tempos imemoriais, atravessa quase todos os fatos das nossas vidas e significou uma importante ferramenta de consolidação territorial.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A pergunta que norteia a pesquisa ora proposta e que se pretende responder com o desenvolvimento dos estudos é: como os serviços notariais e de registros contribuíram para o estabelecimento das relações de poder entre a população e o Estado no território brasileiro?

HIPÓTESE(S)

Como hipótese à pergunta formulada, sugere-se que os cartórios foram uma das principais ferramentas de estruturação das relações de poder vinculadas ao Estado brasileiro.

Como indício de confirmação da hipótese, tem-se como postulado a incontestável soberania nacional, na medida em que o reconhecimento, tanto no âmbito interno quanto no plano internacional, da legitimidade de um determinado ente, com exclusividade em um território, em recepcionar, registrar e atestar (dar fé pública) a veracidade de informações relativas às pessoas (naturais ou jurídicas – população) e aos seus bens é uma atribuição decorrente da condição de soberania.

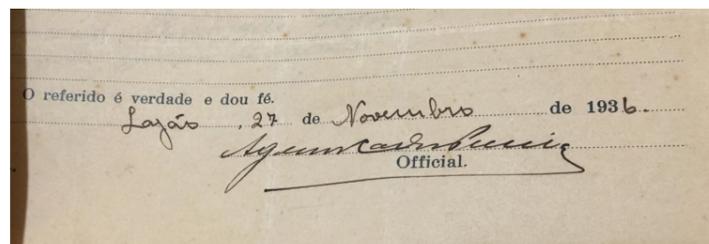
OBJETIVOS (geral e específicos)

O objetivo geral da presente pesquisa é: estudar o papel dos cartórios na estruturação das relações de poder entre a população e o Estado brasileiro no território nacional do período colonial até a atualidade.

METODOLOGIA

Pretende-se realizar uma pesquisa de natureza teórica com objetivos exploratórios, descritivos e explicativos, em fontes bibliográficas, documentais e legislativas.

Serão feitos estudos em bibliografias, documentos históricos, como registros públicos e notas, legislações e normas, decisões judiciais e administrativas, além de textos científicos que abordem os temas pesquisados. Especificamente serão estudadas as constituições brasileiras de 1824 até a de 1988 e as normas e leis infra-constitucionais que abordaram o tema neste período.



Encerramento da Certidão de Registro Civil emitida em 1936 no Cartório do então Distrito Lajão, atual Município de Conselheiro Pena/MG.

Fonte: Acervo do autor.

JUSTIFICATIVA

A presença dos cartórios no cotidiano da população em suas relações com o Estado e o território nacional pode-se dizer incontestável. Remonta a tempos imemoriais e atravessa quase todos os fatos das nossas vidas. No entanto, pode-se também inferir que os cartórios, como objeto de estudo, ainda são pouco pesquisados, embora sejam bastante mencionados como referências ou fontes de informações úteis nos mais diversos tipos de trabalhos científicos.

Como contribuição teórica geral, a presente pesquisa pretende destacar o tema serviços notariais e de registro enquanto objeto autônomo de estudos que ultrapassa a seara exclusivamente jurídica ou público-administrativa para se mostrar como um fenômeno também social, geográfico, histórico e secular.

Dessa forma espera-se poder contribuir para alterar a perspectiva existente sobre o tema, na medida em que se acredita que ultrapassar as barreiras do jurídico permitirá uma compreensão mais diversa que alcance desdobramentos sociais não pretendidos e/ou ainda não constatados que possam ajudar na solução de questões caras à nossa sociedade, tais como: eficiência do Estado, inclusão social, igualdade, acesso a direitos fundamentais, à terra, à justiça, celeridade jurisdicional, entre outros.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

O papel dos serviços notariais e registrais na formação das estruturas de poder do Estado brasileiro é o tema que norteia essa pesquisa. Pretendendo estudar a configuração e evolução desses serviços no Brasil, desde o período colonial até a atualidade, através de uma abordagem histórica, jurídica e sociológica, entendemos que o trabalho vai ao encontro da linha de pesquisa "Migrações, Cultura e Território", dialogando com a temática Formação Histórica do Território.

O espaço sobre o qual um agente exerce seu poder é o que aqui entendemos como território, conforme ensina Raffestin (1993, p. 143-144). Neste estudo, o agente é o Estado brasileiro e o espaço é o território nacional. Como toda relação de poder é, no mínimo, bilateral, no outro extremo consideraremos a população, que ao mesmo tempo aparecerá como sujeito e objeto da relação. O cartório, no caso, seria uma das ferramentas utilizadas por estes agentes para a apropriação do espaço. Entrelaçando-se, assim, nos cartórios, a tríade elementar constitutiva do Estado-Nação: território, população e soberania.

Por exemplo, a partir de interesses mútuos da população e do Estado em controlar, legitimar, defender e exercer domínio sobre um espaço, o serviço de registro de imóveis estabeleceu-se como essencial na estruturação da relação de poder entre ambos.

Interessa-nos, especificamente, o papel que o cartório exerceu na construção dessas estruturas de poder, bem como a evolução desse papel até a atualidade. Indicando-se, assim, a possível área de interesse dentro do campo estruturante que se enquadra o presente projeto: Direito, Território e Regulação.

A relevância da proposta seria a possibilidade de evidenciar a potencialidade da instrumentalização dos serviços de notas e registros na definição do sentido que se pretendeu seguir a cada momento histórico institucional do país, no cumprimento de programas, na alteração ou manutenção de aspectos sociais e no estabelecimento das relações de poder no Estado. Para, assim, compreender o papel desses serviços no atual estágio de evolução tecnológica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de jan. 2021.

CALDEIRA, Jorge. História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo/SP: Editora Atlas, 1993.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. 9 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: dielufv@hotmail.com

O PODER NO DISCURSO DAS PESQUISAS COM CIÊNCIA CIDADÃ



Imagem do Site Ecoa

O poder no discurso das pesquisas com ciência cidadã

Samuel Perpétuo Rodrigues
Renata Bernardes Faria Campos
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Resumo: O presente trabalho investigará as relações de poder presente nos discursos de pesquisas com ciência cidadã ligadas a projetos ambientais. Será realizada uma revisão sistemática no Portal de Periódicos da CAPES de publicações dos últimos 10 anos sobre o tema. Os resultados serão revistos e classificados em 4 categorias. Em seguida, será aplicada uma análise do discurso na perspectiva foucaultiana, buscando os jogos de poder entre pesquisadores profissionais e voluntários envolvidos nos projetos.

Palavras-chave: Ciência cidadã. Poder. Discurso. Ambiente. Território.

Abstract: The present work will investigate the power relations present in research discourses with citizen science linked to environmental projects. A systematic review will be carried out on the CAPES Journal Portal of publications from the last 10 years on the subject. Results will be reviewed and classified into 4 categories. Then, a discourse analysis from the Foucaultian perspective will be applied, seeking the power games between professional researchers and volunteers involved in the projects.

Keywords: Citizen science. Power. Speech. Environment. Territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A ciência cidadã compreende a participação de amadores, voluntários e entusiastas em projetos científicos (Parra, 2015). A ciência cidadã pressupõe que qualquer pessoa pode dedicar o seu conhecimento e o seu tempo mobilizando seus recursos na procura de resultados de interesse social. Para Bonney (2009) a ciência cidadã relaciona-se com a implementação prática da participação do cidadão no processo científico. Em outra definição, o conceito desenha uma ponte entre cidadãos e instituições científicas. (Irwin, 1995).

Jollymore (2017) descreve assim, a ciência cidadã, como uma ampla gama de projetos que são definidos por abordagens que abrangem desde crowdsourcing através do envolvimento explícito, até a integração dos cidadãos dentro do processo de execução de pesquisas científicas. A ciência cidadã não se distancia do que se compreende como "ciência tradicional", fruto da atuação de pesquisadores profissionais. Ela complementa essa ciência, na proposição de novos problemas e desafios. Neste sentido, a ciência cidadã pode expandir drasticamente a coleta e a análise de dados por uma fração do custo de

campanhas de pesquisas científicas tradicionais. Além disso, a ciência cidadã também pode aumentar o escopo dos projetos de pesquisa em escalas temporais e espaciais melhorando o seu poder estatístico (Jollymore, 2017).

presente trabalho pretende discutir a ciência cidadã pelo viés do poder, utilizando a teoria de Foucault, do discurso, do poder e da subjetivação. Para Foucault (1979), o poder não está em uma instituição, e nem é precisamente algo que se cede por meios jurídicos ou políticos. Para ele, o poder reprime, mas produz também efeitos de verdade e saber.

Considerando que a ciência cidadã é uma técnica que passa por diversas áreas do conhecimento, sendo usada tanto em projeto da área da saúde, educação, política, segurança, engenharia, etc. O presente trabalho pretende trazer uma discussão interdisciplinar, fazendo um recorte de trabalhos de ciência cidadã voltados para área ambiental, que também carrega interdisciplinaridade, afinal, falar de meio ambiente é transitar por outras áreas como a saúde e a educação, por exemplo. Sendo assim, o presente projeto está ligado a linha de pesquisa Território, Sociedade e Saúde, dialogando com a área temática Ambiente e Sustentabilidade.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Esse projeto nasceu a partir de um estudo feito durante a disciplina “Fundamentos da pesquisa científica”, onde foram identificadas poucas publicações sobre ciência cidadã em língua portuguesa. O mesmo estudo resultou em um artigo, que já se encontra em processo de publicação como capítulo de um e-book pela editora UFLA. Neste sentido, por meio de uma revisão mais aprofundada sobre ciência cidadã, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise dos resultados na perspectiva de Foucault, buscando a relação de poder presente nesses projetos. A pesquisa propõe fazer uma análise dos discursos encontrados em publicações sobre ciência cidadã no recorte ambiental. Buscaremos compreender as relações de poder entre cientistas profissionais e amadores.

Em os intelectuais e o poder, Foucault nos diz que:

Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT e DELEUZE, 1979, p.70)

Na perspectiva da ciência cidadã, a base teórica será construída por meio de Bonney (2009), que acredita que a ciência cidadã tem sido muito importante para o conhecimento científico. Cooper (2007) que argumenta que cidadãos comuns podem contribuir muito para as respostas de perguntas científicas. Kruger e Shannon (2000) sobre o olhar de que as pessoas, ao invés de meramente objeto de estudos, devem ser participantes ativas do mesmo.

A pesquisa irá trabalhar com a ciência cidadã, que é uma ferramenta presente em diversas áreas do conhecimento, portanto, interdisciplinar e em seguida, se propõe analisar em uma perspectiva foucaultina uma gama de artigos científicos escolhidos sistematicamente. Sem fugir da minha origem disciplinar, que é a comunicação, utilizarei como

material de análise um veículo de comunicação científica, que são os artigos em si, e, a partir da revisão desses artigos, realizarei uma análise das relações de poder em uma perspectiva de Foucault, que é um pesquisador por excelência interdisciplinar, tendo como recorte deste trabalho projeto ligados a área ambiental.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Numa busca por artigos publicados em língua portuguesa entre 2009 e 2019 sobre ciência cidadã recursos hídricos, dois dos trabalhos selecionados foram realizados no Brasil, particularmente na bacia do rio São Francisco (Cunha et al., 2017; França et al., 2018). Uma destas pesquisas foi conduzida na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), envolveu 1965 professores e alunos que executaram protocolos simplificados de monitoramento de características físicas de habitat, qualidade da água e macroinvertebrados bentônicos. Os dados coletados pelos estudantes foram comparados com dados coletados por pesquisadores, tornando possível validar metodologias simplificadas.

França et al. (2018) demonstram que metodologias de pesquisa científica, adaptadas para uso por estudantes da educação básica, podem ser eficazes em avaliações ecológicas da qualidade da água urbana, ampliando potencialmente a escala na qual o monitoramento pode ser realizado. Por outro lado, as atividades de monitoramento ecológico envolvendo jovens, podem ajudar a desenvolver seu conhecimento acerca das consequências e necessidades de se proteger e reabilitar córregos urbanos, aumentando também a transparência e a confiança na sociedade e na governança.

O outro estudo realizado no Brasil (Cunha et al., 2017) traz dados relativos à floração de algas em três cidades do sul e sudeste (Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro). Neste caso os voluntários foram treinados para executar protocolos que geraram dados em campo e coletar material para posterior análise em laboratório, sempre sob assistência de pesquisadores. Estes autores destacam o potencial da associação de cientistas cidadãos com profissionais em programas de monitoramento como forma de beneficiar o manejo ambiental, especialmente por meio do fornecimento de informações mais detalhadas. De modo particular, os dados coletados evidenciam a relação direta entre as observações feitas pelos cidadãos acerca da vegetação ciliar e os dados gerados por pesquisadores acerca da qualidade da água.

Numa escala ampliada, Thornhill et al. (2018) utilizaram dados coletados por 120 voluntários treinados para o uso de métodos padronizados em três continentes (América do Norte, Europa e Oceania) atentando para variações sazonais. Os voluntários deste trabalho, assim como aqueles do Brasil (Cunha et al., 2017) coletaram dados visuais do entorno, com registro fotográfico e contribuíram para análises de qualidade da água, mas neste caso também incluíram a presença de peixes. Assim como os demais, estes autores recomendam a ciência cidadã como uma ferramenta complementar útil para o monitoramento regulatório e profissional atuando como um sistema de alerta. Entretanto, a ciência cidadã não deixa de ter suas limitações e sua aplicação nem sempre é adequada. Além disso, o engajamento dos cidadãos pode ser demorado e são necessárias mais pesquisas para entender as motivações das comunidades locais em relação aos seus recursos de água doce.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Os trabalhos publicados na última década evidenciam o importante papel da ciência cidadã no engajamento de indivíduos em causas ambientais, contribuindo para os objetivos da educação ambiental e levando à motivação para ações de recuperação para além do simples monitoramento. Não menos importante, a participação de cidadãos em processos de monitoramento se mostra útil para o levantamento de problemas e soluções para as questões de interesse social. Nesse sentido, o objetivo da atual pesquisa é fazer uma análise, na perspectiva de Foucault, das relações de poder existentes em projetos de cidadã ligados a área ambiental. Qual a relação de poder entre cientistas profissionais e amadores em projetos de ciência cidadã ambientais?

HIPÓTESE(S)

A ciência cidadã tem efetivamente rompido com essa relação de poder que existe entre intelectuais e a sociedade?

OBJETIVOS (geral e específicos)

Compreender se ciência cidadã rompe com a barreira entre comunidade científica e sociedade.

Objetivos específicos:

- Analisar os discursos presente em artigos sobre ciência cidadã na área ambiental.
- Compreender se a ciência cidadã pode ser uma ferramenta de engajamento de comunidades I em projetos ambientais.

METODOLOGIA

Em um primeiro momento será realizada uma revisão sistemática da literatura, segundo Echer (2001), citado por Ferenhof e Fernandes (2016) a revisão da literatura serve para reconhecer a unidade e a diversidade interpretativa existente no eixo temático em que se insere o problema em estudo, para ampliar, ramificar a análise interpretativa, bem como para compor as abstrações e sínteses que qualquer pesquisa requer colaborando para a coerência nas argumentações do pesquisador.

Os artigos revisados serão classificados em 4 níveis. Nível 1, onde a participação do cidadão se limita a coletar dados. Nível 2, onde os cidadãos participam da análise

básica desses dados. Nível 3, onde os cidadãos participam da criação do problema da pesquisa e da coleta de dados. E nível 4, que autores como Jollymore (2017) chamam de ciência cidadã extrema, onde o cidadão participa de todo o processo científico, desde a definição do problema, da coleta e da análise dos dados.

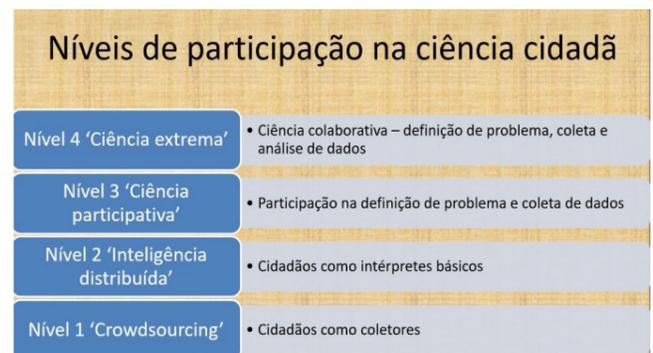
Com os artigos classificados, será realizada uma análise do discurso, inspirada na arqueologia e genealogia foucaultiana. Do ponto de vista arqueológico, é levantar o conjunto documental e realizar o procedimento vertical de investigar os discursos descontínuos, com o objetivo de entender como e o porquê. Do ponto de vista genealógico, é explorar esse corpus documental buscando enunciados, "buscar as homogeneidades básicas que estão no fundo de determinada episteme" (FERREIRINHA e RAITZ, 2010, p.378) parafraseando Veiga-Neto (2003:58). Ou seja, a busca por detalhes e particularidades que formam o conhecimento, a percepção e o saber.

Para Foucault (2007), as sínteses discursivas são representação culturalmente construída pela realidade, não uma cópia exata. Para ele, o discurso constrói o conhecimento, portanto, ele regulamenta por meio de categorias de conhecimentos e conjuntos de textos, o que é permitido ser falado e o que não é, sendo assim, ele re/prodiz poder e conhecimento ao mesmo tempo.

Do ponto de vista arqueológico, levantar o conjunto documental e realizar o procedimento vertical de investigar os discursos descontínuos, com o objetivo de entender como e o porquê. Do ponto de vista genealógico, explorar esse corpus documental buscando enunciados, "buscar as homogeneidades básicas que estão no fundo de determinada episteme" (FERREIRINHA e RAITZ, 2010, p.378) parafraseando Veiga-Neto (2003:58). Ou seja, a busca por detalhes e particularidades que formam o conhecimento, a percepção e o saber.

JUSTIFICATIVA

Do ponto de vista acadêmico, a ciência cidadã tem se destacado como uma ferramenta de aproximação entre comunidade científica e sociedade. A academia brasileira atualmente vive uma forte crise, onde vemos o presidente da república atacando e desqualificando a ciência e a sociedade totalmente aparte. A sociedade e a academia estão distantes, com um muro criado pelos próprios intelectuais que, muitas vezes falam para si, deixando o conhecimento ainda dentro dos muros das universidades. Nesse sentido, a ciência cidadã seria uma ferramenta para aproximar e democratizar o conhecimento científico, atingindo todas as camadas da sociedade. Do ponto de vista ecológico, a ciência cidadã tem se destacado como uma ferramenta de educação ambiental e engajamento de comunidades em projetos de recuperação ambiental. Sendo assim, o presente trabalho trará uma nova perspectiva para a literatura brasileira, podendo ser usado como material de estudo para futuras investigações que busquem ferramentas de engajamento social em projetos de recuperação ambiental



RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

O projeto está vinculado aos estudos territoriais com a linha de pesquisa ambiente e sustentabilidade. A pesquisa é relevante porque trata de uma revisão de literatura sobre um tema que ainda é pouco pesquisado no Brasil, trazendo uma nova perspectiva para futuras pesquisas. A própria ciência cidadã dialoga muito com a Gestão Integrada do Território, uma vez que envolver comunidades em projetos científicos é uma forma de gerir este território. Na perspectiva ambiental, os conflitos ambientais são conflitos territoriais e extremamente pertinentes no atual contexto global. Além disso, o projeto busca compreender se a ciência cidadã é uma ferramenta de mobilização social e, dependendo dos resultados, a pesquisa abrirá um novo leque de investigação, que deverão ser aprofundadas, mas trará uma nova perspectiva para engajar comunidades em projetos ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONNEY, Rick, Cooper, Caren B., Dickinson, Janis, Kelling, Steve, Phillips, Tina, Rosenberg, Kenneth V., Shirk, Jennifer, 2009. Citizen science: a developing tool for expanding science knowledge and scientific literacy. *BioScience* 59 (11).

COOPER, C.B.; DICKINSON, J.; PHILLIPS, T.; BONNEY, R. Citizen science as a tool for conservation in residential ecosystems. *Ecology and Society* 12(2): 1-11, 2007.

CUNHA, Davi Gasparini Fernandes et al. The contribution of volunteer-based monitoring data to the assessment of harmful phytoplankton blooms in Brazilian urban streams. *Science of The Total Environment*, v. 584, p. 586-594, 2017.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. *Revista de Administração Pública*, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. *Microfísica do poder*, v. 17, p. 69-78, 1979.

FRANÇA, Juliana Silva et al. Student monitoring of the ecological quality of neotropical urban streams. *Ambio*, p. 1-12, 2018.

IRWIN, ALAN, 1995. *Citizen Science: a Study of People, Expertise and Sustainable Development*. Psychology Press.

JOLLYMORE, Ashlee et al. Citizen science for water quality monitoring: Data implications of citizen perspectives. *Journal of environmental management*, v. 200, p. 456-467, 2017.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. *Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. Ciência aberta, questões abertas.*, 2015.

THORNHILL, Ian; CHAUTARD, Alice; LOISELLE, Steven. Monitoring biological and chemical trends in temperate still waters using citizen science. *Water*, v. 10, n. 7, p. 839, 2018.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: samuel.rodrigues@univale.br

**RECONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E IDENTITÁRIA NO PROCESSO DE RE-
ASSENTAMENTO DO DISTRITO DE BENTO RODRIGUES
PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE MARIANA - MG**



Foto: Alexandre Guzanshe
Site: Brasil de Fato

Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento do Distrito de Bento Rodrigues pertencente ao município de Mariana – MG

Fabio Terto Gouveia Toretta
Fernanda Cristina de Paula
Patrícia Falco Genovez

Resumo: O presente trabalho investigará como acontece o processo reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento de um núcleo familiar atingido no distrito de Bento Rodrigues pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro localizada no subdistrito de Fundão, localizado no município de Mariana – MG.

Palavras-chave: Identidade; Barragem; Reassentamento.

Abstract: The present work will investigate how the symbolic and identity reconstruction process takes place in the resettlement process of a family nucleus reached in the district of Bento Rodrigues by the rupture of the iron ore tailings dam located in the sub-district of Fundão, located in the municipality of Mariana - MG.

Keywords: Identity; Dam; Resettlement.

DEFINIÇÃO DO TEMA

No ano de 2015 o estado de Minas Gerais ficou conhecido mundialmente pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro do subdistrito de Bento Rodrigues “Fundão”, localizado no município de Mariana – MG. De acordo com especialista Paulo Saldiva da Universidade de São Paulo – USP, o rompimento se caracteriza como o maior desastre ambiental do Brasil. (JORNAL DA USP, 2019). A partir da interdisciplinaridade no âmbito da Geografia Humanista, Psicologia Ambiental, Administração e História que darão o aporte teórico para investigarmos como acontece o processo reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento de um núcleo familiar atingido no distrito de Bento Rodrigues pelo rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro localizada no subdistrito de Fundão, localizado no município de Mariana – MG. Objetiva-se realizar um estudo de caso por meio de entrevistas semiestruturadas, mapas mentais e afetivos com os membros de uma família desta comunidade impactada, abrangendo todas as gerações e investigando os papéis que estas pessoas desempenham/desenhavam no núcleo familiar em questão, com o intuito de compreender como as relações dos atingidos com o ambiente se conjugavam e como a simbologia e a identidade características fundamentais da pesquisa serão preservadas no processo de reassentamento desta família.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

As identidades das famílias atingidas por barragens podem se caracterizar nas memórias coletivas e, no imaginário das várias facetas de um núcleo familiar. Pois, estão diretamente ligadas ao território que constroem e desconstróem cotidianamente em suas relações com o ambiente (Canter e Kenny, 1982). Desta forma, investigaremos o recorte territorial de Bento Rodrigues, distrito de Mariana – MG, com uma escala para compreensão de uma família que vivenciou o processo de des-re-territorialização advindo de um evento ocasionado pelo rompimento de uma barragem, investigando como sua identidade foi afetada neste processo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Quando falamos em reconstrução, a primeira ideia que vem a nossa cabeça é de construir novamente algo que em algum momento foi construído. No caso da reconstrução simbólica provinda de um processo de desterritorialização por barragem, não podemos pensar somente no território concreto, mas no simbólico construído ou desconstruído na mente das pessoas, e em suas relações psicossocioambientais o que envolve seus sentimentos pelo território e de sua identidade. É difícil compreender o processo de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004) das comunidades atingidas por barragens no sentido de que simplesmente não exista desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re)territorialização. Podemos notar que as perdas causadas por eventos relacionados a barragens são irreparáveis, porém podemos pensar que no interior de uma mobilidade crescente, muito mais do que os sujeitos perderem vínculos de identificação com espaços determinados, desterritorializando-se, sendo “o mais comum é que indivíduos e grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, “multiterritorializando-se” cada vez mais.” (HASBAERT, 2008, p. 408 – aspas do autor). A partir desta perspectiva nos aproximamos da psicologia ambiental, que segundo Canter e Kenny (1982) é a área do conhecimento que investiga a relação do indivíduo com o ambiente à experiência em suas diferentes facetas de atuação da pessoa com o seu território. Todo este processo nos aproxima dos conceitos de identidade visto que o núcleo familiar a ser reassentado, por meio do território simbólico e pelo território concreto, atravessam sonhos que podem impossibilitar o sujeito de exercer sua identidade em sua totalidade, pois “não há como dissociar as perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade”. (HASBAERT, 2008, p. 396). Neste sentido traçamos uma linha vertical com Woodward (2007) que nos leva refletir que para construção das identidades é preciso dividir as mesmas em dimensões para então compreender os pontos essenciais de como os sujeitos se identificam dentro da subjetividade e, desta forma, a marcação de traços se torna essencial para compreensão das diferenças em níveis simbólico, social e subjetivo. Cada traço ou sinal é produto de inscrições simbólicas e representacionais. Todos vivemos imersos por sonhos e realidades, o que não seria diferente na vida de sujeitos atingidos por barragens. O processo de ser des-re-territorialização, nesse sentido, pode ocasionar a ruptura de sua parte de sua própria identidade e representação social, podendo acontecer, também, uma descaracterização de sua identidade territorial. Haesbaert (2006) compreende que identidade territorial se caracteriza a partir do território, tanto simbólico, quanto físico (concreto) sendo que uma das características principais da identidade territorial, é sua dimensão histórica advinda do imaginário das pessoas, tendo como referência o território.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Compreender os fenômenos identitários quanto conhecer processos de reassentamento dos sujeitos que foram des-re-territorializados por eventos relacionados a barragens com o seu novo lugar. É neste processo que observaremos como as relações dos atingidos com o espaço conjugavam a simbologia e a identidade, e se estas características serão preservadas no processo de reassentamento das famílias.

HIPÓTESE(S)

Não foram definidas hipóteses para essa pesquisa.



Imagem: Jornal O Tempo

OBJETIVOS (geral e específicos)

Geral: Investigar e compreender como acontece o processo reconstrução simbólica e identitária de um núcleo familiar atingido a ser reassentado, a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro do subdistrito de Fundão, localizado no município de Mariana – MG.

Específicos:

- Revelar os conteúdos da experiência a partir da vivência de um núcleo familiar atingido pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG.

- Analisar como as relações dos atingidos com o espaço conjugava a simbologia e a identidade, e se estas características serão preservadas no processo de reassentamento das famílias.

METODOLOGIA

A utilização da abordagem qualitativa e interdisciplinar, nos auxilia para que possamos compreender com clareza os sentimentos, sensações e percepções das famílias com o ambiente antes e depois do rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG. A metodologia qualitativa diz respeito a uma abordagem compreensiva e interpretativa do objeto de estudo, com o intuito de clarificar e apreender as múltiplas possibilidades do agir e pensar das pessoas (De Paula, 2010). Assim, todos os procedimentos do trabalho de campo estão voltados para apreender qualitativamente como os indivíduos participam, se enxergam e desempenham o seu papel dentro do processo de reassentamento com o intuito de preservação de suas identidades. Para realização da pesquisa serão consideradas as narrativas dos membros da família para a compreensão experiencial dos sujeitos a serem reassentados, sem direcionamentos preestabelecidos, adotando a realização de entrevistas semi-diretivas para compreensão dos territórios simbólicos e identitários e a relação que cada membro da família com o ambiente em suas diversas facetas de "mãe, pai, filho (a)" e, tentar compreender como estas eram desempenhadas e como estão desempenhadas na situação atual. Em uma segunda parte, o trabalho de campo ganha uma postura mais diretiva, na transcrição e transformação das informações em mapas mentais e afetivos na busca de refinar as considerações levantadas a partir dos primeiros trabalhos de campo e das reflexões sobre eles. (DE PAULA, 2010). O levantamento teórico a ser realizado robustecerá o entendimento sobre os aspectos centrais a serem abordados tecendo uma teia de entendimento com a pesquisa de campo. Os aspectos identitários, simbólicos, ambientais etc. terão um olhar voltado para melhor delinear as formas como os elementos da des-re-territorialização se expressam e se relacionam com o espaço em sua dimensão vivida a ser reassentada. As epistemologias de orientação fenomenológica e da psicologia ambiental serão essenciais para entender e privilegiar o entendimento das identidades das pessoas e suas relações com o ambiente (consoante aos objetivos dessa pesquisa).

JUSTIFICATIVA

A ideia de que o processo de transformação territorial experienciado pelas comunidades atingidas, a partir de um evento relacionado a barragem, geram conflitos e necessitam de reconfigurações de suas territorialidades. Pois, a partir da territorialização da lama proveniente do rompimento da barragem de Fundão e da des-re-territorialização das famílias e outros sujeitos sociais que ocasionam em parte a ruptura das relações sociais e econômicas dos atingidos com o espaço habitado (Ertzogue, Ferreira e Marques, 2017). Portanto, percebe-se que pensar e repensar os espaços vividos que são relativos ao reas-

sentamento de pessoas atingidas que experienciaram o rompimento da barragem de Fundão, bem como sua participação social processo de "reconstrução" da sua "identidade". Pois, este processo se torna importante para que possamos perceber e compreender o sentimento de pertença desses sujeitos, em um contexto anterior e posterior ao evento o que poderá contribuir para um novo olhar acerca das pesquisas que tenham atingidos reassentados como foco, visando suas territorialidades/identidades.



Imagem: GI - Globo

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

Em um contexto complexo como a des-re-moralização causados por eventos relacionados a barragem faz-se necessário uma abordagem interdisciplinar para compreensão de aspectos de diversas naturezas, pois segundo Haesbaert (2004) território se configura em um "continuum" que vai da apropriação sociedade-espaço até dominação político-econômica, ou seja, o território a ser reconstituído para as famílias atingidas passará por abordagens mais "concretas" e "funcionais" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica" e, é nesta categoria que iremos aprofundar nosso entendimento sobre o processo de reassentamento (HAESBAERT, 2004, p. 94-95, aspas do autor). Desta forma, esta pesquisa se adequa ao tema estruturante Território, Migrações e Cultura, e com o Tema Transversal, Território, Cultura e Desastres, proposto pelo Programa stricto sensu de pós-graduação interdisciplinar em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANTER, D & KENNY, C.: (1982) Approach too amplie ressarce. Perceptual and. motor Skills, 55: 143-154, 1932.
- CANTER, D & REES, k. A multivariável modelo off holding satisfativo. Internacional review off amplie psychology, 31: 185-208, 1982.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real. 2010, 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-graduação em Geografia análise ambiental e dinâmica territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; FERREIRA, Dallyla Tais Assunção Milhomem; MARQUES, Elineide Eugenio "é a morte do rio tocantins, eu sinto isso": desterritorialização e perdas simbólicas em comunidades tradicionais atingidas pela hidrelétrica de estreito, to Soc. & Nat., Uberlândia, 29 (1): 53-62, mai/ago/2017

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al . Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBAERT, Rogério. 2004. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-cultural Integradora. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 393-419.

Woodward, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais (7a ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes. 2007

Estudo propõe modelo para medir impactos, jornal.usp.br, 2019. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/estudo-propoe-modelo-para-medir-impactos-do-rompimento-da-barragem-de-fundao/>>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: fabio.toretta@hotmail.com

**RELAÇÃO COM O SABER E VÍNCULOS TERRITORIAIS: UM ESTUDO
COM JOVENS ASSENTADOS DO CAMPO, ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR**



Imagem do Site Resiliência - UNOBTAINIUM

Relação com o saber e vínculos territoriais: um estudo com jovens assentados do campo, estudantes do ensino superior

Luiza Souza Freitas
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Resumo: O presente trabalho investigará as relações que se estabelecem entre jovens assentados que acessam o Ensino Superior, os vínculos territoriais e as aprendizagens. Nesta perspectiva torna-se possível indagar sobre as relações que se estabelecem entre as aprendizagens, na ótica da relação com o saber, de jovens assentados, que acessam o ensino superior e os vínculos territoriais? Que relações se estabelecem entre as aprendizagens e os vínculos territoriais para os jovens que vivem em um assentamento e que cursam o Ensino Superior? Interessa-nos neste estudo compreender trajetórias educativas dos jovens, do Assentamento Oziel Alves Pereira, que acessam o Ensino Superior e os vínculos que se estabelecem entre aprendizagens e as territorialidades constituídas como jovens assentados. Esta pesquisa, se alinha aos estudos que se inserem em uma abordagem qualitativa, assim, identificaremos em cada narrativa, as territorialidades, a relação com o saber, a relação com a cultura, as projeções estabelecidas a partir da relação destes sujeitos com o território, e as multiterritorialidades do estar entre o campo e a universidade.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino Superior, Território.

Abstract: This work will investigate the relationship established between settled young people who access Higher Education, territorial ties and learning. In this perspective, is it possible to inquire about the relationships established between learning, from the perspective of the relationship with knowledge, of settled young people, who access higher education and territorial ties? What relationships are established between apprenticeships and territorial ties for young people living in a settlement and attending Higher Education? We are interested in this study to understand the educational trajectories of young people, from the Oziel Alves Pereira Settlement, who access Higher Education and the links that are established between learning and the territorialities constituted as settled youths. This research is in line with the studies that are part of a qualitative approach, so we will identify in each narrative, the territorialities, the relationship with knowledge, the relationship with culture, the projections established from the relationship of these subjects with the territory, and the multi-territoriality of being between the countryside and the university.

Keywords: Rural Education, Higher Education, Territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Essa temática possibilita transitar por diferentes Áreas de conhecimento, segundo definição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: Área da Educação, com o recorte na Sociologia da Educação; e da Geografia, com o recorte na Geografia Humana. Ao estudar a Educação do Campo é possível refletir que este cenário de estudos e posicionamentos políticos se alinha às pesquisas territoriais, no contexto da Geografia Humana e Cultural, uma vez que está nos permiti refletir sobre os sujeitos e suas

múltiplas relações, percebendo o território como material, imaterial, cultural e simbólico. Neste sentido, Rogério Haesbaert (2004), propõe em seus estudos, uma compreensão do território a partir das relações que se constitui em território material (luta pela posse da terra) e imaterial (cultural de simbólico). Neste sentido propõe-se pensar o Ensino Superior, tomado como palco em que emergem diferentes aprendizagens e que podem ser analisadas pelo viés da Relação com o saber proposta por Bernard Charlot (2000, 2001, 2005, 2009). Nessas aprendizagens, considera-se os vínculos territoriais – os construídos na universidade e os advindos das experiências construídas ao longo da vida desses estudantes, como moradores do campo.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

Esta pesquisa se assenta no aporte das legislações que respaldam a política pública da Educação do Campo e autores que pesquisam sobre a Educação do Campo, o Território e a Relação com o Saber. O Território aqui compõe as dimensões de vida em que se estabelece a construção do sujeito e de sua identidade, bem como os modos de ver e de se relacionar com o mundo. Encontra-se, portanto, estreita relação entre os estudos delineados na Educação do Campo, à Geografia e as análises estabelecidas pela Sociologia da Educação, com recorte na teoria da Relação com o Saber (CHARLOT, 2000, 2001, 2005, 2009).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o intuito de compreender de forma contextualizada o objeto de pesquisa buscou-se realizar uma revisão sistemática a fim de delimitar o tema em um campo teórico, verificando as aproximações com os estudos já existentes, para assim, abrir caminhos para a construção de uma nova pesquisa. Compreendendo os estudos no campo da Geografia a partir de Haesbaert (2004, 2008, 2011), autores que discorrem sobre a Educação do Campo como Caldart et al (2012) e ainda do aporte teórico da relação com o saber a partir dos estudos propostos por Charlot (2000, 2001, 2005, 2009).

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Delimita-se como problema de pesquisa: Que relações se se apresentam entre as aprendizagens e os vínculos territoriais, estabelecidas por jovens assentados que acessam o Ensino Superior?

HIPÓTESE(S)

Não serão apresentadas hipóteses nesta pesquisa.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Objetivo Geral: Compreender as relações que se estabelecem entre as aprendizagens e os vínculos territoriais de jovens do Assentamento Oziel Alves Pereira, situado em Governador Valadares, estudantes do Ensino Superior.

Objetivos Específicos:

- Traçar a trajetória educacional dos jovens do Assentamento Oziel Alves Pereira e o acesso ao Ensino Superior;
- Identificar nas aprendizagens apresentadas pelos participantes do estudo ao acessarem o Ensino Superior relações epistêmicas, identitárias e sociais;
- Identificar os vínculos territoriais que se apresentam nessas aprendizagens;
- Interpretar as correlações que se apresentam entre as aprendizagens e os vínculos territoriais tomando como referência as matrizes da Educação do Campo: a terra, o trabalho e a cultura;
- Estabelecer a correlação entre as aprendizagens que se apresentam nos relatos dos jovens, os vínculos territoriais que nelas compõem e as projeções de futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, como nos propõe Creswell (2007) Identificaremos em cada narrativa, as territorialidades, a relação com o saber, a relação com a cultura, as projeções estabelecidas a partir da relação destes sujeitos com o território, e as multiterritorialidades do estar entre o campo e a universidade.

CAMPO DE PESQUISA: O, campo de pesquisa, Assentamento Oziel Alves Pereira localizado às margens da rodovia BR 116, também conhecida como (Rio Bahia), com distância de apenas seis quilômetros do centro da cidade de Governador Valadares.

PARTICIPANTES DO ESTUDO: Os participantes do estudo são jovens, desse assentamento, que acessam o Ensino Superior. Serão convidados a participar do estudo, como



Imagem do Site da UNIPAMPA

critério de inclusão, todos os jovens que atualmente cursam o Ensino Superior. Serão excluídos do estudo os jovens que já concluíram o estudo (09 estudantes), posto que interessa a este estudo, estudantes em processo de escolarização.

COLETA DE DADOS: A coleta de dados utilizará da técnica de entrevistas autobiográficas, que tem sido utilizada recentemente por um grupo de pesquisadores franceses que se filiam a pesquisas sobre relação com o saber (MORBERGER, 2014; MOMBERGER, 2014b). As entrevistas serão realizadas em local a ser acordado com o entrevistado, e para os sujeitos que moram em outro País será combinado entrevistas via plataforma digital. Com o advento da educação à distância esse tipo de recurso para coleta de dados em pesquisa tem sido incorporado e é utilizado em outros estudos que se valem das tecnologias digitais (DIVA, 2010). Será elaborado o TCLE com os procedimentos éticos a serem adotados, a entrevista terá duração aproximada de 50 minutos, e poderá se estender, em comum acordo entre pesquisadora e entrevistado. Os dados gerados serão armazenados Google Drive da pesquisadora principal, em pasta, e serão utilizados exclusivamente para fins desta pesquisa.

ANÁLISE DOS DADOS: O modo de análise dos dados está em fase de revisão teórica e compreendo a necessidade de estudo de outros autores, citados pelas autoras apresentadas nesta seção, para análise autobiográfica da trajetória escolar, como Paul Ricouer, para melhor definir a análise. Indicamos que deverá ser objeto de análise as experiências de vida, com o recorte nas experiências escolares, os vínculos territoriais e as aprendizagens. Interessa a análise os modos de apropriação do mundo pelos sujeitos (CHARLOT, 2000) em um movimento que não pode prescindir do aprender, e nesse movimento é possível refletir sobre territorialidades e multiterritorialidades desses jovens ao acessarem o Ensino Superior.

JUSTIFICATIVA

É possível pensar nas implicações desta pesquisa acerca da Educação do Campo e do acesso dos jovens do Campo ao Ensino Superior. Nos tempos atuais, torna-se um desafio para pesquisadores, uma vez que, após longos anos de lutas pela garantia do acesso de estudantes do campo à Educação Básica, e ao Ensino Superior (ALENTEJANO, 2012; CALDART, 2012); FERNANDES, 2012) ainda hoje esses sujeitos se veem desafiados a romper as barreiras que os desafiam cotidianamente na busca pelo direito de acesso à educação

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A temática da Educação do Campo se apresenta relevante para o programa de Pós – Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território – GIT, por contemplar em sua abordagem teórica temas que vão ao encontro à área de concentração do programa e da linha de pesquisa, Território, Migrações e Cultura. O estudo proposto se identifica com outros estudos realizados no GIT e que se preocupam com esta temática. Por sua vez, estudar a relação com o saber de jovens do Campo, que acessam o Ensino Superior, se alinha às produções do GIT no campo do território e das políticas públicas.



Imagem WREducacional

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHARLOT, Bernard. A relação com o saber nos meios populares: uma investigação nos liceus profissionais de subúrbio. Porto: Livpsic, 2009.
- CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHARLOT, Bernard. Os jovens e o saber: perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos Professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: Abordagens Qualitativas, Quantitativas e Métodos Mistos. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Artimed, 2007.
- HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico Cultural Integradora. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 393 – 419.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2011.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO
E-mail: luizafreitaslu@gmail.com

**SUSTENTABILIDADE E TERRITÓRIO: OPORTUNIDADES E DESAFIOS
NO PROCESSO DE GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO
PARQUE ESTADUAL RIO DOCE**



Parque Estadual do Rio Doce
Fonte: Bing

Sustentabilidade e território: oportunidades e desafios no processo de gestão da Unidade de conservação do Parque Estadual Rio Doce

Francislene Michelle Dias
Renata Bernardes Faria Campos

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar o território das Unidades de Conservação (Parque estadual do Rio Doce) bem como, mapear os conflitos e oportunidades para que o processo de gestão possa acontecer, envolvendo a sociedade, órgãos e instituições de proteção a biodiversidade, tendo como foco a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade; território; gestão integrada.

Abstract: This paper aims to investigate the territory of the Conservation Units (Rio Doce State Park) as well as to map conflicts and opportunities so that the management process can happen, involving society, organs and institutions to protect biodiversity, focusing on sustainability.

Keywords: Sustainability, territory, integrated management.

DEFINIÇÃO DO TEMA

As Unidades de Conservação tem sido protegidas a fim de, minimamente, preservar a biodiversidade e tornar sustentável o habitat. A proposta deste, é um percurso entre a instalação do Parque e as repercussões identificadas. Como elementos do território, contextualizados a este ambiente podem ser geridos de modo a considerar a sustentabilidade.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho propõe-se o estudo do Parque Estadual e o seu entorno, com foco na identificação de conflitos e oportunidades, no processo de preservação das Unidades de Conservação. Propõe ainda, o estudo da gestão integrada, com foco na interdisciplinaridade, acerca das relações, espaço, poder. Logo, trata-se de uma análise do ambiente no viés do desenvolvimento sustentável, em que seja considerada a possibilidade de construir, ou re-construir, um planeta preservado e capaz de garantir recursos aos animais, vegetais e seres humanos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A base desta análise, será o conceito de território, unidades de conservação e da sustentabilidade, que possibilitará um diálogo interdisciplinar e de gestão do conhecimento. Serão utilizadas bases teóricas que subsidiarão a pesquisa, e o desenvolvimento deste projeto. Souza (2019, p. 35) define território como "...o espaço qualificado através do prisma das relações de poder e o ambiente seria a dimensão do espaço geográfico que nos remete às "esferas" supramencionadas, e particularmente às cinco primeiras, da mesma maneira que o conceito de lugar qualifica o espaço sob o ângulo do simbolismo e da cultura, a paisagem enfatiza a face visível do espaço, e assim sucessivamente." No entanto, para Fernandes (2009) o conceito de território pode ser utilizado para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião como, os territórios da Cidadania. Este conceito, é o ponto de partida para que haja possibilidade de entendimento do processo de preservação das Unidades de Conservação, além disso, apreender o processo de desenvolvimento sustentável para se entender este contexto. O uso indireto dos recursos naturais e a expropriação territorial são fatores intrínsecos que alimentam diversas lutas travadas entre os atores envolvidos (FERREIRA, 2019). Para Leff (2009) o saber ambiental se inscreve no terreno do poder que atravessa todo saber, do ser que sustenta todo saber e do saber que configura toda identidade, e constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza. Neste contexto, insere-se todo o conjunto de constituição das Unidades de Conservação, dos Parques Estaduais, e da sociedade em geral. A crise ambiental é, sobretudo, um problema de conhecimento, o que leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender suas vias de complexização, para dali abrir novas vias do saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo (LEFF, 2003). Assim, existem diversos instrumentos que promovem a preservação ambiental e cultural, porém, em alguns casos a preservação de um compromete o exercício do outro, um exemplo é a unidade de conservação sob a forma de parque, na forma como esse é implantado no Brasil (MARRA, 2011). Portanto, o princípio da sustentabilidade surge a partir dos processos de globalização e degradação ambiental. Esse princípio se desenvolve como um limite para a reorientação da humanidade e da produção (LEFF, 2001). Oosterbeek e Scheuemann (2012), consideram a sustentabilidade sob os aspectos econômico, ambiental e social. Os autores destacam que há uma transversalidade entre estas três áreas, que precisa ser aprendida, planejada, implantada e acompanhada junto ao desenvolvimento em um território, de maneira integrada, a partir do todo para a parte e voltando ao todo. Outro ponto reforçado por Oosterbeek e Scheuemann (2012) é que gerir o território de uma forma integrada passa por dar sustentabilidade às atividades com viabilidade econômica. Desta forma, a partir da união do diálogo de saberes e da interdisciplinaridade é que poderemos falar realmente em sustentabilidade e em diminuição efetiva da crise ambiental que afeta o Planeta Terra. Neste sentido, o estudo de caso, por meio da observação, poderá propiciar um modelo de gestão que possa mitigar impactos e identificar oportunidades de gestão interdisciplinar.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

A complexidade ambiental não implica somente em aprender fatos novos, mas preparar uma pedagogia, com base em uma nova racionalidade que significa a reapropriação do conhecimento do ser do mundo; do saber e da identidade que são forjados e incorporados ao ser de cada indivíduo e cada cultura (LEFF, 2003).

Cabe, nesse caso, pensar sobre o meio ambiente e a biodiversidade, que tendem a ser impactadas quando se fala de conservação. Quais os potenciais conflitos entre os envolvidos no cuidado com o Parque Estadual do Rio Doce e a gestão integrada neste território? É possível transformar os conflitos em lições aprendidas e criar uma ambiência de sustentabilidade na preservação do Parque?



Imagem Jornal Hoje em Dia

HIPÓTESE(S)

Aspectos importantes para subsidiar a dinâmica e gestão da preservação das Unidades de Conservação (Parque Estadual do Rio Doce) são essenciais no contexto ambiental e sustentável. Como estabelecer mudanças identificadas nas Unidades de Conservação e modelos sustentáveis; qual a importância da sustentabilidade no que se refere aos impactos sociais e ambientais; como o desenvolvimento sustentável pode garantir o processo de gestão das Unidades de Conservação/ Parque Estadual.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Geral: O presente trabalho tem como objetivo identificar, junto a população do entorno do parque Estadual do Rio Doce, possíveis futuros sustentáveis para esta população, a partir da análise das percepções dos próprios moradores acerca de conflitos e oportunidades relacionados com a existência da Unidade de Conservação.

Específicos:

- Identificar como são organizados os processos de gestão, administração e a conservação do PERD;

- Investigar como a sustentabilidade do Parque Estadual é entendida pelos moradores do entorno;

- Analisar o território por meio de instrumentais que permitem uma visão integrada e interdisciplinar do Parque Estadual.

METODOLOGIA

Para que a proposta deste estudo seja alcançada, será feito um estudo de caso, por meio da observação participante com um grupo focal.

O local escolhido é o entorno do Parque Estadual do Rio Doce (PERD), e a pesquisa será feita por meio de um estudo de caso, prioritariamente, da comunidade rural que coabita o espaço do entorno desta unidade de conservação. Esse grupo, será um grupo de mulheres residentes no entorno do Parque. A proposta é uma abordagem de pesquisa de campo, a ser desenvolvida sob os aspectos dos desafios entre a conservação do Parque Estadual do Rio Doce,

Pretende-se utilizar uma revisão bibliográfica, que possibilitará uma visão ampliada a respeito deste assunto e subsidiará aspectos importantes quanto aos conceitos e o diálogo. A proposta interdisciplinar, propiciará a conexão das áreas afins, bem como dos assuntos propostos: sustentabilidade, unidade de conservação e o território do Parque.

JUSTIFICATIVA

As Unidades de Conservação e proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza com normas mais restritivas sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. A urbanização é considerada um dos processos mais impactantes causador de degradação ambiental, oferecendo riscos à biodiversidade e aos recursos naturais em áreas de proteção e Zonas de Amortecimento (Martini et. al 2012).

O modelo capitalista se efetiva por meio de uma abordagem antropocêntrica e a partir de uma lógica que se distancia da ética ambiental e de uma consciência sustentável. Há uma intenção de acumular capital, bem como produzir a todo custo, gerando uma irracionalidade produtiva, causando custos ambientais na produção de valores de uso e de mercadorias (Leff 2009).

A percepção ambiental se torna um componente importante neste processo de entendimento e preservação das Unidades de Conservação. Assim, a percepção ambiental pode contribuir no planejamento, na gestão e na administração de conflitos no que tange ao PERD.

O estudo do Parque é relevante uma vez que aborda ao mesmo tempo questões ambientais, bem como questões sociais. Assim, a gestão destes, justifica-se pelo

fato de se complementarem em uma visão integrada e clara do que se quer investigar. É importante identificar dentro dos conflitos, as oportunidades no processo da gestão e interdisciplinaridade.

O PERD, pode ser considerado uma das principais áreas de proteção de Minas Gerais, o que traz muita relevância pra este estudo se concretizar e levantar questões acerca de como as partes podem conviver e coabitar um espaço protegido.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

O estudo aqui sugerido, é pertinente a área de concentração do GIT, pois trará abordagens focadas na área ambiental e social, necessitando desta maneira, de um olhar integrado sobre o objeto de estudo aqui proposto.

A ideia desta análise é discorrer sobre os desdobramentos acerca do Parque Estadual do Rio Doce (Unidade de Conservação) identificando conflitos, que podem co-existir, entre o uso do território do Parque, o grupo de moradores, o Estado, instituições de proteção e regulação que de algum modo possuam interação com este espaço.

Pretende-se trabalhar a gestão integrada e os diversos atores envolvidos na temática de conservação de parques. Assim, será feito uso de conceitos de território, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, meio ambiente. Além da consolidação do diálogo interdisciplinar das áreas afins ao projeto.



Entrada do PERD/ Fonte: Bing

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, D.J., PROFICE, C.C. Percepção Ambiental de Unidades de Conservação: O Olhar da Comunidade Rural do Barroco no entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru – BA - Fronteiras: Journal of Social, Technological and. 2019

LEFF, Enrique. Saber Ambiental: Racionalidade, complexidade, poder. Rio de Janeiro: Vozes, 2001 - SciELO Brasil

MARRA, N. C. Identidades culturais e a sustentabilidade na criação de parques ambientais. Prisma Jurídico, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 349-367, jul./dez. 2011.

OOSTERBEEK, Luiz e SCHEUEMANN, Ingelore. Gestão Integrada do Território: Economia, sociedade, ambiente e cultura. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política, 1 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: mityelly@yahoo.com.br

**TERRITORIALIDADES DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: ESTUDO DE
CASO DA PAUTA SOBRE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T) NO JORNAL
DIÁRIO DO RIO DOCE**



Imagem Pixy.org

Territorialidades da Divulgação Científica: estudo de caso da pauta sobre Ciência e Tecnologia (C&T) no jornal Diário do Rio Doce

Fernanda de Melo Felipe da Silva
Maria Terezinha Bretas Vilarino

Resumo: A pesquisa visa analisar a configuração das territorialidades da divulgação científica no jornal impresso Diário do Rio Doce, entre 2014 e 2019. Trata-se de um estudo de caso do tipo descritivo, de abordagem quantitativa, tendo como instrumental de análise dos dados a técnica de pesquisa documental.

Palavras-chave: Divulgação Científica, Jornalismo, Território.

Abstract: The research aims to analyze the configuration of the territorialities of the scientific dissemination content in Diário do Rio Doce newspaper, from 2014 to 2019 (printed editions). It's a quantitative approach of a descriptive case study, with documentary research methodology as an instrument of data analysis.

Keywords: Scientific Dissemination, Journalism, Territory.

DEFINIÇÃO DO TEMA

A Divulgação Científica (DC) é um importante processo de propagação e democratização do conhecimento produzido pelas universidades e demais instituições de pesquisa e tecnologia. Envolve atividades diversas que buscam difundir o conhecimento científico-tecnológico a públicos não especializados (BUENO, 2010).

Em países em desenvolvimento como o Brasil, com deficiências em seu sistema formal de educação em ciência, os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental no processo de alfabetização científica ao compartilhar o conhecimento e as inovações tecnológicas com os cidadãos (BUENO, 2001; MASSARANI et al., 2013).

DELIMITAÇÃO DO TEMA

De acordo com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a produção científica no Brasil é realizada, majoritariamente, em instituições de ensino superior, principalmente as públicas (McMANUS, 2019). Porém, grande parte dessa produção não é coberta pela mídia (MASSARANI, 2008; BUENO, 2009; AGÊNCIA BORI, 2020). Num paralelo desse panorama nacional com a realidade local, Governador Valadares se destaca

na região do Vale do Rio Doce como um polo educacional com 69 Instituições de Ensino Superior (MEC, 2020), distribuídas entre faculdades, institutos e universidades, públicas e privadas, e também com diversos veículos de imprensa profissional. Nesse contexto, a pesquisa se propõe a investigar as territorialidades das pautas de C&T no jornal Diário do Rio Doce (DRD), no período de 2014 a 2019, tendo como abordagem os Estudos Territoriais, do campo da Geografia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Divulgação Científica tem natureza inter/multidisciplinar e, com frequência, torna-se objeto de pesquisa de diversas áreas do conhecimento. Estudo de Caldas e Zanvettor (2014) sobre o estado da arte da pesquisa em DC no Brasil destaca sua natureza múltipla, “pulverizada em grupos de pesquisa não só da área de Comunicação, mas de muitas outras, com destaque para Educação, Linguagem, Geociências e História da Ciência” (p. 6) e registra, ainda, sua expansão. Flores e Fossá (2018) também contribuem ao atestar que a apropriação da DC como objeto de pesquisa por diversos programas de pós-graduação do País demonstra “uma preocupação crescente em se estudar as relações entre comunicação, ciência e sociedade” (p. 232).

Com a missão precípua de levar informação de interesse público, verídica e de qualidade aos cidadãos, o jornalismo apresenta grande potencial para contribuir com a divulgação científica, desempenhando relevante papel mediador para a difusão do conhecimento (BUENO, 2001).

No ato de produzir e veicular conteúdos sobre os acontecimentos do mundo, o jornalismo exerce um determinado poder, sendo este elemento fundamental para a constituição de um território (RAFFESTIN, 1993). Outro autor dos Estudos Territoriais que contribui com as reflexões da pesquisa é o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2011) responsável pela elaboração de uma concepção híbrida ou integradora do território que conjuga quatro dimensões: jurídico-política; cultural ou simbólico cultural; econômica; natural(ista). Assim, vislumbra-se o jornal DRD como um território (i)material, que conjuga elementos do espaço físico e cultural-simbólico, constituído por múltiplas dimensões que coexistem.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

O Brasil situa-se entre os 15 maiores produtores de ciência no mundo (AGÊNCIA BORI, 2020). Todavia, uma parcela expressiva dessa produção não ganha espaço nos meios de comunicação de massa; logo, tal conhecimento não se torna acessível à grande parte da sociedade (MASSARANI, 2008; BUENO, 2009). O descompasso nacional registrado entre as instituições produtoras de C&T e a mídia instiga a verificar como a DC tem sido difundida pela mídia em Governador Valadares. Tal questão é levantada ao se considerar que a cidade constitui-se como polo regional na área da educação e sedia um variado conjunto de veículos de imprensa profissional. Nesse contexto, o problema que a pesquisa busca responder é: como se configuram as territorialidades da divulgação científica no jornal impresso Diário do Rio Doce?



Imagem do The Loyalty Post

HIPÓTESE(S)

Apesar da importância da divulgação científica para a sociedade e do interesse dos brasileiros pelo tema da ciência e tecnologia, estes ocupam espaços marginais, ou seja, secundários, nas páginas do jornal Diário do Rio Doce.

OBJETIVOS (geral e específicos)

O objetivo geral da pesquisa é analisar como se configuram as territorialidades da divulgação científica no jornal impresso Diário do Rio Doce, entre 2014 e 2019.

Os objetivos específicos compreendem:

- Identificar as peças jornalísticas relativas à divulgação científica veiculadas no jornal impresso Diário do Rio Doce;

- Examinar o tratamento editorial dado pelo jornal impresso Diário do Rio Doce às peças jornalísticas relativas à divulgação científica;

- Estabelecer correlações de tais peças jornalísticas com a configuração das territorialidades da divulgação científica no jornal impresso Diário do Rio Doce

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso do tipo descritivo de abordagem quantitativa. O objeto da pesquisa é o jornal impresso Diário do Rio Doce, tendo como recorte as peças jornalísticas que versem sobre ciência e tecnologia publicadas em um período de cinco anos: 06/10/2014 a 06/10/2019. A data final refere-se ao dia de veiculação da última edição impressa do DRD que migrou, exclusivamente, para o formato digital.

A amostra é constituída pela técnica da semana construída (CASTELFRANCHI et al., 2014) em que o volume de informações a ser analisado é consideravelmente reduzido, todavia, permitindo que cada dia da semana tenha a mesma probabilidade de ser representado estatisticamente. Inicia-se a seleção do jornal num determinado dia da semana, na seguinte escolhe-se o do dia posterior, e assim por diante. O corpus será composto por 38 semanas incompletas, gerando uma amostra de 224 edições do jornal.

A coleta de dados será feita por meio da leitura na íntegra de todas as edições da amostra, para identificação das peças que versem sobre C&T. Os dados serão registrados em planilha do Excel e tratados em software estatístico para mensurar a quantidade, frequência e intensidade das variáveis pesquisadas. A análise dos dados será feita com base na pesquisa documental, desenvolvida por meio da discussão que os temas e os dados suscitam, ancorada nas referências bibliográficas e no modelo teórico.



Imagem Pixy Org

JUSTIFICATIVA

Dada a importância da C&T para a sociedade, estudos que promovam a reflexão, discussão e/ou apontem caminhos para a expansão da DC devem ser estimulados e reconhecidos (BUENO, 2001; 2009; CALDAS, 2010). Nesse sentido, a pesquisa dá sua contribuição ao investigar uma problemática inédita de um fenômeno local, em um esforço interdisciplinar que correlaciona conhecimentos da área da Divulgação Científica e do Jornalismo, tendo como abordagem os Estudos Territoriais.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A relevância da investigação dá-se na medida em que se busca entender um fenômeno sociocomunicacional e cultural envolvendo ciência e tecnologia de uma cidade do interior de Minas Gerais levando em consideração o contexto que o permeia, seus atores e as especificidades que constituem o território onde se insere.

Acredita-se que os resultados da pesquisa possam apontar caminhos para que os profissionais envolvidos indiretamente no processo (jornalistas do DRD, assessores de comunicação das instituições de ensino-pesquisa, e cientistas) reavaliem sua prática e compreensão sobre a importância da divulgação científica à sociedade. Desta forma, possam expandir a disseminação da pesquisa científico-tecnológica, fortalecer a cultura científica, estimular jovens a seguirem tal carreira, e promover a democratização desse conhecimento para a sociedade local/regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BORI. Sobre a Bori. São Paulo, 2020. Disponível em: <abori.com.br/sobre/>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico, lobby e poder. *Parcerias Estratégicas*, n. 13, p. 167-200, São Paulo, 2001.
- BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo e Cultura Científica no Brasil. PORTO, Cristiane de Magalhães (Org.). *Difusão e cultura científica: alguns recortes*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010.
- CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. *Informação e Informação*, Londrina, v.15, n. 1 esp., p. 31-42, 2010.
- CALDAS, Graça; ZANVETTOR, Kátia. O Estado da Arte da Pesquisa em Divulgação Científica no Brasil: Apontamentos Iniciais. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 7, p. 9-17, 2014.

CASTELFRANCHI, Yurj; et al. Guerra, ansiedade, otimismo e triunfo: um estudo sobre a ciência no principal telejornal brasileiro. *Journal of Science Communication*, v. 13, n. 3, p. 1-23, 2014.

FLORES, Natalia Martins; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Os sentidos da divulgação científica nas teses e dissertações brasileiras: mapeamento inicial. Intertexto, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, n. 42, p. 232-250, maio/ago. 2018.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

MASSARANI, Luisa; BAUER, Martin W.; AMORIM, Luís. Um raio X dos jornalistas de ciência: há uma nova 'onda' no jornalismo científico no Brasil?. *Comunicação & Sociedade*, v. 35, n. 1, p. 111-129, 2013.

MASSARANI, Luisa; ROCHA, Mariana. Ciência e mídia como campo de estudo: uma análise da produção científica brasileira. *Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.*, Set 2018, vol. 41, no. 3, p. 33-49.

McMANUS, Concepta et al. *Jornal da Ciência*, novembro, 2019.

MEC. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC).

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

Agradecimento: à Capes.

CONTATO

E-mail: fernandademelo@gmail.com

**TERRITORIALIDADES CAMPONESAS E DO AGRONEGÓCIO E SEUS
IMPACTOS SOBRE A COBERTURA VEGETAL DE TUMIRITINGA - MG**



Territorialidades camponesas e do agronegócio e seus impactos sobre a cobertura vegetal de Tumiritinga – MG

Wemerson dos Santos Ferreira
Evandro Klen Panquestor
Maria Terezinha Bretas Vilarino

Resumo: O presente estudo trata do processo de territorialização dos impactos ambientais causados pelos diferentes tipos de uso da terra no município de Tumiritinga – MG entre os anos de 1990 e 2020, e tem o objetivo de analisar as transformações no uso da terra e cobertura vegetal no espaço rural do mesmo, resultantes das diferentes práticas de gestão e suas territorialidades: monocultura e coletiva.

Palavras-chave: Territorialização; sensoriamento remoto; agricultura camponesa.

Abstract: This study deals with the process of territorialization of environmental impacts caused by different types of land use in the municipality of Tumiritinga - MG between the years 1990 and 2020, aiming to analyze the transformations in land use and vegetation cover in the municipality's rural space, resulting from different management practices and their territorialities: monoculture and collective.

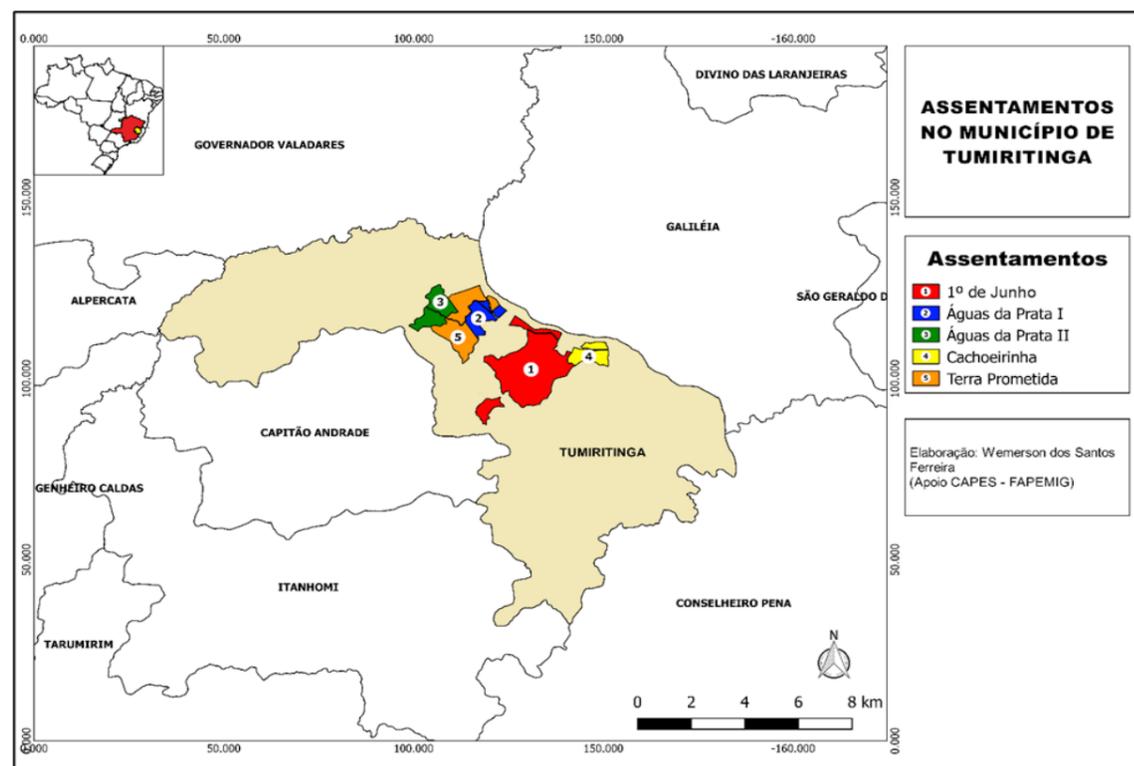
Keywords: Territorialization; remote sensing; peasant agriculture.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Ao longo da história de ocupação do município de Tumiritinga - MG, a prática agropecuária monocultura e predatória esteve relacionada a latifúndios concentrados para poucos proprietários, os latifundiários. A partir do ano de 1996 ações do Governo Federal interviram sobre essa situação a fim de promover o acesso democrático à terra a partir da reforma agrária com a criação gradual de cinco assentamentos de reforma agrária com diferentes propostas de gestão do território e, conseqüentemente, sobre a forma de apropriação dos recursos naturais. Assim, esses assentamentos são espaços de práticas de gestão territorial diferenciadas em relação ao passado monocultor e à vizinhança, a qual gera uma configuração territorial visualmente percebida na paisagem por imagens de satélite que recobrem a superfície terrestre. Teoricamente, pela forma de apropriação democrática e coletiva da terra, os assentamentos apresentam uso voltado à preservação dos recursos naturais – territorialização das práticas de gestão com menor impacto ambiental.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

O presente estudo trata do processo de territorialização dos impactos ambientais causados pelos diferentes tipos de uso da terra no município de Tumiritinga – MG entre os anos de 1990 e 2020. O período foi selecionado em função do problema identificado no município que diz respeito a transformação do território em função do tipo de apropriação efetivamente realizada segundo grupos distintos: latifundiários e assentados.



Mapa dos assentamentos na Região do Vale do Rio Doce, destacando o município de Tumiritinga – MG
Fonte: Observatório Interdisciplinar do Território (OBIT/UNIVALE) – 2020

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A concentração de terra no Brasil é um reflexo da construção histórica da formação da propriedade desde os tempos de colônia, que possuía sua própria dinâmica e leis, e como consequência trouxe consigo as desigualdades na distribuição, que posteriormente deu um sentido mercadológico a mesma (FURTADO, 1989). Nesse sentido, a configuração do território é marcada pelo valor de troca (terra enquanto mercadoria) em detrimento do valor de uso (terra enquanto elemento voltado à satisfação das necessidades da coletividade). Milton Santos (2006, p.39) conceitua o espaço geográfico como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Raffestin (1993, p.143) reforça que “o espaço é anterior ao o território” e que o território se forma a partir dele. O espaço representa um nível elevado de abstração, e o território é o espaço apropriado por um ator, a qual as relações de poder, em suas múltiplas dimensões, definem e delimitam o território. A partir do território, os atores sociais exercem

suas territorialidades, cuja definição seria “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160), e que incorpora relações econômicas e culturais, além da dimensão política, através da organização do espaço e da utilização da terra pelas pessoas e o significado que elas empregam ao lugar que habitam (HAESBAERT, 2007, p, 22). Nos últimos anos, as geotecnologias têm sido usadas amplamente para mapear e monitorar os recursos naturais terrestres, uma vez que os dados obtidos pelos satélites são receptados em um curto intervalo de tempo e processados de forma relativamente rápida, o que as torna essenciais para realização de estudos ligados ao planejamento geográfico e a investigação do uso do solo em áreas de preservação ambiental (SOARES et al., 2011). Alguns estudos como o de Melo et al (2011), utilizaram o índice NDVI para elaboração de mapas de cobertura vegetal de uma microbacia do estado do Ceará entre os anos de 1979 a 2006, como forma de avaliar as transformações ocorridas em termos de cobertura, ocupação e uso do território durante esse período. No mesmo trabalho, Melo et al (2011) citam estudos de outros autores, como o trabalho de Kazmierczak (1998) que fez o uso do NDVI para estudar as áreas degradadas do sertão nordestino e dessa forma desenvolver um algoritmo capaz de indicar áreas suscetíveis à desertificação.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Segundo o histórico de ocupação do espaço rural do município de Tumiritinga, a apropriação predatória (desmatamento e deflagração de processos erosivos) dos recursos naturais tem sido realizada por latifundiários monocultores, em especial do próprio solo e cobertura vegetal. Posteriormente, com a materialização dos assentamentos, nova proposta foi aplicada no gerenciamento do solo. Nesse sentido, será que na prática a mudança na gestão e forma de apropriação do território trouxe consigo redução dos impactos sobre o uso da terra e cobertura vegetal?

HIPÓTESE(S)

O espaço geográfico é produto da relação entre homem e natureza em sistemas relacionados, assim, acredita-se que o uso da terra pelos grupos assentados alterou significativamente a paisagem segundo as novas práticas propostas. Anteriormente aos assentamentos, o território era ocupado pela monocultura e a pecuária contribuindo para a degradação ambiental. Acredita-se que o espaço rural do município de Turimitinga – MG apresenta configurações territoriais resultantes das territorialidades distintas sobre o uso da terra e cobertura vegetal: predatória – empresarial monocultora e conservacionista – coletivista. A tendência a ser observada a partir das imagens de satélite será a da transformação do território a partir da redução da retirada da cobertura vegetal a favor de uma cobertura diversificada e mais bem distribuída nas propriedades.

OBJETIVOS (geral e específicos)

Objetivo geral: analisar as transformações no uso da terra e cobertura vegetal no espaço rural do município de Tumiritinga - MG, resultantes das diferentes práticas de gestão e suas territorialidades: monocultora e coletiva.

Objetivos específicos: identificar e classificar os diferentes tipos de uso e relacionar as transformações efetuadas às territorialidades dos diferentes grupos.

METODOLOGIA

A pesquisa, quanto a natureza, será básica procurando gerar novos conhecimentos na forma de dados sobre o uso da terra nos assentamentos no âmbito hipotético-dedutivo. O estudo partirá de uma ideia geral sobre o processo histórico de ocupação da terra, a qual será testada com o processamento de imagens de satélite. Quanto os objetivos de estudo, essa pesquisa será exploratória e quantitativa baseando-se em dados obtidos a partir da leitura de referências teóricas e documentos em geografia, gestão territorial, além de práticas em geoprocessamento, sensores orbitais e processados em sistema de informação geográfica - SIG. A classificação supervisionada indicará através do mapeamento, o tipo de uso da terra, e dessa forma será possível ter uma representação da configuração territorial do local, demonstrando a forma de como o território é gerido pelos atores sociais desses assentamentos. Após o mapeamento será feita uma visita a campo nos assentamentos para validação dos resultados encontrados. Trata-se, ainda, de um estudo de caso que busca o estudo de fenômenos contemporâneos relacionados ao processo de apropriação do espaço geográfico por diferentes comunidades relacionadas ao processo de reforma agrária.



Site Itaporanga Notícias

JUSTIFICATIVA

Os assentamentos de reforma agrária se propõem como sendo uma alternativa de produção sustentável e de melhor aproveitamento do uso da terra, uma vez que os grandes latifúndios se baseiam na prática da monocultura e não apresentam preocupação com a preservação ambiental. A abordagem territorial da pesquisa permite demonstrar que a transformação da paisagem dos assentamentos, está associada diretamente com o grupo social que habita o local e os métodos que são utilizados para manuseio da terra.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A interdisciplinaridade do estudo se justifica pela razão da abordagem territorial ser necessária à compreensão do processo de apropriação do solo e cobertura vegetal realizada a partir da consolidação dos assentamentos da reforma agrária. Há intencionalidades existentes por trás da territorialização dos tipos de uso e isso poderá ser identificado por meio do mapeamento da paisagem realizados a partir de técnicas em geoprocessamento. Assim, tem-se a possibilidade de entender o poder das forças produtivas de diferentes conotações, desde o latifúndio monocultor até a possível mudança com os minifúndios policultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FITZ, Paulo R. Geografia tecnológica. Geoprocessamento sem complicação, Ed. Oficina de Textos. São Paulo, p. 19-29, 2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Paisagem. In: _____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio - espacial. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.

MEC. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC).

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

Agradecimento: à Capes e à FAPEMIG.

CONTATO

E-mail: wemerson1320@gmail.com

**TRANSIÇÕES TERRITORIAIS DO ENSINO PRESENCIAL AO ENSINO
REMOTO EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19**

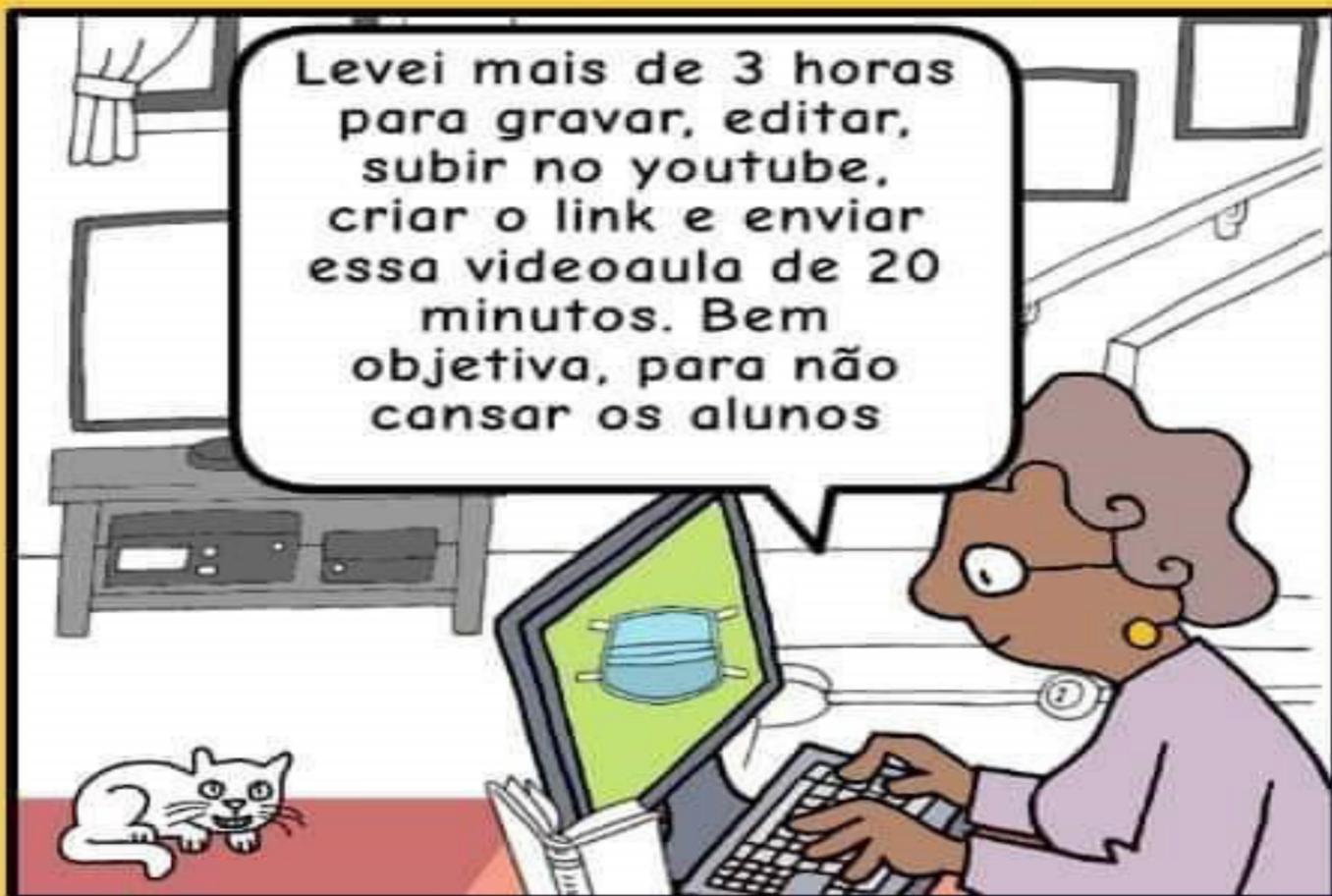


Imagem do Facebook Iretama Terra Querida

Transições territoriais do ensino presencial ao ensino remoto em tempos de pandemia da Covid-19

Thales Leandro de Moura
Maria Celeste Reis Fernandes de Souza
Cristiane Mendes Netto

Resumo: O estudo objetiva analisar os efeitos de discurso, na transição territorial do ensino presencial para o ensino remoto, em tempos de pandemia da Covid-19, no Estado de Minas Gerais. Adota-se como aporte teórico as contribuições de Michel Foucault, de Rogério Haesbaert e José Moran. Compõe o material empírico a ser analisado: orientações legais e materiais pedagógicos no âmbito nacional, e do Estado de Minas Gerais, sobre a Covid-19 que serão analisado por meio da análise de discurso foucaultiana.

Palavras-chave: COVID-19. Educação. Tecnologias Digitais. Território. Biopolítica.

Abstract: The study aims to analyze the effects of speech, in the territorial transition from face-to-face to remote education, in times of Covid-19 pandemic, in the State of Minas Gerais. The contributions of Michel Foucault, Rogério Haesbaert and José Moran are adopted as theoretical contributions. Composes the empirical material to be analyzed legal guidelines and educational materials at the national level, and the State of Minas Gerais, on Covid-19 that will be an analyzer through the analysis of Foucault's discourse.

Keywords: COVID-19. Education. Digital Technologies. Territory. Biopolitics.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Em 2020, um surto mundial de uma doença, até então desconhecida cientificamente, a COVID-19, por seu efeito pandêmico, mobilizou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a envidar esforços de contenção da pandemia. Conforme divulgado pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, o surto da doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19) se tornou uma emergência de saúde pública de importância internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Dentre outras medidas de prevenção à contaminação, a OMS, recomendou o distanciamento social. A atenção a essa recomendação provocou reconfiguração de relações familiares, trabalho, saúde, dentre outras. Uma das áreas reconfiguradas foi a educação, com milhões de crianças e jovens sem acesso à escola, com a opção pelo ensino mediado pelas tecnologias, em todos os países afetados pela pandemia (OECD, 2020).

DELIMITAÇÃO DO TEMA

No Brasil, todos os estudantes desde a Educação Infantil ao Ensino Superior ficaram sem possibilidade de frequência à escola e universidades, no período inicial da pandemia da COVID-19. O primeiro posicionamento legal referente à orientação para a educação no período datado de 17 de março de 2020, feito pelo Ministério da Educação, autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação da pandemia (BRASIL, 2020). As reflexões sobre a realidade educacional brasileira marcada pela diversidade de sujeitos, pelas desigualdades e vulnerabilidades territoriais, pela precariedade das escolas e de acesso às tecnologias, desafiam essa opção, e encontram-se implicadas no tema desta pesquisa: oferta do ensino remoto para a educação básica em tempos da Covid-19.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são ferramentas indispensáveis, atualmente, no dia a dia das pessoas. Na educação não é diferente, e uma variedade de ferramentas digitais podem ser integradas ao processo de ensino. O Ministério da Educação, ao autorizar em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por atividades com uso de tecnologias, reconhece esse potencial das TDICs. No entanto, não apresenta indicações de meios ou orientações para viabilizar o seu uso efetivo por parte do corpo docente ou discente. Nesse sentido, a ausência de uma política governamental e legal para favorecer e apoiar docentes e discentes à aquisição de recursos para uso de TDICs propiciou que as instituições de ensino, em geral, também se omitissem em suas ações, partindo-se do princípio de que todos já deveriam possuir ou adquirir com recursos próprios os seus meios de acesso para realização das atividades acadêmicas. Referente ao uso de tecnologias na educação, pesquisas apontam possibilidades do seu papel de transformação pela inovação dos processos educacionais de organização dos espaços e tempos, da autonomia dos estudantes, da personalização da aprendizagem e da atuação docente mediadora na construção do conhecimento (MORAN, 2013). Revisão sistemática de literatura no Portal do Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com os descritores COVID AND Educação, identificou em agosto de 2020, oito artigos sobre a temática. Esses artigos discutem efeitos da COVID-19, no contexto brasileiro, marcado pela desigualdade e vulnerabilidade de grupos desfavorecidos. Depreende-se da leitura dos artigos a desigualdade de acesso às tecnologias e preocupações com "o impacto do fechamento das escolas sobre o desempenho dos alunos no curto prazo e suas trajetórias a longo prazo" (OLIVEIRA, 2020, p. 555). O livro "Pandemia e Território" (ALMEIDA, MARIN, MELO, 2020) apresenta reflexões sobre povos tradicionais, e destaca que a pandemia desterritorializa grupos, com uma ênfase nos grupos vulneráveis. Esse processo de desterritorialização apresentado no livro, que embora, não aborde a temática da educação, contribuiu para a delimitação teórica deste estudo que alia as contribuições de José Moran (2013) às contribuições de Haesbaert (2014) que além dos conceitos de território e territorialidades, problematiza vulnerabilidades e indica aproximações teóricas com as contribuições de Michel Foucault, sobre relações de poder, discurso e biopolítica (FOUCAULT, 2005, 2008), acepções teóricas assumidas neste estudo.

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

Uma das primeiras manifestações teóricas sobre a pandemia da COVID-19, e que possibilita refletir sobre a educação, foi feita por Boaventura Souza Santos, no livro "A cruel pedagogia do vírus" (SANTOS, 2020). O autor chama a atenção para "as zonas de invisibilidade [que] poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela" (SANTOS, 2020, p. 9). Este estudo visa contribuir para problematizar desigualdades de acesso à educação no ensino remoto e define como problema de pesquisa: que discursos compõem na transição territorial do ensino presencial para o ensino remoto, em tempos de pandemia da Covid-19, no Estado de Minas Gerais?

HIPÓTESE(S)

Não foram definidas hipóteses para essa pesquisa.

A invisibilidade dos profissionais da Educação... 😞



Imagem do Facebook Professor(a) de Educação Física

OBJETIVOS (geral e específicos)

Objetivo Geral: Analisar os efeitos de discurso, na transição territorial do ensino presencial para o ensino remoto, em tempos de pandemia da Covid-19, no Estado de Minas Gerais.

Objetivos Específicos:

- Identificar a adoção de diretrizes educacionais de órgãos de governos (federal e estadual), adotadas no período de isolamento social, para a educação básica.
- Analisar nessas diretrizes pressupostos pedagógicos que as sustentam,
- Analisar relações de poder presentes, na acepção foucaultiana, no conjunto dos materiais coletados.
- Identificar, em diferentes materiais divulgados pelas mídias sociais, os posicionamentos da população sobre as aulas no território virtual, com recorte em Minas Gerais.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa dar-se-á em etapas sequenciais e sistemáticas: levantamento do material que comporá o corpus de análise; análise prévia de inclusão e exclusão do material; análise do discurso do material selecionado (FOUCAULT, 2005); apresentação dos resultados. A primeira etapa compreenderá o levantamento do material a ser analisado. Esse levantamento consistirá em uma pesquisa no sítio eletrônico do Ministério da Educação com o termo de busca COVID-19 (<http://portal.mec.gov.br>) e no sítio eletrônico da Secretária Estadual de Educação de Minas Gerais – SEE/MG (<http://www2.educacao.mg.gov.br>). Um levantamento realizado em setembro de 2020 identificou no site do MEC documentos legais, e no sítio eletrônico SEE/MG um conjunto de 122 documentos composto por orientações legais e materiais pedagógicos. Os materiais disponíveis nos dois sítios eletrônicos serão incluídos no estudo e serão excluídas, as orientações do MEC e da SEE/MG que não tratem da educação básica. Serão também considerados os materiais digitais divulgados pelas mídias sociais, que demonstrem os posicionamentos da população sobre as aulas no território virtual. O recorte temporal dos dados a serem coletados será de

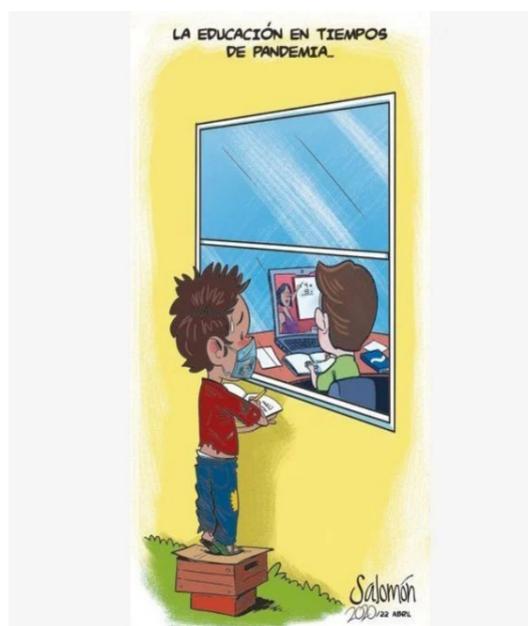


Imagem do Site SERPAJ

17 de março de 2020, início da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a dezembro de 2020, encerramento do ano letivo. O material selecionado comporá, então, o corpus de análise. A terceira etapa será a análise do material, por meio da análise de discurso foucaultiana, na qual serão identificados os enunciados (formulações identificadas nos discursos) que tem efeito de verdade e produzem saberes, em relações de poder-saber (FOUCAULT, 2005). A partir da natureza dos dados e de sua proposta de análise, esta pesquisa se classifica como documental de caráter qualitativo, pois busca seus resultados a partir de uma verificação profunda do conteúdo de documentos formais e informais com o objetivo de explicitar discursos que são colocados em circulação por meio desses materiais.

JUSTIFICATIVA

A OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), produziu em 2020 um relatório sobre o impacto da covid-19 na educação em 59 países. No Brasil foram apresentados como efeitos da pandemia: período de fechamento das escolas brasileiras (média da OCDE – 14 semanas, no Brasil 16 semanas) - atualizando os dados para setembro de 2020 temos mais de 20 semanas; 50% dos estudantes acessaram todo, ou parte do conteúdo disponibilizado; desafios no Brasil (turmas grandes), investimentos na educação que devem se reduzir. A compreensão sobre a educação neste período permite expor as invisibilidades, e a linha abissal das desigualdades educacionais, que tendem a se acentuar.

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

Orientações sobre no campo da educação versam sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia no Brasil. A opção apresentada pelo MEC, de continuidade de estudos nesse período que completou em setembro de 2020, seis meses, parte da premissa da universalidade de acesso de alunos aos meios digitais, reflexo do modo centralizador e universal de leitura da realidade educacional brasileira, muito presente nas políticas educacionais pautadas em um pensamento homogêneo de resoluções de problemas em um país com características heterogêneas – dentre elas a desigualdade de acesso à tecnologia. Um estudo sobre a realidade em Minas Gerais, se faz relevante e vincula-se a área de concentração do programa, na temática das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. MELO, Eriki Aleixo de. Pandemia e Território. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Decreto nº 10.312 de 04 de abril de 2020. Diário Oficial da União: seção 1 - extra, Brasília, DF, p. 2, 04 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.312-de-4-de-abril-de-2020-251139882>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e mult/territorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2013.

OECD. Education at a Glance 2020: OECD INDICATORS. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/the-impact-of-covid-19-on-education-insights-education-at-a-glance-2020.pdf> . Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. GOMES, Matheus. BARCELLOS, Thais. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300555&tling=pt> Acesso em: 24 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Almedina, 2020

Agradecimento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

CONTATO

E-mail: thalesleandrodemoura@gmail.com

**TWITTER COMO UMA REDE-TERRITÓRIO E SUA RELAÇÃO COM A
LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA**

Twitter como uma rede-território e sua relação com a liberdade de expressão e censura

Marcos Vinícius de Mattos Emerick
Sueli Siqueira

Resumo: A modernidade proporcionou avanços consideráveis em todos os aspectos da vida humana, sobretudo em seu bem estar e em suas mais variadas relações, a destacar as relações interpessoais e comerciais. Através dos avanços tecnológicos, a humanidade expandiu ainda mais tais possibilidades graças à popularização do ciberespaço, que através das redes sociais, como Facebook, Twitter e Whatsapp, tornou possível afirmar a existência de um território digital. Este território digital influencia diretamente as relações sociais, dentre elas, a liberdade de expressão política e os fluxos de pessoas na territorialidade digital e material.

Palavras-chave: Território, ciberespaço, democracia e redes sociais.

Abstract: Modernity has provided considerable advances in all aspects of human life, especially in their well-being and in their most varied relationships, highlighting interpersonal and commercial relationships. Through technological advances, humanity has further expanded such possibilities thanks to the popularization of cyberspace, which through social networks such as Facebook, Twitter and Whatsapp, made it possible to affirm the existence of a digital territory. This digital territory directly influences social relations, including freedom of political expression and the flows of people in digital and material territoriality.

Keywords: Territory, cyberspace, democracy and social networks.

DEFINIÇÃO DO TEMA

Os fluxos das chamadas fake news nas redes-territórios do ciberespaço e o movimento de entidades jurídicas para intentar diminuir ou dominar estes fluxos se tornou uma das agendas prioritárias do governo. O ciberespaço se firmou principalmente como um espaço de liberdade de expressão, contudo, diante destes novos paradigmas proporcionados pelo fenômeno das fake News, surgiu novos movimentos políticos, que são subprodutos deste fenômeno, onde os agentes, sob o discurso de combate às fake News, se aproveitam da situação para impor o autoritarismo. Apesar de a caça às bruxas das chamadas fake News se tornarem, até certo ponto, necessárias, as mesmas, apesar de uma motivação nobre, se transformaram em um instrumento de perseguição e censura política. No Brasil, a Campanha da CPMI das fake News, se concentram principalmente sobre as redes sociais Twitter e Facebook, onde inquerem suspeitos de propagarem notícias falsas. Diante de novos paradigmas, da expansão de novos horizontes e do surgimento

Imagem do Site Secure Sense

de novos problemas, o projeto pretende pesquisar qual é a função do Twitter como uma rede-território na relação entre liberdade de expressão e censura no Brasil entre os anos de 2013 a 2020, posto que a rede social Twitter, sendo uma rede-território pujante e vivida, é um dos palcos do grande embate entre o poder público em busca de mais controle sobre os indivíduos e os direitos individuais em busca da perpetuação da sua liberdade na rede.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A começar pelo aspecto da função social, inicia-se a delimitação do tema. A concepção de função social assume um papel importante na corrente funcionalista das ciências sociais, para Durkheim (1999), além de representar um "sistema de movimentos vitais", a função também obedecia à uma "relação de correspondência que existe entre esses movimentos e algumas necessidades do organismo.", sendo esta última, a que se procurava entender. Neste ponto, para a análise do fenômeno das fake News, sobretudo sob a ótica da liberdade de expressão e censura, pretende-se, assim como Durkheim, através do funcionalismo, entender os fluxos da rede social Twitter como um fato social e suas funções como meio de suprir às necessidades de se expressar politicamente em uma democracia. Já o conceito territorial, limita-se através das redes sociais, mais especificamente a rede social Twitter. Para Haesbert (2011), a concepção de rede-território se dá quando a própria rede se torna um território. A extensão do Twitter como um todo é tão ampla, que a mesma deixa de ser um território-rede, ou seja, um elemento de um território, e se torna um próprio território. É neste momento que se introduz a delimitação do conceito de democracia. Não existe consenso sobre a forma correta de definir a democracia, contudo, é um conceito fundamental presente nas democracias modernas, onde a censura não tem respaldo moral, que a liberdade de expressão é uma de suas essências fundamentais. Observa-se que no Brasil, um dos fundamentos da internet, é a liberdade de expressão, contudo, o equilíbrio da norma se viu extremamente afetado por fatores recentes, não em relação às fake News, mas o que tem sido feito sob o pretexto de combater seus efeitos. Portanto, a delimitação da temática é realizada em três aspectos, a função social de Durkheim, o território do Twitter e a democracia no que tange à regulação da liberdade de expressão na rede.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Como primeira etapa de estudo, fora realizada a revisão bibliográfica, onde foi possível analisar o que se produziu a respeito do tema nos últimos 10 anos, através do estudo dos artigos revisados por pares, em português, por meio dos termos "ciberespaço" e "território" no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde foram obtidos 44 artigos a serem analisados. Dos quarenta e quatro artigos, dois eram repetidos e catorze não estavam relacionados diretamente com a temática e um era uma resenha. Foram selecionados 27 artigos onde observou-se uma grande variedade de abordagens. A escolha das palavras-chave se deu com o intuito de abranger o máximo de pesquisas possíveis ligado à temática. Excluiu-se pesquisas que

não eram artigos, e aqueles que não tratavam o ciberespaço como objeto de pesquisa. Observou-se várias abordagens a respeito dos objetos supramencionados, a começar pela presença acentuada da abordagem Territorial, Político e cultural, onde o foco maior são os movimentos sociais e culturais em redes capazes de impactar a realidade física. Outro fator marcante é a utilização de metodologias de análise social aplicadas em rede, onde o foco é o estudo de indivíduos em seu meio de convívio social, a exemplo da netnografia, análise de discurso e estudo de caso. É notório também, a utilização dos pesquisadores Pierre Levy e Manuel Castells, ambos estudam os impactos da rede na sociedade, onde a utilização dos conceitos e concepções de modelos criado por estes é presente em quase todos os artigos.



Imagem do Site Abraji

PROBLEMA DE PESQUISA OU QUESTÃO NORTEADORA

No Brasil, com o advento do fenômeno das fake News, é possível observar o avanço de tentativas constantes de minar as leis que protegem o indivíduo em sua liberdade de expressão na rede. Nota-se que as tecnologias estão na mira do controle estatal, mesmo que isso signifique a violação da liberdade de expressão e a imposição de uma censura. O Twitter, como uma rede-território, é usada como espaço de manifestação de ideias e, possui fortes evidências de atender a uma função social, muito além de simples trocas de mensagens, posto que atende à necessidade humana de se expressar, e as tensões jurídicas iniciadas pelas caças as fake News, criaram novos paradigmas. Devido a isso, a pergunta norteadora deste projeto é; "qual é a função do Twitter como uma rede-território na relação entre liberdade de expressão e censura?". Como já abordado durante todo o decorrer do projeto, pretende-se através deste projeto, pesquisar como o Twitter, através da concepção de uma rede-território, e seus fluxos como fato social, atendem a necessidade democrática de liberdade de expressão e afastam a censura.

HIPÓTESE(S)

Não há hipóteses a serem testadas.

OBJETIVOS (geral e específicos)

GERAL: Identificar a função social da rede social Twitter como um território rede na manutenção da liberdade de expressão, e como as fake News se tornaram pretexto político para justificar a censura.

ESPECÍFICOS: 1

- Descrever a história do ciberespaço;
- Descrever como se deu o processo de expansão da rede no Brasil;
- Conceituar ciberespaço, na perspectiva teórica de território de Haesbert;
- Discorrer sobre como se deu o processo de criação da rede social Twitter;
- Descrever como se deu o processo de expansão do uso da rede Twitter no Brasil;
- Analisar a rede social Twitter sob a perspectiva territorial de Haesbaert de território-rede;
- Analisar como o Twitter, sob a perspectiva de uma rede-território, influencia o espaço físico em seus fluxos;
- Discorrer como se iniciou o processo de politização do Twitter;
- Analisar como a regulação estatal na rede atua sob a justificativa de diminuir o alcance/combater as fake news;
- Analisar qual é a função do Twitter no processo de consolidação da liberdade de expressão, sob a perspectiva de John Stuart Mill, John Locke e outros filósofos.

METODOLOGIA

A teoria fundamentada é um método desenvolvido em 1967 por dois sociólogos: Barney Glaser e Anselm Strauss. De acordo com Chenitz (1986), o objetivo da Teoria fundamentada é gerar uma teoria sobre o fenômeno social e psicológico. Escolhido a teoria fundamentada como metodologia da pesquisa, há a necessidade de especificar qual tipo metodológico da teoria fundamentada seguir, neste sentido, observa-se que a abordagem de Strauss e Corbin se adequam melhor aos objetivos da presente pesquisa. A coleta de

dados nesta metodologia, pode ser feita através de entrevistas, análises, observações e documentos. A partir da coleta de dados inicia-se o processo conhecido como comparativa constante, onde se compara os dados obtidos com as categorias de fenômenos emergentes que estão sendo analisadas. Uma vez realizada a coleta de dados e feita as comparações, o pesquisador começa com a codificação aberta. Diante disso, a teoria fundamentada fornece solidez ao estudo que se pretende fazer, uma vez que se pode trabalhar de maneira prática, concreta e sensível em relação aos indivíduos do contexto a que se pretende pesquisar. Por se tratar de um subproduto do fenômeno das fake news, a censura política com o intuito de silenciar seus opositores é um ambiente fértil para a aplicação da teoria fundamentada, pois vai além dos estudos e dos marcos já pré-concebidos.

JUSTIFICATIVA

Como exposto, o fenômeno das fake News teve por subproduto, a criação a tentativa por parte do ente público, de controlar tais fluxos de informação, sob o pretexto de se estar combatendo as fake News. Expondo os pensamentos de John Stuart Mill (1964), o erro é parte do processo de refinamento do senso crítico e, uma vez que se exclui o erro do processo de refinamento do senso crítico, e se monopoliza a verdade absoluta em um órgão verificador da verdade, ocorre a ascensão do autoritarismo. Nota-se que a análise deste fato novo no meio acadêmico e jurídico é necessário, visto que o ciberespaço, apesar de estar em constante desenvolvimento e intimamente ligado à nova geração humana, não é acompanhado no mesmo ritmo de desenvolvimento pela norma processual. O entendimento desses novos paradigmas é vital para os tempos modernos, sendo este um campo virgem para a pesquisa e necessária para o futuro, visto que as novas gerações já possuem sua personalidade estendida e ainda vulnerável neste novo território chamado ciberespaço.



Imagem do Site GNN

RELEVÂNCIA E VINCULAÇÃO COM A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DO PROGRAMA

A regulação da rede, como pontuado durante todo o projeto, demonstra uma tremenda sensibilidade diante da norma jurídica, uma vez que, ao regular a rede com o intuito de combater as fake News, pode-se com muita facilidade, subjugar os direitos fundamentais da liberdade de expressão através da monopolização da verdade, seja por ente estatal ou privado. Neste sentido é possível observar que esta não é uma realidade distante, a exemplo da China que, segundo Qiang (2008), possui a máquina mais eficiente de censura em rede, conhecida como Golden Shield Project. No Brasil, o controle das redes-territórios por parte do Estado é uma realidade, mas ainda pouco existente. Contudo, o avanço de projetos de leis e atos por parte do poder legislativo e judiciário aumentaram de forma estrondosa com o advento do fenômeno das fake News. Apesar de ser um fenômeno deveras danoso, combatê-lo sem cautela, coloca em risco a liberdade da rede e direitos fundamentais que resultariam na ascensão do autoritarismo, não só na rede-território, mas no próprio território físico em si. Uma vez que os novos sujeitos de direito e horizontes criados a partir da popularização da rede criaram também novos problemas e fenômenos que demandam estudo e soluções e ainda não há norma norteadora que trate ou lide de forma eficiente com as fake News, torna-se necessário o estudo deste fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHENITZ, W.C. Swanson JM, organizadores. From practice to grounded theory. Canada: Addison-Wesley Publishing Company; 1986.

DURKHEIM, Émile. A divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. 2º. Ed. Livraria Martins Fontes Editora LTDA. São Paulo. 1999. p. 484.

QIANG, Xiao. How China's Internet Police Control Speech on the Internet. Radio Free Asia, v. 24, p. 2008, 2008.

MILL, John Stuart. Ensaio sobre a Liberdade. Tradução: Orlando Vitorino. Lisboa: Editora Arcádia, 1964.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6º. Ed. Bertrand Brasil LTDA, 2011. p.395.

Agradecimento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

CONTATO

E-mail: marcosemerick3@gmail.com

EVENTO: I COLÓQUIO DE PROJETOS INTERDISCIPLINARES (TURMA 2020.2)

CLIQUE AQUI

SOBRE OS AUTORES



Adeilson Jorge da Silva

Graduado em História. Pós Graduado em Filosofia, Sociologia e Diocência do Ensino Superior. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas. Atua como docente na educação básica em escola prisional de Governador Valadares/MG. Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce.

Alexandre Pimenta Batista Pereira

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001), mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Atualmente é Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 3a Região. Foi Professor da Universidade Federal de Viçosa (2004 a 2013) e bolsista do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD). Professor da Universidade Vale do Rio Doce.

Angélica Antunes Tenório

Graduada em História pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Pós-graduada em Docência e Gestão do Ensino Superior: Novas Linguagens e Novas Abordagens, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- MG). Diretora da Escola Estadual Márcio Aguiar da Cunha, na cidade de Ipatinga- MG, entre o período janeiro de 2012 a junho de 2019. Durante a gestão a instituição obteve o maior IDEB de Minas Gerais. Mestranda do programa de pós graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território.

Claudia Costa da Silva Paula

Possui graduação em Farmácia pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), (2019). Pós graduação em Análises clínicas e gestão de laboratório pela Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), (2020). Tem experiência na área de Farmácia com ênfase em Farmacotécnica e Tecnologia farmacêutica e de alimentos, principalmente nos seguintes temas: Reação de Maillard; açúcares; insulina; glucagon, glicólise; gliconeogêneses e análises clínicas. Possui curso online em Química Forense. Mestranda do programa de pós graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território.

Cristiana Maria de Oliveira Guimarães

Arquiteta e urbanista, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Doutorado em Ciências humanas: sociologia e política, com ênfase em planejamento urbano, sendo os três títulos concedidos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Instituto Federal de Minas Gerais campus Governador Valadares, suas pesquisas giram em torno da construção (desenho e representação incluídos) do espaço e do território e a sua interface com outras questões como direito à cidade, patrimônio cultural, democracia social entre outros. Membro do corpo permanente do Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, da Universidade Vale do Rio Doce [acordo de cooperação realizado entre IFMG-GV e UNIVALE] .

Cristiane Mendes Netto

Possui doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialização em Educação a Distância pelo SENAC-RJ. Especialização em Design Instrucional para EaD Virtual pela UNIFEI. Bacharelado em Informática pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua como professora no ensino superior desde o ano de 2001. Atualmente é professora na Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE e coordenadora do Núcleo de Educação a Distância. Possui experiência em gestão acadêmica como coordenadora de curso de Ciência da Computação, de Sistemas de Informação e também de diretora da Área de Ciências Exatas e Engenharias na UNIVALE. Atua na Educação a Distância com a formação de professores e possui experiência como docente e tutora em cursos a distância.

Daniel de Araújo Ribeiro

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais de Conselheiro Pena/MG. Mestrando em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce/UNIVALE. Possui Mestrado em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (2009), Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera-Uniderp (2017), Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil pelas Faculdades Integradas de Caratinga (2007) e Graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa (2005). Tem experiência como professor do ensino superior na área de Direito, com ênfase em Direito Privado.

Déborah Neide de Magalhães Praxedes

É graduada em Ciências Biológicas pela UFSJ e especialista em Análise Ambiental pela UFJF, na qual desenvolveu pesquisa com Resíduos Sólidos Urbanos. Possui mestrado em Saneamento Ambiental pela UFV, onde trabalhou com avaliação de toxicidade no cotratamento de lixiviado de aterro sanitário e esgoto doméstico, e doutorado no mesmo programa, trabalhando com avaliação da toxicidade de efluente sanitário de diferentes sistemas de tratamento de esgoto, protocolo de AIT (TIE) e avaliação da remoção da toxicidade e da atividade estrogênica nestes sistemas. Atualmente é professora EBTT no IFMG - campus Governador Valadares, atuando na área de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Saúde e tem interesse nas áreas de ecotoxicologia aquática, tratamento de águas residuárias e resíduos sólidos.

Élita da Silva Souza

Graduada em Direito, na Faculdade de Direito Vale do Rio Doce, Mestranda em Gestão Integrada de Território na Universidade Vale do Rio Doce. Possui graduação em Direito pela Universidade Vale do Rio Doce (2001). Atualmente é advogada /coaching em liderança/ palestrante - Burger King, advogada /coaching em liderança /palestrante - Subway e advogada - Élita Souza Advocacia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito

Erika Benigna Nascimento

Licenciada em História pela Universidade Vale do Rio Doce (2006). Atualmente sou professora do Ensino Fundamental (anos finais) nas Escolas Estaduais Quintino Bocaiuva e São José, além de professora mediadora presencial do curso de secretaria escolar do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Atuei como Tutora Presencial na UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais, polo de Governador Valadares nos cursos de extensão Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade, Gênero e Diversidade na Escola e de graduação Pedagogia. Mestranda em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE.

Eunice Maria Nazareth Nonato

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Vale do Rio Doce (1998) e graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce (1985). Mestre em Educação (2002). Realizou em 2009 estágio doutoral na Universidade de Coimbra (Portugal). Doutorou-se pela Universidade Vale do Rio dos Sinos - RS (2010). Atualmente é pesquisadora e professora no curso de Pedagogia e no curso de Mestrado em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce. Possui experiência na docência e em diversos espaços de gestão com atuação na área da educação pública e privada. Na docência atuou em todas as modalidades da Educação Básica e no Ensino Superior, nos cursos de Licenciatura e no Direito. Na gestão, atuou em diversas áreas da Educação, em Órgãos da Secretaria Estadual e em diversas instituições de ensino superior. Trabalha principalmente com os seguintes temas: educação em contexto urbano, gestão em educação, gestão de territórios, violência, educação em espaço prisional, sistema socioeducativo, inclusão/exclusão social, desigualdade social, racial, formas de pobreza e ambiente.

Evandro Klen Panquestor

Doutor em Geografia - Ordenamento Territorial Ambiental pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB com ênfase em geoprocessamento e análise da paisagem. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UFF. Graduado em Geografia pela UnB (licenciatura e bacharelado). Atualmente é professor do IFMG, Campus Governador Valadares, atuando no Ensino Médio Técnico Integrado e no Ensino Superior. Apresenta experiência no ensino e pesquisa em geografia, atuando principalmente nas seguintes áreas: análise integrada da paisagem, e conflitos socioambientais, geotecnologias e mapeamento temático, metodologia de ensino, ordenamento e percepção ambiental.

Fábio Tertó Gouveia Toretta

Graduação em Administração, Mestrando do Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE.

Fernanda Cristina de Paula

Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2007), Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2010)

e Doutorado em Geografia pela mesma universidade (2017), período no qual realizou Doutorado-Sanduiche na Université de Pau et des Pays de l'Adour, França. É integrante do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (EAU-FAU/ UFF) e realiza pesquisas na área da Geografia, com ênfase em Epistemologia da Geografia, Fenomenologia Geográfica, História do Pensamento Geográfico, assim como riscos, vulnerabilidades e resiliência de lugares e territórios. Atualmente é docente do Mestrado Interdisciplinar em "Gestão Integrada do Território", da Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

Fernanda de Melo Felipe da Silva

Jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMG) - Campus Governador Valadares. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale). Especialista em Processos Comunicativos e Dispositivos Midiáticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/2012) e graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Univale (2006). Atuou, de 2008 a 2014, como docente do curso de Jornalismo da Univale. Acumula experiência na área de Comunicação, em instituições privadas e do Terceiro Setor, com ênfase em mídia impressa, jornalismo digital, planejamento e assessoria de comunicação/impressão. Também desenvolveu e executou inúmeros projetos na área cultural e social junto a instituições do Terceiro Setor.

Francislene Michelle Dias

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais(2004). Tem experiência na área de Serviço Social. Mestranda da Universidade Vale do Rio Doce

Ilara Rebeca Duran de Melo

Graduada em Arquitetura e Urbanismo, pela Universidade FUMEC. Especialista em Construção Civil, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e Docência do Ensino Superior, pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Professora e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIVALE.

José Márcio Silva Barbosa

José Márcio Silva Barbosa é professor efetivo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) na Unidade de Divinópolis, onde exerce ensino, pesquisa, extensão e orientações de estudantes em nível de graduação. É coordenador de Área do Programa Institucional Incentivo de Bolsas a Iniciação à Docência (PIBID) na unidade de Divinópolis. Pesquisador em residência pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/2019. Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019) na linha de pesquisa Política, Trabalho e Formação Humana. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (2013). Especialização em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (2009). Possui bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa desde 2002; Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos - São Paulo

(2013). Integro desde 2017, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre formação de professores, trabalho docente e discurso pedagógico (NFTD) da Faculdade de Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Campus Belo Horizonte (MG). Interessa-se pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão em torno da área de Educação, com ênfase no Estado e Políticas Educacionais, Gestão Escolar, Educação à distância: gestão, tecnologia e formação de gestores escolares. Tenho experiência em tutoria de cursos à distância, docência na rede pública estadual de ensino e integrei o quadro docente no curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) na modalidade à distância em Gestão Escolar (2013 - 2016) do Departamento de Educação pela Universidade Federal de Viçosa em parceria com o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica do Ministério da Educação.

Karina Guimarães Cruz Silveira

Possui graduação em Direito pela Universidade Presidente Antônio Carlos (2002). Atualmente é mestranda em gestão integrada do território da Universidade Vale do Rio Doce, docente da Faculdade Prominas Ltda e proprietária e advogada - Karina G. C. Silveira Sociedade Individual de Advocacia. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Previdenciário

Letícia Firmato Esteves Menta

Possui graduação em Turismo pela Universidade FUMEC (2011). Tem experiência na área de Turismo. Mestrando em Gestão Integrada do Território/Univale.

Luiza Souza Freitas

Nos últimos anos atuou como Pedagoga Analista na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, com o foco em assessorias às escolas do Campo, bem como na formação de professores e Gestores do Campo. Atuou como professora na rede municipal de ensino de Governador Valadares por três anos, como regente de turma na Educação Infantil. Atuou como Tutora do curso Educação Integral Integrada ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em parceria com a Secretaria Municipal de Educação como parte do programa de formação de professoras de escolas em tempo integral. Atuou como pedagoga escolar, em instituições de Educação Infantil no referido município. Atuou como formadora no Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2013). Possui especialização em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Mestranda em Gestão Integrada do Território, pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE . No ano de 2020 passou a exercer o cargo de Pedagoga na Universidade Vale do Rio Doce -UNIVALE, em Governador Valadares.

Marcos Vinícius de Mattos Emerick

Graduado em Direito pela da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), aluno do mestrado de Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), Governador Valadares-MG.

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caran-gola ? FAFILE (1983), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. (2001), Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais ? UFMG (2008) e realizou estágio de pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe ? UFS (2015). É professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE.. Atuou como Secre-tária Municipal de Educação Adjunta em Governador Valadares, MG. Desenvolve trabalhos de ensino, pesquisa e extensão nos seguintes campos em interface com estudos sobre Território: Educação de Pessoas Jovens e Adultas, Letramento e Numeramento, Educação Integral/Tempo Integral, Gênero. Desigualdades e Vulnerabilidades. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos - UNIVALE. Pesquisadora colaboradora dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos sobre Numeramento ? GEN/UFMG e Educação e Contemporaneidade ? EDUCON/UFS.

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce (1979), com especialização em História (UNIVALE, 1991) e Mestrado e Doutorado em História pela UFMG (2008; 2015). Atualmente é professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em prática de ensino de História; atuando em projetos de pesquisa com os seguintes temas: história regional, saneamento, saúde pública, ambiente e educação. Entre agosto de 2012 e dezembro de 2014 orientou, na UNIVALE, sub-projeto de docência sobre História Local, incluído no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.

Mauro Augusto dos Santos

Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2010). Possui graduação em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e pós-graduação em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras (2002). Desenvolveu pesquisa de pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2014) sobre o tema: migração de brasileiros para Portugal. Atua desde 2010 como professor adjunto da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), lecionando no Mestrado em Gestão Integrada do Território e em cursos de graduação. Coordenou o Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2017. Tem experiência na área de Demografia e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, população e meio ambiente, planejamento regional e métodos de pesquisa.

Michelle Nunes Moraes

Possui graduação em História pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (2009), mestrado em História pela Universidade de Brasília (2013) e doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2017). Tem experiência na área de História e educação, atuando principalmente nos seguintes temas: resistência, negociação, trabalha-

dores rurais, conflitos agrários e cidadania, processos administrativos, legislação agrária, história agrária, movimentos sociais, sertão. Atualmente realiza estágio Pós-doutoral na Universidade Vale do Rio Doce.

Pablo Martins Bernardi Coelho

Professor Adjunto do curso de Direito da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG. Professor do curso de Direito da Faculdade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC/Uberlândia. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Franca (2013). Pós-graduação em Direito Público pela Escola Brasileira de Direito (2020). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003) e graduação em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto (2006). Desenvolve projetos de pesquisa no âmbito do Direito Público. Líder do grupo de pesquisa Cultura, Direito & Sociedade da UEMG. Membro do Grupo de Estudos Direito, Globalização e Cidadania (DGC) liderado pela Prof.^a Dr.^a Renata Alvares Gaspar. Membro do grupo de pesquisa Laboratório Americano de Estudos Constitucionais Compa-rados da Universidade Federal de Uberlândia. É avaliador MEC inserido no Banco de Avalia-dores (BASIS) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para os cursos de Direito.

Patrícia Dione Corrêa Siman

Graduado em Pedagogia (2003) na Universidade Vale do Rio Doce- UNIVALE. Graduada em Direito (2009) no Centro Universitário do Leste de Minas Gerais- UNILESTE. Pós Graduada em Assistência Social e gestão do SUAS. Mestranda do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Pedagoga (desde 2006 a 2019) da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. Atua como consultora em Gestão Pública.

Patrícia Falco Genovez

Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), mestre e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1996/2003) com Pós-douto-rado em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015). Professora titular da Universidade Vale do Rio Doce. Professora do Programa de Pós-gradu-ação em Gestão Integrada do Território (Univale) atuando nas disciplinas Estudos Territo-riais II, Território e Memória, Metodologia Qualitativa, Redação Interdisciplinar e Seminário de Dissertação.

Pedro Henrique Ferreira Marçal

Possui graduação em farmácia pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2009), especialização em Análises Clínicas e Gestão de Laboratório (2011) e Mestrado em Ciências Biológicas (Imunopatologia) (2012), pela mesma instituição, com estágios na Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/RJ (Imunologia Molecular) e na Uniformed Services University of the Health Sciences - USUHS/EUA (Citometria de Fluxo), sob supervisão do Dr. Stephen Davies. Doutor em Ciências Biológicas (Imunologia e Genética) pela Universidade Federal

de Juiz de Fora, e Editor Associado do Journal of Applied Pharmaceutical Sciences e Guest Editor do American Journal of Pharmacological Sciences. É docente da Universidade Vale do Rio Doce, e possui experiência na área de Imunologia com ênfase nos seguintes temas: Doenças Negligenciáveis (Hanseníase, Tuberculose, Leishmaniose), Bioquímica Clínica, Cito-metria de Fluxo, Biologia Molecular, Nutracêuticos, Microbiologia e Interação de Fármacos e Produtos Naturais. Possui formação Master em Programação Neurolinguística (PNL) e em Personal and Executive Coach pelo Instituto Brandolt.

Renata Bernardes Faria Campos

Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Biologia (1999), mestrado (2002) e doutorado (2008) em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência em docência e pesquisa na área de Ecologia (com ênfase em Ecologia de Comunidades em Matas Ciliares) e Educação (Formação de Professores, Educação Ambiental e Ensino de Ciências). Foi bolsista PNPd institucional no programa de Pós Graduação em Ecologia de Biomas Tropicais da UFOP de 2012 a 2014 e atualmente é professora pesquisadora no Núcleo de Ciências e Tecnologia da Universidade do Vale do Rio Doce onde integra o grupo de professores do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território e está envolvida com projetos ligados à ecologia, ambiente, conflitos socioambientais, natureza e território.

Roberto Carlos Oliveira

Graduado em odontologia, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale, Mestre em odontologia pela UFRJ, Doutorado sanduíche em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia da UFMG e Faculty of Dentistry of McGill University/Canadá. e Pós Doutorado em Saúde Coletiva pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – ECOS - da Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade de Brasília.

Rosângelo Rodrigues de Miranda

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1991), graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (1993), mestrado em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), doutorado em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e pós-doutorado em Direito pela Universidade Nova de Lisboa (2011). Atualmente é professor titular da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, professor da Fundação Educacional Nordeste Mineiro - FENORD/IESI, professor titular da Universidade Vale do Rio Doce e promotor - Promotoria Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais.

Samuel Perpétuo Rodrigues –

Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (2016) com bolsa do Programa Ciência sem Fronteiras - University of Dunaújváros, DUF, Hungria, 2014. Experiência com jornalismo em interface com o desenvolvimento rural sustentável, tecnologias sociais e recuperação ambiental, tendo atuado no desenvolvimento e execução

das ações de comunicação institucional, campanhas de comunicação interna, relacionamento com fornecedores e assessoria de imprensa. Também possui experiência com fotografia, direção fotográfica em projetos de audiovisual e documentário. Já participou de mobilização de produtores rurais para Recuperação de Nascentes e educação ambiental, aplicando metodologias de Diagnóstico Participativo. Mestrando em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce ? UNIVALE, pesquisando relações territoriais nos discursos de pesquisa com ciência cidadã.

Sueli Siqueira

Pós doutorado no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa - CIES-IUL (2012). Doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). É professora titular da Universidade Vale do Rio Doce. Coordena o Núcleo de Estudos Multidisciplinar Sobre Desenvolvimento Regional - NEDER - UNIVALE. Desenvolve estudos na áreas da Sociologia Urbana com ênfase em Estudo Sobre Migração Internacional, além das temáticas Trabalho, violência e meio ambiente.

Suely Maria Rodrigues

Graduada em Odontologia, mestre em Clínica Odontológica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e doutorado e pós doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território. Coordenadora do grupo de pesquisa Saúde, Indivíduo e Sociedade (SAIS) trabalhando com temas: idoso, envelhecimento, saúde bucal, avaliação de serviços, saúde coletiva, território/saúde e sociedade.

Thales Leandro de Moura

Graduado em Matemática, Engenharia civil, Especialista no ensino de matemática e física. Mestrando em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).

Vanessa Ferreira de Araújo

Graduada em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce. Advogada especialista em Direito Digital. Mestranda no Programa Gestão Integrada do Território pela Universidade do Vale do Rio Doce.

Wemerson dos Santos Ferreira

Graduado em Sistemas de Informação e Mestrando em Gestão Integrada do Território na Universidade Vale do Rio Doce.

Willerson Custódio da Silva

Doutor em Fitotecnia com ênfase em Estatística Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, Mestre em Estatística Aplicada e Biometria pela Universidade Federal de Viçosa, Especialista em Educação pela Faculdade Pitágoras (Belo Horizonte) e graduado em Matemática pela Universidade Federal de Viçosa- UFV-MG. Professor Efetivo do Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG - Campus Governador Valadares onde exerce ensino, pesquisa, extensão, gestão e orientação de estudantes nos cursos técnicos integrado de nível médio, na graduação e Pós-graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu). Atua na área de Matemática e Estatística Aplicada. Atualmente é Diretor Geral do Instituto Federal de Educação ciência e tecnologia de Minas Gerais, campus Governador Valadares e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em nível de mestrado interdisciplinar em Gestão integrada do território (GIT) da Universidade do Vale do Rio DOCE (UNIVALE)/2019.

Yury Aranha de Oliveira

Graduado em Administração, especialista em Gestão Pública, mestrando em Gestão Integrada do Território.

